

Universidade Federal de Ouro Preto
Instituto de Ciências Humanas e Sociais
Departamento de História
Programa de Pós Graduação em História

A INDEPENDÊNCIA DE PORTUGAL
História, progresso e decadência na obra de Francisco Solano
Constâncio (1808-1840)

Thamara de Oliveira Rodrigues

Mariana
2014

Universidade Federal de Ouro Preto
Instituto de Ciências Humanas e Sociais
Departamento de História
Programa de Pós Graduação em História

A INDEPENDÊNCIA DE PORTUGAL
História, progresso e decadência na obra de Francisco Solano
Constâncio (1808-1840)

Thamara de Oliveira Rodrigues

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de pós-graduação em História do Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal de Ouro Preto. Área de concentração: Poder e linguagens. Linha: Ideias, Linguagens e Historiografia. Orientador: Prof. Dr. Valdei Lopes de Araujo.

Mariana
2014

R696i Rodrigues, Tamara de Oliveira.
A independência de Portugal [manuscrito]: História,
progresso e decadência na obra de Francisco Solano
Constâncio / Tamara de Oliveira Rodrigues. - 2014.
148f.:

Orientador: Prof. Dr. Valdei Lopes de Araujo.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Ouro
Preto. Instituto de Ciências Humanas e Sociais.
Departamento de História. Programa de Pós-Graduação em
História.

Área de Concentração: Poder e Linguagens.

1. Constancio, Francisco Solano, 1777-1846. 2. Portugal -
História. 3. Historiografia. I. Araujo, Valdei Lopes de.
II. Universidade Federal de Ouro Preto. III. Título.

CDU: 94(469)(081.2)

Catálogo: www.sisbin.ufop.br



Thamara de Oliveira Rodrigues

“A Independência de Portugal: História, progresso e decadência na obra de Francisco Solano Constâncio (1808-1840)”

Dissertação apresentada ao programa de Pós-graduação em História da UFOP como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em História. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo assinada.

Prof. Dr. Valdei Lopes de Araujo
Departamento de História/ UFOP

Prof.ª Dr.ª Luisa Rater Pereira
Departamento de História/ UFOP

Prof. Dr. Temístocles Américo Corrêa Cezar
UFRGS

AGRADECIMENTOS

Para realização desta pesquisa, muitas pessoas foram e continuam sendo indispensáveis. Primeiramente, agradeço a minha mãe, Eliana, pelo amor e apoio incondicionais, além da segurança e orgulho que me permitiram a dedicação ao meu trabalho e ao que acredito. A Marcelo Rangel, companheiro amado, por poder dividir não somente cada linha desta dissertação, mas cada momento da vida, na qual trabalharmos juntos é só uma de tantas alegrias. Ao meu pai (em memória), agradeço a certeza de seu entusiasmo e orgulho. Ao meu irmão, Thales, pela amizade e apoio.

Ao professor Valdei Lopes de Araujo, agradeço não somente a orientação, amizade e confiança, mas, sobretudo, pela inspiração cotidiana do compromisso com o pensamento. A André Ramos, amigo com quem divido este trabalho desde o início, agradeço pelo diálogo, cumplicidade e motivação intensa. A Bruno Medeiros, por me mostrar desde o ensino médio o quão fascinante é a história e por me lembrar quem eu fui um dia. A Mamede Queiroz e Doan Ricardo, amigos com quem compartilho desde a graduação as alegrias e dificuldades da profissão e da vida.

Agradeço ao professor Hans U. Gumbrecht pelas aulas e encontros sempre inspiradores e pela recepção carinhosa em Stanford. Aos professores Marcelo Jasmin e Luisa Rauter pelas sugestões e contribuições valiosas na qualificação desta pesquisa. Ao professor Mateus Pereira pelas leituras e críticas (sempre animadas) das diversas versões do projeto inicial. À professora Andréa Lisly pela leitura e sugestões ao primeiro capítulo desta dissertação. Aos professores e colegas do Núcleo de Estudos em História da Historiografia e Modernidade pelos diálogos constantes e motivadores.

Aos colegas Anderson de Oliveira, Bruno Gianez, Bruno Omar, Camila Braga, Luna Belchior e João Cardoso pelas trocas que enriqueceram e animaram o debate intelectual. A Daniel Mendes, João Menezes, Geisiani Gomes e Helena Almeida pelos encontros nos quais tenho a oportunidade de aprender mais sobre história da historiografia do século XIX. Aos colegas de turma do mestrado pelos momentos alegres, em especial Lucas Andrade e Felipe Godoi. À Janaina Tette, secretária da pós-graduação, pela eficiência e atenção.

Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo apoio financeiro, sem o qual esta pesquisa não seria possível.

RODRIGUES, Thamara de Oliveira. **A Independência de Portugal. Hist**
progresso e decadência na obra de Francisco Solano Constâncio (1808-1880).

Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Ouro Preto. Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Programa de pós-graduação em História.

RESUMO

Nesta dissertação, buscou-se compreender como o fenômeno da Independência do Brasil alterou a experiência da história portuguesa. A partir da trajetória intelectual do letrado luso, Francisco Solano Constâncio (1777-1846), autor completamente imerso nos debates acerca da Independência, tornou-se possível acompanhar a construção e o esgotamento de estruturas narrativas e conceituais fundamentais para o realinhamento da relação entre Portugal e Brasil após 1808. Priorizou-se, a partir de diversos textos do autor, incluindo sua *História do Brasil* (1839), a análise dos conceitos fundamentais de história, progresso e decadência em sua narrativa, bem como a produção ou diminuição do distanciamento histórico entre ambos os reinos. A partir desta análise, buscou-se descrever e compreender quais expectativas foram rompidas ou intensificadas a partir da separação política que dificultou o restabelecimento de um sentido positivo para a história de Portugal em função da perda do Brasil.

Palavras-chave: Independência do Brasil; Francisco Solano Constâncio; Distância Histórica; História da historiografia.

ABSTRACT

This dissertation sought to understand how the phenomenon of the Independence of Brazil changed the experience of Portuguese history. Based on the intellectual trajectory of the Portuguese scholar, Francisco Solano Constâncio (1777-1846), author completely immersed in the discourses of the Independence, became possible to follow the construction and the exhaustion of the narratives and conceptual fundamental structures for the realignment of the relationship between Portugal and Brazil after 1808. The analysis of the fundamental concepts of history, progress and decadence, as well as the production or decrease of the historical distance between both kingdoms, was prioritized from the different texts of the author, including his *História do Brasil* (1839). From this analysis, we sought to describe and understand what expectations were broken or intensified from the political separation that has hindered the reestablishment of a positive sense for the history of Portugal due to the loss of Brazil.

Key-words: Independence of Brazil; Francisco Solano Constâncio; Historical distance; History of historiography.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO: A Independência do Brasil e a história de Portugal: o que esperar do futuro após 1822?	07
CAPÍTULO 1: A “terra das dores”: melancolia e decadência no Portugal de 1808.....	18
1.1 A invasão napoleônica e a transferência da corte: insegurança, orfandade e melancolia	18
1.2 Francisco Solano Constâncio e a “terra das dores”: a necessidade do exílio	33
1.3 <i>On the state of Portugal during the last 30 years</i> : superstição, corrupção e deformação moral	40
1.4 A crítica de Hipólito da Costa à “tão sombria e lúgubre descrição”	55
CAPÍTULO 2: Solano Constâncio e a Economia Política: o destino do Império entre a decadência e a revolução	64
2.1 A economia política no Império Luso-Brasileiro	67
2.2 O receio na dinamização do comércio e a aporia do progresso	77
2.3 A Revolução do Porto e a urgência da reforma	88
2.4 A Independência do Brasil e a Independência de Portugal: a “iminente ruína” ou a revolução	92
CAPÍTULO 3: A <i>História do Brasil</i> : o futuro-passado de Portugal	108
3.1 As histórias do Brasil: o que fazer com a herança portuguesa?.....	110
3.2 A Independência: um destino trágico	118
3.3 A recepção de Constâncio: <i>o triste especulador de Paris</i>	129
CONSIDERAÇÕES FINAIS	138
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	142

A Europa jaz, posta nos cotovelos:
De Oriente a Ocidente jaz, fitando,
E toldam-lhe românticos cabelos
Olhos gregos, lembrando.

O cotovelo esquerdo é recuado;
O direito é em ângulo disposto.
Aquele diz Itália onde é pousado;
Este diz Inglaterra onde, é afastado,
A mão sustenta, em que se apóia o
rosto.

Fita, com olhar 'sfíngico e fatal,
O Ocidente, futuro do passado.

O rosto com que fita é Portugal.

(*Mensagem*, Fernando Pessoa, 1934)

“... ela quis ser conquistadora, e abraçou uma
extensão de terra que nenhuma nação da Europa
poderia conservar sem se enfraquecer.”

(François Raynal, *Histoire
Philosophique et Politique...*, 1772)

INTRODUÇÃO

A INDEPENDÊNCIA DO BRASIL E A HISTÓRIA DE PORTUGAL: O QUE ESPERAR DO FUTURO APÓS 1822?

As narrativas históricas sobre o mundo luso-brasileiro, produzidas por historiadores e publicistas portugueses durante o século XIX, devem ser melhor contempladas nos estudos de história da historiografia no que se refere à forma como em Portugal foi narrada a separação política com o Brasil. Princípio organizador dessas narrativas, o evento de 1822, deve ser analisado não apenas pelas consequências decisivas provocadas para a história do Brasil, mas sobretudo pela compreensão de outro processo que já estava em discussão: a crise definida pelo *topos* da decadência que colocou em constante dúvida o futuro de Portugal.

Essa crise relaciona-se a um debate sobre as raízes da modernidade no mundo Ibérico, tendo, Portugal e Espanha, desde o século XVI se tornado alvos de crítica dos reformadores protestantes. A Holanda e a Inglaterra foram particularmente bem sucedidas em difundir em toda a Europa uma série de estereótipos negativos que retratavam os papistas espanhóis e portugueses como fanáticos, supersticiosos, cruéis e ignorantes. A partir das considerações sobre a cultura ibérica de Montesquieu e Voltaire, por exemplo, a chamada “lenda negra” se intensificou, a despeito das Reformas, Bourbonica, na Espanha, e Pombalina, em Portugal, que tentaram amenizar a imagem negativa da península diante do mundo europeu.

Nas primeiras décadas do século XIX, vários elementos da lenda negra ressurgiram, no entanto, ela começou a permear com mais força a consciência de um setor significativo das próprias elites intelectuais espanholas e portuguesas. A inquisição, a conquista da América, a expulsão dos judeus, as guerras produzidas por Felipe II da Espanha (Felipe I de Portugal) e o enfraquecimento da economia (indústria e agricultura) atribuído à abundância dos metais preciosos das colônias foram associados ao obscurantismo e considerados os principais elementos para explicação da decadência ibérica. Desta forma, um dos desafios da modernidade para o sul da Europa foi lidar com o paradigma de um progresso que passava por uma estrutura religiosa e cultural oposta a encontrada em Portugal e na Espanha. Esse paradigma teve um impacto considerável sobre as revoluções liberais e os movimentos de independência na

Ibero-América, em que seus agentes passaram a buscar um passado que lhes permitisse inscrever-se na grande corrente da história que estava avançando para o “progresso da civilização”.¹

Tais disputas para o alcance deste paradigma levaram Portugal, desde o início do século XVIII, a se preocupar com a construção de uma memória histórica para o Reino. Assim sendo, a criação da Academia Real da História Portuguesa em 1720 e o seu projeto de uma escrita da história eclesiástica e secular pretendeu remediar a pouca notoriedade que Portugal tinha no mundo.² As tentativas de compreensão e solução para as sensações de decadência e de crise vividos pelos portugueses tiveram significativa continuidade no reinado de d. Maria I por meio da criação da Academia Real das Ciências de Lisboa, fundada em 1779. A consciência de crise portuguesa e sua politização discursiva se constituíram a partir da interconexão entre o problema do desenvolvimento econômico e da reforma jurídica do Reino. O reformismo ilustrado apresentou uma forma paradoxal, em que o ambiente letrado, apesar de ampliar o espaço de debate no Reino, tinha o objetivo de restringi-lo e controlá-lo. Se por um lado, buscavam defender o absolutismo, por outro criavam condições de disseminar ideias que fragilizavam a soberania do monarca. De forma geral, a experiência ilustrada no final do século XVIII permitiu que parte da elite de Portugal formasse uma consciência nova a respeito dos fundamentos da vida social. Essa consciência adveio da tentativa dessa elite para superar o que consideravam o atraso português, e deste modo, os trabalhos de história da Academia buscavam auxiliar no controle do futuro ameaçado pela constante experiência de crise.³

Entre as memórias lançadas pela Academia Real das Ciências de Lisboa, destaca-se a produzida por José Bonifácio de Andrada e Silva (1763-1838), intitulada

¹ SEBASTIÁN, Javier Fernández. A Distorting Mirror: The Sixteenth Century in the Historical Imagination of the First Hispanic Liberals. In.: *Paper for the 2013 session of the Balzan-Skinner Lectures and International Conferences, Romantic Liberalism in Southern Europe, c. 1820-1850*. Faculty of History at the University of Cambridge and CRASSH (Centre for Research in the Arts, Social Sciences and Humanities). 26 April 2013. (No prelo).

² MOTA, Isabel Ferreira da. *A Academia Real da História*. Os intelectuais, o poder cultural e o poder monárquico no século XVIII. Coimbra, Edições Minerva, 2003; SILVA, Taíse Tatiana Quadros da. Poder e episteme na erudição histórica do Portugal setecentista. Uma abordagem do programa historiográfico da Academia Real da História Portuguesa (1720-1721). *História da Historiografia*. Vol. 03, 2009, pp. 204-235.

³ Para uma discussão mais aprofundada sobre a relação entre absolutismo e iluminismo, cf.: KOSELLECK, Reinhart. *Crítica e Crise: uma contribuição à potogênese do mundo burguês*. Rio de Janeiro: EDUERJ: Contraponto, 1999. Para essa discussão em Portugal, cf: SILVA, Taíse Tatiana Quadros da. *Maquinações da Razão Discreta: Operação historiográfica e experiência do tempo na Classe de Literatura Portuguesa da Academia Real das Ciências de Lisboa (1779-1814)*. Tese de Doutorado: UFRJ, 2010.

Memória sobre a necessidade e utilidade do plantio de novos bosques em Portugal, publicada em 1815. Nesta memória Bonifácio defendia que a restauração do Reino a partir de suas antigas virtudes poderia reestruturar a economia portuguesa deixando-a independente das outras nações. Bonifácio desejava que sua *Memória* pudesse “**despertar a atividade adormecida**, e dirigir com segurança e economia a indústria pública e particular”.⁴ Esse modelo de história fazia sentido na linguagem da Restauração, identificada por Valdeci Araujo, na qual o interesse histórico correspondia mais a uma atualização do que a uma reconstrução do passado, assim, a tarefa da história era reconhecer e restaurar um princípio defeituoso e readaptá-lo as novas necessidades do período.⁵

A crescente valorização que o território americano adquiriu no Império Português desde a transferência da corte acentuou as diferenças entre metrópole e colônia. Assim, colocou-se em pauta, para a administração portuguesa, a capacidade de atender politicamente as demandas das partes europeia e americana do Reino Unido nas novas relações que estavam sendo construídas. Manejar a pressão de ambas as partes foi uma árdua tarefa para o governo de d. João VI que precisou repensar os destinos da união entre Brasil e Portugal lidando com as tensões entre as ideias liberais e as práticas do Antigo Regime. Desde a derrota de Napoleão Bonaparte a discussão do futuro do Império amparava-se na necessidade da “conservação da integridade dos domínios portugueses e da manutenção da dignidade do trono”.⁶ Esse cenário desenrolou-se até 1820, quando a eclosão da revolução constitucionalista do Porto abriria a conjuntura para o colapso das soluções reformistas aos moldes do Antigo Regime.⁷ A partir desta conjuntura, a linguagem da Restauração perdia força, pois o “retorno às virtudes” tornava-se cada vez mais difícil diante das experiências vividas. Em oposição à linguagem da Restauração, Araujo identificou a linguagem da Regeneração, que emergiu com o sentimento de esgotamento da história europeia. A partir desta

⁴ ANDRADA E SILVA, José Bonifácio de. *Memória sobre a necessidade e utilidades do plantio de novos bosques em Portugal*. Lisboa: Typografia da Academia Real das Ciências, 1815, pp. 4. – grifos meus.

⁵ ARAÚJO, Valdeci Lopes de. *A experiência do tempo: conceitos e narrativas na formação nacional brasileira (1813-1845)*. São Paulo: Hucitec, 2008, capítulo 1.

⁶ NEVES, Lúcia Bastos Pereira das. O governo de d. João: tensões entre ideias liberais e as práticas do Antigo Regime. In.: CARVALHO, José Murilo; CAMPOS, Adriana Pereira (orgs.). *Perspectivas da Cidadania no Brasil Império*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011, pp. 207.

⁷ Sobre a relação entre Revolução do Porto e Independência do Brasil: PIMENTA, João Paulo Garrido. A Independência do Brasil como uma revolução: história e atualidade de um tema clássico. In.: *História da Historiografia*, Ouro Preto, número 3 – setembro 2009, pp. 53-82; NEVES, Lúcia Bastos Pereira das. Estado e política na Independência. In.: GRINBERG, Keila e SALLES, Ricardo (orgs.). *O Brasil Imperial*, v. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, pp. 95 – 136.

experiência o Brasil passou a ser visto, em especial pelos letrados brasílicos, mas não só por eles, como a possibilidade de um novo começo para Portugal.⁸

Entre 1820 e 1822 várias possibilidades foram extenuadas, e os conflitos da Independência iniciaram um momento de crítica e distanciamento do passado luso. A separação política tornou evidente uma descontinuidade discursiva, acentuando e acelerando uma nova experiência de tempo que tanto para o Brasil quanto para Portugal “representou o desafio-limite para o quadro conceitual herdado do século XVIII luso-brasileiro”.⁹ Neste sentido, após a Independência, diversos letrados produziram narrativas com o objetivo de explicar e justificar a emancipação, embora elas divergissem em alguns pontos relacionados a eventos decisivos daquele acontecimento. Dar sentido à história do Brasil para alguns autores passou pela produção da descontinuidade com Portugal enquanto que, para outros, a continuidade funcionava como um princípio organizador.

José da Silva Lisboa (1756-1835), o Visconde de Cairu, ressignificou em suas obras o processo de colonização portuguesa e atribuiu a ela um caráter fundador, não contraditório com a emancipação política do Brasil. Cairu não encarou a Independência como uma ruptura no processo histórico em sentido individual/evolutivo, mas procurou equilibrar o caráter negativo e o positivo das origens coloniais. Sua interpretação revela que o período de 1808 a 1830 foi caracterizado pela disputa e/ou convivência de formas clássicas/primo-modernas e modernas da escrita da história.¹⁰ Em sentido semelhante, Francisco Adolfo de Varnhagen (1816-1878), em sua *História Geral do Brasil* (1854-1857), procurou demonstrar a continuidade entre o passado colonial e o projeto nacional que vinha sendo produzido. Para Varnhagen, a herança portuguesa conferia um caráter civilizacional ao Brasil que se mantinha através da conservação da monarquia. Em contraponto a perspectiva continuista de Cairu e de Varnhagen, o general José Ignácio de Abreu e Lima (1794-1869), em seu *Compêndio da História do Brasil* (1843), defendeu um distanciamento com a herança portuguesa. Mesmo considerando essa

⁸ ARAUJO, Valdei. *Op. cit.*, em especial o capítulo 2; MEDEIROS, Bruno Franco. *Plagiário, à maneira de todos os historiadores*. Jundiá: Paco Editorial, 2012, capítulos 1 e 2.

⁹ ARAUJO, Valdei Lopes. *Op. cit.*, pp. 20.

¹⁰ DINIZ, Bruno. *Da Restauração à Regeneração: Linguagens Políticas em José da Silva Lisboa (1808-1830)*. Dissertação de mestrado. UFOP, 2010, em especial, capítulo 1.

herança civilizada, ela seria nociva à construção de uma nacionalidade e de uma literatura propriamente brasileira.¹¹

A discussão também teve um significativo espaço na imprensa periódica. Cristiane Camacho dos Santos ressaltou em sua pesquisa a importância dos periódicos para a constituição dos espaços públicos no Brasil. Ao analisar periódicos brasileiros publicados em 1821, ela mostrou como o discurso histórico no que diz respeito à leitura da colonização portuguesa deu materialidade à singularidade da história do Brasil. Seu trabalho evidenciou a ambiguidade no interior desses textos sobre o papel da colonização portuguesa na América, ora tratada como elemento que teria trazido unidade à monarquia portuguesa, assim como civilização ao Brasil; ora apresentada como sinônimo de opressão e exploração historicamente qualificadas.¹²

Essas discussões não se restringiram ao âmbito regional ou local. As narrativas sobre o Brasil já estavam relacionadas a uma experiência de escrita da história cosmopolita como mostrou a pesquisa realizada por André Ramos. Ao analisar tanto a *History of Brazil*, quanto o projeto da História de Portugal do qual esta última faria parte, Ramos defendeu a existência de uma fusão de interesses narrativos e linguísticos portugueses com as preferências tanto temáticas quanto estéticas britânicas, o que evidencia que essas discussões historiográficas não eram determinadas por um local específico, mas construídas internacionalmente.¹³

A obra de Southey sobre o Brasil fora considerada a mais completa macronarrativa ilustrada da então colônia portuguesa que possibilitou a abertura de uma agenda de estudos sobre como a história do Brasil seria inserida na história do mundo uma vez que não se adequava ao modelo narrativo disponibilizado pela historiografia europeia. No primeiro volume, de 1810, Southey valorizou a especificidade da história do Brasil, concebendo-a como complementar e indispensável à unidade do Império, apesar de situá-la em um nível estético inferior. No segundo volume de 1817, o historiador britânico destacava o caráter incerto do futuro do Brasil, mas compreendia que as referências à literatura portuguesa e à formação da língua moldavam o caráter

¹¹ RODRIGUES, Thamara de Oliveira. *Compêndio da História do Brasil: Um projeto de civilização para a nação brasileira. In.: Anais do III Simpósio Impérios e Lugares no Brasil. Itinerários da pesquisa histórica: métodos, fontes e caminhos temáticos.* Mariana: DEHIS/UFOP, 2010.

¹² SANTOS, Cristiane Alves Camacho dos. *Escrevendo a História do Futuro: a leitura do passado no processo no processo de Independência do Brasil.* Dissertação de mestrado. USP. São Paulo: 2010. Consultar, em especial, capítulo 2.

¹³ RAMOS, André da Silva. *Robert Southey e a Experiência da História de Portugal: Conceitos, Linguagens e Narrativas Cosmopolitas (1795-1829).* Dissertação de Mestrado: UFOP, 2013. Consultar, em especial, o capítulo 3.

luso do povo brasileiro. Mas foi somente no último volume, em 1819, respondendo as críticas em torno de sua obra, que Southey produziu uma síntese sobre a história do Brasil mantendo a argumentação de que o povo brasileiro era português na linguagem e nos sentimentos, exaltando a grandiosidade desta herança, contudo, sem deixar de mencionar os aspectos negativos legados pela metrópole portuguesa. Neste sentido, Southey argumentou que a unidade do Brasil se tornou possível devido à herança étnica portuguesa transmitida em um errante processo colonizador, enredado tanto em elementos negativos, por serem opressivos e/ou supersticiosos, quanto positivos, por serem capazes de formar uma nação próspera. Dessa forma, mesmo sendo a *History of Brazil* parte constitutiva da impossibilidade de finalização da *História de Portugal*, esta obra foi fundamental para o letrado demonstrar a importância do Brasil em escala universal, tornando-se imprescindível para àqueles que viriam ainda no século XIX a escrever uma história do Brasil.¹⁴

Em 1815 fora publicada na França a *Histoire du Brésil* escrita pelo francês Alphonse de Beauchamp (1769–1832) em um momento em que a memória sobre a Revolução Francesa estava em disputa. Essa história procurava mostrar para o público francês como a América Portuguesa despontava como uma nação que começava a trilhar o mesmo caminho das nações civilizadas. O trabalho de Bruno Medeiros a partir da análise das tradições historiográficas antigas e modernas presentes na *Histoire du Brésil* mostra como essa obra se conectou a projetos historiográficos e políticos de consequências decisivas para os futuros debates acerca de Portugal e sua colônia americana. Beauchamp afirmara que não existia nenhuma história geral e completa sobre a América Portuguesa, não apenas em língua francesa, mas em qualquer outra. Além do mais, o historiador considerava que um país pouco conhecido como o Brasil não poderia ser tratado como um país da Europa, por esta razão, julgou necessário estudar as características e costumes do Brasil, destacando que Portugal desempenharia em sua história um papel apenas acessório e episódico. A história de Beauchamp, assim, valorizava o espaço de experiência histórica do Brasil em detrimento do Reino de Portugal, e com isso reforçava a ideia de que a decadência de Portugal só poderia se atenuar a partir de sua regeneração impulsionada pelo “novo centro” do Império, seu território americano. Por esta razão, a obra do historiador francês foi bem recebida e

¹⁴ RAMOS, André da Silva. *Op. cit.*, 2013, capítulo 3.

rapidamente traduzida em Portugal por aqueles que consideravam o Brasil como a possibilidade do Império Português recuperar seu espaço entre as potências europeias.¹⁵

Após a Independência, outra *History of Brazil* (1836) fora escrita pelo inglês John Armitage (1807-1856) que desejava que este livro atuasse como uma continuidade da obra de Southey. Flávia Varella estudou a relação desta obra com a formação da historiografia no Brasil das primeiras décadas do século XIX. Para a historiadora existe uma estreita ligação entre os ideais de civilização do Império Britânico e certos aspectos da obra de Armitage, tais como a centralidade do comércio como propagador da sociabilidade moderna e do dinamismo necessário para que as nações pudessem chegar ao estado civilizado. Varella analisou a História de Armitage no que tange ao surgimento de uma narrativa sentimental e da *linguagem do humanismo comercial*. Ela explorou também a recepção da obra pelos contemporâneos brasileiros de Armitage argumentando que partes da *History of Brazil*, marcadamente inscrita dentro de uma historiografia de presença, não foram consideradas como uma possibilidade de narrativa para a história nacional pela grande maioria dos letrados brasileiros oitocentistas.¹⁶

No que tange a compreensão dos eventos e processos relacionados à Independência, os trabalhos mencionados tematizaram tanto as possibilidades político-historiográficas de fragmentação do Império Luso-brasileiro, quanto as estratégias discursivas de mediação temporal mobilizadas posteriormente a 1822, concebidas como indispensáveis para a formação do Império do Brasil. Estas perspectivas possibilitaram tanto a desnaturalização da formação da nação brasileira, quanto a compreensão das continuidades e descontinuidades discursivas que permitiram a sedimentação e coexistência de práticas historiográficas no Brasil no século XIX.¹⁷

Foi a partir de um diálogo com as pesquisas mencionadas que as questões fundamentais deste trabalho se estabeleceram. Quais expectativas foram interrompidas e quais emergiram em Portugal a partir da Independência do Brasil? Como a experiência colonial fora reorganizada diante da perda da “mais preciosa colônia” portuguesa? Que destinos foram considerados possíveis para ambos os Reinos após 1822? Essas questões

¹⁵ MEDEIROS, Bruno Franco. *Op. cit.* 2012, em especial o capítulo 3 da primeira parte.

¹⁶ VARELLA, Flávia Florentino. *Da impossibilidade de aprender com o passado: sentimento, comércio e escrita da história na História do Brasil de John Armitage*. Dissertação de mestrado: USP, São Paulo, 2011.

¹⁷ Além dos trabalhos já citados incluiu-se nesta abordagem: ROSA, G. Lacerda. *A Suprema Causa Motora: o providencialismo e a escrita da História no Brasil (1808-1825)*. Dissertação de Mestrado: UFOP, 2011; RANGEL, M.M. *Poesia, história e economia política nos Suspiros Poéticos e Saudades e na Revista Niterói*. Os primeiros Românticos e a civilização do Império do Brasil. Tese de doutorado: PUC-Rio, Rio de Janeiro, 2011.

podem ser ainda resumidas em uma única: como os eventos da Independência alteraram a experiência da história portuguesa? Esse problema relaciona-se ao processo da modernização da história no mundo luso-brasileiro.¹⁸ Para compreendê-lo, a Independência é incontornável, mas não pode ser desassociada de eventos que marcaram decisivamente o destino de Portugal: a invasão napoleônica e a transferência da corte, processos intrinsecamente ligados à conjuntura acelerada que levou à emancipação da parte americana do Reino Unido.

Para o mapeamento de tais questões, este trabalho teve como um dos objetos fundamentais a experiência da história. Para sua análise, consideram-se os conceitos como fenômenos rastreáveis de performances discursivas capazes de deixar vestígios concretos para a investigação historiográfica, sendo instrumentos de acesso as formas pelas quais uma determinada sociedade experimentou, concebeu e prefigurou a realidade.¹⁹ Do mesmo modo, as narrativas compreendidas como discursos permitem o mapeamento das linguagens historicamente constituídas.²⁰ Outro objeto fundamental é a categoria “distância histórica”, que se refere aos efeitos de temporalidade produzidos ou evocados por um relato histórico, uma vez que este relato incorpora as posições dos sujeitos em relação ao passado.²¹ Essa categoria fora melhor desenvolvida no segundo capítulo desta dissertação, mas, em resumo, ela consiste na análise do ponto de vista produzido na narrativa capaz de abarcar e construir os julgamentos sobre as singularidades do movimento moderno. Isto está relacionado com uma exigência imposta pelo processo de modernização da história que com sua contínua e acelerada transformação impôs a necessidade de um realinhamento da relação entre passado e futuro.²²

¹⁸ Javier Fernández Sebastián, no *Diccionario político y social del mundo iberoamericano* definiu o processo de modernização a partir de uma “transnacionalização” de vocábulos “euroamericanos” e “ocidentais”, que foram adaptados às dimensões nacionais, regionais e locais, o que configurou este processo como um fenômeno cosmopolita. Isto justificaria o fato de nos encontrarmos “ante una pluralidad de modernidades – y también ante una pluralidad de transiciones a la modernidad”. SEBASTIÁN, Javier Fernández. “Hacia una historia atlántica de los conceptos políticos”. In _____. (Dir.). *Diccionario político y social el mundo iberoamericano*. Conceptos políticos en la era de las revoluciones, 1750-1850. Madrid: Fundación Carolina, 2009, pp. 23-45. Consultar também: KOSELLECK, R. *Futuro Pasado. Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto/Puc-RJ, 2006.

¹⁹ KOSELLECK, Reinhart. *Op. cit.* pp. 97-118; KOSELLECK, R. *Historia de Conceptos*. Estudios sobre semántica y pragmática del lenguaje político y social. Madrid: Editorial Trotta, 2012 pp. 9-48.

²⁰ POCOCCO, John Greville Agard. O Estado da Arte. In.: *Linguagens do ideário político*. São Paulo: Edusp, 2003, pp. 23-62.

²¹ PHILIPS, Mark. *Society and Sentiment: genres of historical writing in Britain, 1740 – 1820*. Princeton University Press, 1997, pp. 26

²² KOSELLECK, R. *Op. cit.*, 2006, pp.161-188. Consultar também o segundo capítulo desta dissertação, pp. 94.

Neste sentido, a partir da trajetória intelectual e política do letrado luso, Francisco Solano Constâncio (1777-1846) tornou-se possível seguir a construção e o esgotamento de estruturas narrativas e conceituais fundamentais para a reestruturação da relação Brasil-Portugal após 1822. Este autor, apesar de ter vivido uma carreira pública intensa e diversificada, ainda é um nome que tem passado despercebido nos estudos sobre a cultura histórica luso-brasileira oitocentista. A sua intensa atividade publicista deixou escritos em áreas diversas. Entre os predicados profissionais ao qual seu nome está relacionado, destacam-se: médico, escritor, cientista, filólogo, pedagogo, tradutor, diplomata e jornalista. Mas nesta pesquisa, priorizaram-se os textos de Constâncio destinados a organizar o passado e o futuro de Portugal e Brasil diante da Independência, uma vez que este evento radicalizou a profunda desconfiança no progresso português. Ao acompanhar tais narrativas, verificou-se a dificuldade para restabelecer um sentido positivo para Portugal em função da experiência da perda, dificuldade sedimentada por um ressentimento colocado desde 1808 que inviabilizou, para o autor, o otimismo do progresso de Portugal e do Brasil, pois este último, como filho da pátria-mãe, não poderia escapar aos erros sedimentados em sua história por Portugal.

Assim, no primeiro capítulo, buscou-se descrever a atmosfera histórica instaurada pela Invasão Napoleônica. Consideramos tratar-se de uma atmosfera melancólica provocada pela intensa sensação de insegurança e de medo pela possibilidade de desaparecimento de Portugal enquanto um Reino autônomo. A reação do povo português diante da emigração da corte variou entre uma tristeza relacionada à sensação de se viver em um reino órfão – o “sussurro melancólico do povo” ou o “confuso do povo” – que não sabia expressar o que sentia; e um profundo inconformismo que se explicava pelo medo da dissipação da Monarquia. Por outro lado, a partir de Constâncio, observou-se uma melancolia relacionada à frustração da não instauração dos ideias da Revolução Francesa a partir da presença napoleônica em Portugal e pelo fato, da transferência da corte ter representado o fim da possibilidade de uma relação harmônica entre Brasil e Portugal. Para a descrição desta atmosfera melancólica, o conceito de *restauração* está entre os objetos fundamentais a partir do qual se identificou o intercâmbio entre os campos semânticos clássicos e modernos. Essa amalgamação aponta para o fato da invasão francesa e a transferência da corte terem sido fenômenos que demarcaram o esgotamento de uma experiência histórica orientada pela conquista e pela exploração.

Uma das expectativas para o enfretamento dessa decadência portuguesa fora buscada nos princípios fundamentais da economia política. Por esta razão, o segundo capítulo dedicou-se a analisar alguns textos fundamentais do autor relacionados ao debate político-econômico, priorizando àqueles endereçados ao tema da Independência do Brasil. Procurou-se explorar as expectativas e receios do autor no que tange ao destino do Império Luso-Brasileiro a fim de mapear em que medida a Independência representou o limite de uma experiência histórica lusa. Para isso, analisa-se, primeiramente, o interesse de Constâncio, bem como da comunidade luso-brasileira, pela economia política como uma ferramenta para intervenção no mundo público. Em sequência, identificou-se como muito dos debates em destaque à época colocavam em evidência que a *linguagem do humanismo comercial*, assim como o campo semântico do conceito de progresso, já nasciam evidenciando suas limitações, tornando-se incapazes de solucionar, sem ambiguidades, determinadas questões centrais a Portugal e Brasil, como a manutenção ou não da escravidão ou a expansão do comércio externo. Foi analisado também a Revolução do Porto como um contexto que potencializou e fora potencializado pelas expectativas advindas dos discursos ligados à economia política, tendo sido o primeiro momento de quebra efetiva das restrições otimistas impostas pela invasão francesa. Ainda neste tópico, teve-se o objetivo de descrever a atmosfera histórica do vintismo marcada fortemente pela urgência e pela pressa, tendo sido para toda uma geração o momento decisivo e último para regeneração de Portugal. Por fim, buscou-se analisar como a Revolução do Porto e a Independência do Brasil, ambas partes de um mesmo processo, evidenciaram o esgotamento das soluções tradicionais até então colocadas para o fim da decadência portuguesa, o que resultou na dificuldade para a sedimentação de sentidos positivos para a história de Portugal. Neste contexto, identificamos uma *linguagem revolucionária* nos discursos de Solano Constâncio, analisada a partir do campo semântico do conceito de revolução. Nesta linguagem, verificou-se a completa inoperância tanto da linguagem da restauração, na qual se esperava o retorno ao tempo áureo português, quanto na linguagem da Regeneração, onde o Brasil seria o cenário adequado para o renascimento de Portugal. Constâncio defendia a inviabilidade do passado português marcado pela destruição de todas as virtudes ideais a civilização do século XIX e considerava o Brasil distante de qualquer progresso, pois fora condenado pelos vícios portugueses irreversíveis como a escravidão. A proposta do autor variou entre a defesa de uma decadência definitiva na qual Portugal jamais alcançaria as estruturas fundamentais para ser uma nação

autônoma e entre a necessidade de uma revolução que seria a única saída para reversão deste quadro.

No entanto, observou-se que os momentos adequados a esta revolução, a Revolução do Porto e a Independência do Brasil, não foram suficientes para a salvação portuguesa e brasileira, restando, ao fim de ambos os processos, uma descrença profunda no futuro. Neste sentido, no terceiro capítulo restou compreender quais expectativas sobreviveram, ou se novas emergiram uma vez concretizado o processo de Independência do Brasil, ou, se ao fim, sedimentou-se para Constâncio a “ruína” em Portugal de modo irremediável, como tanto defendia.

Em 1839, Constâncio publicaria sua *História do Brasil*. O que o teria levado a escrever tal história quase vinte anos após a Independência? Em primeiro lugar, considerou-se que a obra constituiu-se como uma resposta às sínteses sobre o destino do Império Luso-Brasileiro dadas anteriormente, entre as quais destacamos as obras de Robert Southey, Alphonse de Beauchamp e John Armitage. Procurou-se também apresentar uma reconstituição da síntese oferecida pelo autor no que tange fundamentalmente a história contemporânea do Brasil em sua relação com a herança portuguesa. Identificou-se, nesta síntese, uma aproximação intensa entre os destinos de Brasil e Portugal. Por fim, procurou-se analisar a repercussão da *História* de Constâncio pela comunidade letrada luso-brasileira, marcada por uma forte recusa que remete para a existência de múltiplas e ambivalentes formas de apreensão da experiência histórica em torno da Independência. Acreditamos que tais reflexões evidenciam o afastamento da compreensão da modernidade no mundo luso-brasileiro como incompleta e inacabada, como se estivesse sempre por se realizar. Ao contrário, tal quadro permite a identificação de uma modernidade que demonstrava desde o início seus próprios limites e contradições.

CAPÍTULO 1

A TERRA DAS DORES: MELANCOLIA E DECADÊNCIA NO PORTUGAL DE 1808

1.1) A invasão napoleônica e a transferência da corte: insegurança, orfandade e melancolia

Em março de 1808, José Acúrsio das Neves (1766-1834) começara a escrever sua *Memória histórica da Invasão dos Franceses em Portugal*, que viria a ser publicada no mesmo ano. O autor se posicionou como uma testemunha ocular em relação aos acontecimentos ligados à invasão napoleônica e a conseqüente transferência da corte portuguesa para o Brasil. Através de sua narrativa, considera-se que esses eventos teriam sido responsáveis pela produção de uma atmosfera histórica melancólica no reino português.²³ Procura-se descrever essa atmosfera ao longo do capítulo, mas observa-se previamente que a melancolia aqui se refere a um sentimento de fracasso que provocara uma tristeza *provisória* em razão de uma experiência de decadência física e moral e pela perda de soberania; decadência prolongada, mas não compreendida como definitiva.

A iniciativa de escrever uma *memória histórica* partiu da dupla necessidade de “armazenar” as experiências advindas dos acontecimentos do final do ano de 1807, funcionando assim como um memorial, ou um registro para lembrança no futuro; assim como organizar e dispor interpretações que assegurassem a superação dessa atmosfera

²³ Entendemos por atmosfera histórica ou clima histórico o que Hans U. Gumbrecht chama de *Stimmung* – uma experiência que sugere a presença de um toque material – o mais leve toque material possível que produz sentimentos internos de desconforto para os quais ainda não existem conceitos, porém, conduz de uma “disposição” específica em direção ao que é latente e de cuja presença se está seguro, ainda que não se conheça sua identidade. Podemos denominá-lo como um conjunto de sentimentos, ou utilizando o vocabulário heideggeriano, “tonalidades afetivas” que operam nos sujeitos históricos em um tempo específico. Em resumo, o clima refere a algo objetivo que envolve as pessoas e exerce uma influência física sobre elas. Cf.: GUMBRECHT, Hans U. Uma rápida emergência do “clima de latência”. *In.: Topoi*, v. 11, n. 21, jul.-dez. 2010; GUMBRECHT, Hans U. *Atmosphere, mood and Stimmung*. On a Hidden Potential of Literature. California: Standfor University Press, 2013.

Valdeci Araujo defende que juntamente com a abertura de um campo de experiência marcada pela modernização do conceito de história associa-se a descoberta da existência desses climas históricos na segunda cascata de modernidade. A partir deles, os homens do início do XIX acreditavam poder se relacionar com o passado em termos de apresentação e representação destes climas, e assim, passaram a criar estratégias a fim de se relacionar com o passado. Cf.: ARAUJO, Valdeci Lopes. Observando a observação: sobre a descoberta do clima histórico e a emergência do cronótopo historicista, c.1820. *In.: CARVALHO, J.M. & CAMPOS, A.P. Perspectivas da Cidadania no Brasil Império*. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 2011, pp. 281- 303.

melancólica. A escolha pela *memória* estava relacionada à própria experiência de Acúrsio da invasão francesa, mas ela não se limitaria a ser um relato de experiência, uma vez que essa *memória* tratava de algo extremamente contemporâneo ao autor. Estando esses eventos ainda em ação, Acúrsio desejou mediar a influência que eles teriam sobre o presente e o futuro de Portugal a partir de uma interpretação *histórica* atrelada a concepções específicas do passado português.

Acúrsio iniciou sua *Memória* a partir da consequência mais decisiva da invasão napoleônica, a transferência da corte:

Partiu o príncipe regente com toda a Família Real n'uma Esquadra de quinze Vasos de Guerra no dia 29 de Novembro de 1807, deixando nos corações de seus vassalos, principalmente nos do povo da Capital, **a maior consternação, e desalento, que jamais se experimentou nas calamidades de Portugal.**²⁴

Esse evento político fora relacionado pelo autor a um “raro fenômeno físico” ocorrido apenas dois dias após a saída da corte – “se levantou da parte de sueste um tufão de vento tão carrancudo e medonho, e acompanhado de um som tão estrepitoso, que parecia querer engolir a terra, e impelir o Tejo todo sobre a Cidade”.²⁵ No entanto, “tão horrendo fenômeno”, segundo Acúrsio, não fora interpretado como um mau presságio, ao contrário, o tufão permitiu que o dia 29 de novembro, dia da emigração, fosse considerado “**um dia de milagre**, por ser um dia claro, (...) **um rasgo da Providência** aos olhos de um povo não crédulo, mas religioso, e amante de seus Soberanos, e da sua pátria ameaçada”.²⁶

A consternação e desalento provocados pela ausência da corte foram compensados a partir de um fenômeno físico que figurou como um presságio de otimismo. Essa associação de um fenômeno político a um fenômeno físico era um recurso recorrente na historiografia clássica, em que os historiadores antigos, dentre os quais destaca-se Tácito, interpretavam os acidentes próximos dos fenômenos políticos como presságios. Esse procedimento foi claramente percebido e utilizado pelos historiadores no início do século XIX. Alphonse de Beauchamp (1769–1832), por exemplo, considerava esse recurso uma estratégia historiográfica propícia “a produzir as mais vivas impressões em quem as lias, pois descreviam o que sua alma [a dos

²⁴ NEVES, Acúrsio José das. *Memória Histórica sobre a Invasão dos Franceses em Portugal no ano de 1807*. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1808, pp. 3 – grifos meus.

²⁵ *Idem, ibidem*, pp. 6.

²⁶ *Idem, ibidem*, pp. 6 – grifos meus.

historiadores] sentia vivamente”.²⁷ A partir desta associação, Acúrsio desejou argumentar que a saída da corte não representava um fim derradeiro, ao contrário, o tufão poderia ter acontecido simultaneamente à saída do Rei, no entanto, neste dia fizera sol. Mas a imagem do tufão, deixava também espaço para uma ambiguidade que não poderia ser dita de forma explícita pelo autor, pois o presságio é um recurso que pressupõe o futuro regido por algum grau de indecidibilidade, como a fortuna. Um mesmo evento poderia ser considerado bom ou mau presságio, a depender do futuro, sendo ele não necessariamente um destino, mas um sinal. Por esta razão, o autor conduz à compreensão de que o fato do tufão não ter impedido a saída da corte fora positiva. Se o tufão indicaria algum mal seria referente à presença francesa no Reino. Desta forma, a corte fora uma vítima, e sua saída uma consequência trágica da verdadeira causa dos males que os portugueses viviam naquela conjuntura: a perda de sua autonomia para a França, sendo este o tema fundamental de sua *Memória*:

É quase impossível que o coração mais duro, ou mais frio não faça correr lágrimas pelos olhos, que a cada passo observam nas ruas de Lisboa, as carruagens, os criados, as librés, e todas as coisas pertencentes aos nossos amáveis Soberanos convertidas no serviço, e no prazer de quatro forasteiros, que sabendo-se de seus obscuros princípios, aspira cada um por seu modo a grandeza e pompa Real, e afeita todas as maneiras da Majestade com que pretendem oprimir os desvalidos Portugueses.²⁸

Além da tristeza pelo uso das riquezas da Casa de Bragança pelos franceses, a situação do povo português e da cidade de Lisboa foi também descrita através de uma narrativa lúgubre:

Para escapar a calamidade, que indica ser mais horrorosa para o futuro, muitas milhares de pessoas se tem refugiado para as Províncias, e para fora do Reino, sendo muito para notar que até os próprios Franceses domiciliados em Lisboa, se tem retirado desta Cidade, aonde mais de metade de seus habitantes pede esmola, ou a quem já não pode dar, ou a quem tem dinheiro, mas quer fazer figura de pobre para escapar a rapacidade do Governo. Lisboa já não é a rica, e pomposa Rainha do Tejo, **é quase uma Aldeia, erma e solitária, sem carruagens, sem teatros, sem alegria, e sem pão, senão para os Franceses,** ou para os afrancesados, porque só estes folgam, quando os mais se lamentam; **pode dizer-se, que Lisboa não é mais que um cadáver descarnado pelos Milhafres, e carneiros Abutres.**²⁹

²⁷ MEDEIROS, Bruno Franco. *Plagiário, à maneira de todos os historiadores*. Jundiaí: Paco Editorial, 2012, pp. 26.

²⁸ NEVES, Acúrsio José das. *Op. cit.*, pp.15.

²⁹ *Idem, ibidem*, pp. 16 – grifos meus.

Além da dor que a presença francesa e suas ações no Reino provocaram, a ausência do corpo do Rei também constituiu um fator intenso dessa atmosfera melancólica. A tristeza causada pela *saudade* da Rainha e do Príncipe Regente, que demarcavam um conjunto simbólico fundamental a estrutura do Antigo Regime, produzia instabilidade em relação ao futuro político de Portugal. O Rei tornara-se um desterrado de seu próprio reino, pela primeira vez não seria ele a enviar descobridores, comerciantes ou exilados para enfrentar o mar, ele próprio fora enviado. Na *História Geral da Invasão dos Franceses em Portugal, e da Restauração deste Reino* (1810-1811), Acúrsio escreveu sobre a postura de d. João VI, ao deixar Portugal, ressaltando o ineditismo do evento e os riscos de suas consequências, além do desalento do próprio Rei:

Queria falar e não podia; queria mover-se e, convulso, não acertava a dar um passo: caminhava sobre um abismo, e apresentava-se-lhe à imaginação um futuro tenebroso e tão incerto como o oceano a que ia entregar-se. Pátria, capital, reino, vassallos, tudo ia abandonar repentinamente, com poucas esperanças de tornar a pôr-lhes os olhos, e tudo eram espinhos que lhe atravessavam o coração.³⁰

Devido ao ineditismo e instabilidade ligados à transferência da corte que, Acúrsio descreveu com certo exagero proposital, tornou-se necessário a produção de narrativas com o objetivo de estabilizar o evento. Ele foi um dos primeiros que em sua *Memória* já buscava organizar o acontecimento a partir do uso de linguagens políticas específicas que visavam oferecer uma razão para o “sofrimento” português. A Proclamação do dia 2 de dezembro em que os franceses julgavam por extinta a Casa Real de Bragança pelo crime de emigração foi justificada pelo autor como “a maldade e ignorância que cegou os franceses na usurpação de Portugal”. Ele recorreu ao que chamou de “leis fundamentais dos Estados da Europa” em que nunca foi vetado a um Príncipe sair de seu Estado por interesse do mesmo Estado ou de sua “real pessoa”. Os franceses fizeram esta acusação com base nas Cortes Portuguesas de 1641 que foram as primeiras após a Restauração de 1640.

Essas cortes inauguraram uma doutrina que defendia que o poder provinha de Deus através do povo, que, por sua vez, o transferia para o rei. Em caso de usurpação ou tirania, o povo tinha o poder de destituir o rei, tal como fizera com Filipe IV. Antes

³⁰ NEVES, Acúrsio José das. *História Geral da Invasão dos Franceses em Portugal, e da Restauração deste Reino*. Rio de Janeiro: Imprensa Régia. Tomo I, 1810-1811, pp. 150-156.

mesmo de iniciar a argumentação jurídico-política que, procurava justificar os direitos de d. João IV – rei que instituiu a Casa de Bragança ao fim da dominação espanhola – e, a ilegitimidade de Filipe IV, as Cortes de 1641 pretenderam fundamentar a sua própria legitimidade e seu poder deliberativo em matéria de “eleição” do rei. Justificando em nome do direito político geral, tal como as teses escolásticas o concebiam, que como o poder político compete originariamente ao povo, pertence a ele escolher de novo o rei, quando há dúvidas acerca da sucessão.

Com base nesta Corte, os franceses destituíram a casa de Bragança sob o argumento de crime de emigração e deixaram a possibilidade de aclamação de um novo rei, uma vez que não se tinha apenas uma dúvida sobre sucessão, mas algo mais dramático, a ausência da nobreza e de seu principal protagonista: o Príncipe Regente. Essa medida fora um dos episódios mais dramáticos para os portugueses, pois a extinção da Casa de Bragança poderia representar o desaparecimento de Portugal. Acúrsio contra-argumentou a medida francesa expondo que as Cortes de 1641 foram organizadas a partir da “catástrofe de 1578” – a derrota na batalha de Alcácer-Quibir que resultou na morte do rei d. Sebastião. Este evento pôs fim à Dinastia de Aviz. O sucessor, seu tio Cardeal Henrique, tinha 70 anos a época. À sua morte, em 31 de Janeiro de 1580, seguiu-se uma crise de sucessão em que Felipe II tomou o trono português. Para Acúrsio, o evento de 1807 não se tratava de um crime de emigração, mas de uma saída necessária relacionada aos interesses nacionais rumo a um território legitimamente português em função da presença tirânica francesa.³¹

Quando o Príncipe Regente saísse dos seus Estados, nem por isso se podia julgar logo por Emigrado,[...] quanto mais não saindo ele dos mesmos Estados,

³¹ É neste contexto que a ideia de Império Luso-Brasileiro tornou-se mais forte, pois passou a incorporar maior interdependência entre a metrópole e a colônia, subscrevendo uma emancipação da ideia de sujeição direta da colônia em relação à metrópole. A ideia de Império Luso-Brasileiro foi, então, uma continuidade nesta política de entrelaçamento de interesses entre portugueses europeus e os portugueses americanos e de valorização do espaço político e econômico do Brasil a partir de reformas econômicas como as realizadas pela ação ministerial de Dom Rodrigo de Souza Coutinho, que buscava um melhor aproveitamento das potencialidades econômicas do território brasileiro. Também foram concretizadas mudanças políticas significativas como a elevação da América Portuguesa a Reino Unido de Portugal e Algarves em 1815, que propiciou entre outros elementos, uma legitimação do território brasileiro no Império. Para Kenned Maxweel, a chamada geração de 1790 constituiu a ideia de “Império Luso-Brasileiro” ao buscar soluções particularmente luso-brasileiras para os problemas oriundos do nacionalismo, colonialismo, republicanismo e da monarquia. Mas é importante observar que esta mesma geração na tentativa de conciliar os interesses da metrópole e da colônia, fundamentou também as condições para a separação futura do Império Luso-Brasileiro, ressaltando a alteridade e especificidades da demanda de ambos os territórios. Cf.: MAXWELL, Kenneth. A geração de 1790 e a ideia do Império Luso-Brasileiro. In.: *Chocolate, piratas e outros malandros: ensaios tropicais*. São Paulo: Paz e Terra, 1999 e DIAS, Maria Odila. L. S. *A interiorização da metrópole e outros estudos*. 1ª. ed. São Paulo: Alameda casa editorial, 2005.

mas indo visitar a mais rica e a mais vasta porção deles, não só por sábias medidas de política e de Governo, por decoro e por dignidade da sua Coroa, mas por grandes e verdadeiros interesses da sua Nação em Geral.³²

A justificativa da saída do Rei como um mal necessário e não como um crime de emigração, tinha além da tentativa de manutenção da soberania da Casa de Bragança diante do mundo Europeu, um objetivo pedagógico para o povo, uma vez que a saída da corte “quebrava o pacto entre senhor e vassallos, revestindo-se de uma enorme dimensão simbólica para as populações do Antigo Regime, ao criar um sentimento de *orfandade* política.”³³

A reação do povo português diante da emigração da corte variou entre uma tristeza relacionada à sensação de se viver em um reino órfão – o “sussurro melancólico do povo” ou o “confuso do povo” – que não sabia expressar o que sentia; e um profundo inconformismo que se explicava pelo medo da instauração de uma república. Entre as elites politizadas e letradas a saída da corte gerou opiniões diferentes: uns a consideravam um ato de covardia e de abandono da Pátria-mãe, (compreensão que se consolidou na historiografia como a tese da fuga), tendo como um de seus expoentes, José Liberato Freire de Carvalho (1772-1855). Outros, como Hipólito José da Costa (1774-1823), compreenderam o evento como a única medida política eficiente capaz de privar Portugal do mesmo destino da Espanha e, conseqüentemente, como única forma de garantir sua soberania. Essa interpretação sistematizou-se na historiografia como a tese da estratégia política.³⁴ Na Academia Real das Ciências de Lisboa, a ausência do rei provocou uma desorientação do grupo, “esvaziando os rituais acadêmicos de sentido e tornando sem finalidade os trabalhos dos ilustrados”.³⁵ A declaração pública da Academia em defesa da casa de Bragança e do absolutismo monárquico teve o objetivo de provar sua fidelidade ao regime, uma vez que a não homogeneidade dos sócios fez com que fosse acusada, por vezes, de “afrancesada”.³⁶ Na *Memória* de Acúrsio o

³² NEVES, Acúrsio José das. *Op. cit.*, 1808, pp. 61-62 – grifos meus.

³³ NEVES, Lúcia Maria Bastos das. *Napoleão Bonaparte* – Imaginário e política em Portugal c. 1808-1810. São Paulo: Alameda, 2008, pp. 89.

³⁴ Sobre a invasão napoleônica em Portugal e suas conseqüências cf.: NEVES, Lúcia Maria Bastos das. *Op.cit.* 2008; PRADA, Antonio Moliner. O olhar mútuo: Portugal e Espanha na Guerra Peninsular (1807-1814). In.: CARDOSO, J.L.; MONTERIO, N.G.; SERRÃO, J.V. (orgs.) *Portugal, Brasil e a Europa Napoleônica*. Lisboa: ICS, 2010, pp.109-140.

³⁵ SILVA, Taíse Tatiana Quadros da. *Maquinações da Razão Discreta: operação historiográfica e experiência do tempo na Classe de Literatura Portuguesa da Academia Real das Ciências de Lisboa (1779-1814)*. Tese de Doutorado (UFRJ), 2010, pp. 106.

³⁶ *Idem, ibidem*, pp. 105-118.

parágrafo sobre a ausência da Rainha no dia de seu aniversário é fundamental à compreensão dessa melancolia, aqui relacionada à necessidade da presença da corte:

Por este meio tempo tiveram os moradores de Lisboa uma ocasião de ajuntar aos desastres presentes, que sentiam, **um objeto da mais viva e dolorosa saudade**; porque ocorrendo o abençoado dia 17 de Dezembro, dia dos anos da sua sempre amável Rainha, dia de regozijo e de júbilo para todos os Portugueses, **este mesmo foi agora um dia de luto, e de verdadeira orfandade**. Os mesmos Franceses reconheceram e justificaram publicamente a justa dor dos Portugueses, e para evitarem novo tumulto reforçaram as guardas e patrulhas; fizeram estar debaixo das armas o dia inteiro os dois mil homens da Praça do Castello; que ao mesmo passo se achavam já guarnecidos de gente armada quase todos os dezessete Vasos de Guerra, que o Príncipe Regente deixou no Tejo: **mas não houve um tiro de alegria, nem um vestido de gala, nem uma voz de prazer, e eis-aqui como se celebraram os anos da Rainha neste infeliz Dezembro.**³⁷

Todos esses elementos conviviam e acentuavam um sentimento de dúvida sobre o futuro de Portugal ligado à obscuridade da integridade do Reino e, assim, um período de instabilidade política e social se desenvolvia, marcado pela insegurança e pelo sentimento de orfandade, este caracterizado pela sensação de perda de proteção do Príncipe regente e da Rainha.

Apesar do ineditismo da transferência da corte, a invasão francesa fora constantemente associada à experiência da dominação espanhola sobre Portugal entre 1580 a 1640, reforçando a sensação de perda de independência. Esta associação foi fundamental para que a atmosfera melancólica não fosse extenuante, o que significa dizer que os portugueses a enfrentaram, pois podiam encontrar no passado uma referência exemplar de superação. Não por acaso, tanto a emancipação portuguesa da Coroa Espanhola em 1640, quanto a emancipação em relação à França foram chamadas de “Restauração”, conceito que indicava um movimento de retorno a um estado anterior.

O conceito de Restauração remete a uma experiência temporal em que o princípio filosófico e histórico é a existência de uma lei constante do desenvolvimento dos povos, que avança e regride em ciclos eternos. Um dos autores que discutiu os fundamentos e sentidos da história a partir dessa compreensão foi João Batista Vico (1668-1744). Em sua obra *Scienza Nuova* (1725, 1730, 1744) descreveu a existência de uma história eterna ideal que acontecia no tempo através da história de todas as nações no seu nascimento, progresso, maturidade, declínio e queda. Como esta história ideal se

³⁷ NEVES, Acúrsio das Neves. *Op. cit.*, 1808, pp. 40-41 – grifos meus.

concretizava na história dos povos; conhecendo a história humana, desde seu início, seria possível conhecer essa história eterna ideal. Com esta perspectiva, Vico organizou uma concepção imanente e cíclica da história, feita a partir de fluxos e refluxos composta por três fases. A primeira é o tempo dos deuses, em que os homens acreditavam que eram orientados por um poder divino que se manifestava através dos oráculos. A segunda é a fase dos heróis, homens poderosos que sedimentavam governos aristocráticos em todas as sociedades e, consideravam-se necessários devido à incapacidade dos plebeus. A terceira época é a dos homens que se reconheciam como iguais, a chamada época racional. O importante é que essas três fases são progressivas; a história passa da anarquia para a ordem, do caos para costumes civilizados. No entanto, esta progressividade não possui um *telos* linear. Ao contrário, o fim da história é a decadência total seguida de um novo retorno à selvageria inicial para recomeçar um novo ciclo que repete o anterior. Tem-se, então, a compreensão de um retorno histórico que passa por um complexo processo de decadência, isto porque a Providência, que para Vico, respeita a liberdade do homem para construir-se ou destruir-se, usa o processo histórico como advertência pedagógica aos povos, sinalizando o mal-estar causado pela decadência, momento de completo desperdício das virtudes morais e físicas, no qual vigora a corrupção.³⁸

Os portugueses acreditavam se relacionar com uma experiência temporal semelhante à descrita por Vico. Neste sentido, a tarefa do historiador, como notou Valdeci Araujo, era reconhecer e restaurar um princípio emperrado ou contaminado e adaptá-lo às necessidades do século – “esse esforço aproxima o passado do presente de tal forma que ele se torna imediatamente disponível, é mais uma ação contra o tempo do que no tempo, ignorando-se os seus efeitos”.³⁹ O que torna possível a crença na possibilidade de restauração é a ideia de germe, que associado à metáfora de fermentação é um elemento epistemológico necessário para a incorporação dos intervalos entre decadência e ascensão. A partir da ideia de germe, podia-se acreditar que, por detrás do caos, existiriam latentes as virtudes eternas que garantiriam o retorno à civilização. Uma observação importante é que esse movimento de retorno não se

³⁸ Sobre a compreensão temporal em Vico, consultar: PEGARARO, Olinto. A. *Sentidos da História*. Petrópolis: Editora Vozes, 2011, pp. 137-156.

³⁹ ARAÚJO, Valdeci Lopes de. *A experiência do tempo: conceitos e narrativas na formação nacional brasileira (1813-1845)*. São Paulo: Hucitec, 2008, pp. 30.

limita simplesmente a repetição de um modelo, mas a realização de um princípio, que quando perdido precisaria ser retomado.⁴⁰

Leremos a associação que Acúrsio fez entre a invasão napoleônica e a dominação espanhola do século XVI. Nela tem-se a compreensão de que ambas constituíram uma experiência circunstancial do tempo, ou seja, foram uma condição inevitável da ordem das coisas, logo, foram relacionadas a um tempo previsível, estruturado a partir de modelos que não tinham como objetivo a simples repetição dos fatos, mas a realização de um princípio. Em Acúrsio esse princípio é o desenvolvimento do patriotismo, que se apresentava como uma justificativa para as experiências de perda de autonomia portuguesa.

Conheça pois, a Europa e o Mundo, que os Portugueses não fazem por ora mais, do que, **ceder por um pouco as fatais circunstâncias do tempo, que no fundo da sua alma vive, e cresce o Patriotismo**, que senão acabou nem extinguiu nos sessenta anos do cativo de Espanha; e cuja explosão deve ser ainda mais forte a proporção das maiores injustiças, e atrocidades, **que tem sofrido debaixo da segunda tirania.**⁴¹

Na conclusão de sua *Memória*, Acúrsio assegurou que Portugal iria superar a experiência “tirânica” napoleônica, e que esta superação adviria de um conjunto de valores e de altivez, ou seja, a partir de um aperfeiçoamento de um sistema moral que ele denominou de “sistema de valor e de brio”. Outro fator que garantiria essa superação seria a mudança da *fortuna*, entendida como destino de seus inimigos que tem como sustentação do governo a rapina, metáfora que aqui significa o roubo praticado pela violência e a extorsão. Ou seja, a Independência portuguesa seria proporcionada pela recuperação de seus princípios que deveriam ser resgatados no passado e, pela própria circunstância do tempo, que asseguraria a derrota inevitável dos franceses devido aos seus vícios.

Por meio de um tal sistema de valor e de brio escaparemos certamente a novos insultos do Tirano da Europa, que tudo concorre a fazer esperar, que não se sustentará por muitos anos sobre um Trono de sangue e de rapina. **Os nossos Inimigos serão mais tratáveis quando lhes tiver mudado a fortuna:** e então concluída uma paz permanente debaixo do Governo Paternal dos nossos amáveis Soberanos, as vastas e deliciosas campinas do Brasil se verão cobertas dos artefatos, e dos frutos das Artes criadoras, dos ditosos habitantes encherão a face da terra, e as nossas Quilhas cruzando todos os Mares, levarão a todos os portos do mundo o supérfluo de nossas riquezas: os Costumes dos Portugueses nutridos pela Religião de seu País, e edificados pelo exemplo dos Grandes e do Monarca darão ao novo Império a solidez e a consistência, que o fará durar nos

⁴⁰ *Idem, ibidem*, consultar em especial o capítulos 1.

⁴¹ NEVES, Acúrsio José das. *Op. cit.*, 1808, pp. 63 – grifos meus.

séculos futuros, para felicidade dos Nacionais, inveja e assombro dos Estrangeiros.⁴²

No entanto, essa tentativa de interpretar a história como pré-estruturada, produziu contradições, pois apesar da continuidade da função da exemplaridade clássica da História, este aprendizado não poderia mais se basear na imitação de narrativas escritas para a lisonja das virtudes militares dos monarcas, como os panegíricos. O desafio frente à inédita conjuntura contemporânea exigiu que o historiador ultrapassasse o panegirista incorporando à narrativa histórica as virtudes civis do povo, isso porque a exemplaridade histórica não estava mais voltada para o passado, mas para o futuro.⁴³

Como exemplo de uma virtude civil, Acúrsio se referiu ao patriotismo como um princípio que se desenvolvera durante as invasões espanhola e francesa e as justificava. O patriotismo é um conceito propriamente moderno criado no século XVIII, precursor de diversos “ismos”, que fora fundamental na consolidação de conceitos como republicanismo, liberalismo, imperialismo, socialismo, etc. Não nos dedicaremos a uma investigação deste conceito. O que nos interessa aqui é evidenciar que a exemplaridade histórica era valorizada, mas para tentar impor uma organicidade ao horizonte histórico marcado por um grande grau de indecidibilidade, de incertezas, uma vez que se compreendeu a insuficiência de modelos narrativos clássicos para explicar e organizar os eventos contemporâneos.⁴⁴

Outro fator, que reforça os argumentos expostos acima, foi o fato de Acúrsio denominar a futura “Restauração de Portugal” em relação à invasão francesa como um *prognóstico*. O autor considerou que a invasão napoleônica devido a sua tirania dificultaria a união desejada pelos “tristes portugueses da Europa” aos “portugueses da

⁴² *Idem, ibidem*, pp. 86-87 – grifos meus.

⁴³ André Ramos ao estudar o projeto de uma história erudita e filosófica de Portugal proposto pelo membro da Academia Real de Ciências de Lisboa, Antônio Caetano do Amaral, demonstrou as expectativas dos letrados portugueses com relação a uma macronarrativa capaz de explicar o processo de formação histórica do Reino. Este projeto baseava-se na expectativa de uma ruptura tanto com relação à virtude militar, quanto à sua exposição narrativa em panegíricos. Consultar: RAMOS, André da Silva. *Robert Southey e a Experiência da História de Portugal: Conceitos, Linguagens e Narrativas Cosmopolitas (1795-1829)*. Dissertação de Mestrado. (UFOP) 2013, em especial, o capítulo 2.

⁴⁴ Os estudos de Koselleck sobre o conceito de patriotismo apontam que ele nasce de uma compreensão moderna do conceito de “patriota”. Este termo se constituiu em uma figura chave da ilustração política, comprometida conscientemente com o “patriotismo”, amor ativo pela pátria que os patriotas plasmaram neste conceito inédito. Toda a semântica política se transformou, segundo Koselleck, com a aparição do patriotismo, permitindo que entre a autoridade do monarca e os súditos, novas experiências em relação à pátria surgissem. Essa ideia permitiu que a pátria se desvinculasse simbolicamente do seu pai, (o rei) e a própria pátria passou a ocupar um lugar como um novo ator coletivo. Cf.: KOSELLECK, Reinhart. *Patriotismo. Fundamentos y limites de un concepto moderno*. In.: *Historias de Conceptos*. Estudios sobre semántica y pragmática del lenguaje político y social. Madrid: Editorial Trotta, 2012, pp. 143-160.

América”. Nesta parte da *Memória* se anunciou seu medo pela Independência do Brasil, pois identificara na tomada da Real Casa da Espanha pelos franceses o início da emancipação das colônias espanholas. Foi esta associação, entre a invasão francesa e a independência da América espanhola, que levou Acúrsio a percepção de que a Restauração dependia de uma “**nova revolução**, uma insurreição geral de todas as potências da Europa para reivindicarem contra o comum Inimigo os **antigos direitos** da sua liberdade e independência”.⁴⁵ Aqui, em uma primeira leitura, podia-se compreender o conceito de revolução em seu sentido clássico, ou seja, algo que conduziria de volta ao ponto de partida do movimento do tempo, o início do ciclo, funcionando ao fim, quase como um sinônimo para o conceito de restauração.⁴⁶ No entanto, percebe-se que os campos semânticos dos conceitos de restauração e revolução se tornam íntimos de um modo mais complexo, pois o conceito de revolução aparece justamente diante das limitações que a experiência do tempo a partir de 1807 em Portugal impôs ao conceito de Restauração. A expectativa na restauração remete ao desejo da retomada da autonomia portuguesa, mas isso já não parecia possível tão facilmente diante da força napoleônica e de seus efeitos, seria preciso uma estrutura mais radical, segundo Acúrsio, capaz de produzir uma interrupção mais significativa do avanço de Napoleão, ou seja, para os “princípios antigos” serem realinhados seria necessário, como apontou o autor, uma “nova revolução, uma insurreição geral de todas as potências da Europa”.

A partir dessa produção de intimidade entre os campos semânticos dos conceitos de restauração e revolução na *Memória* de Acúrsio, pode-se compreender melhor a explicação dada por Koselleck de que a revolução que, despontou na modernidade a partir da imagem de uma direção irreversível, simultaneamente acabou por provocar novas estruturas em uma ligação com o processo histórico disponível. Koselleck afirmou que “a revolução moderna permanece sempre afetada por seu contrário, a reação”.⁴⁷ Esta passagem significa que a revolução em uma tentativa de destruir a reação (tradição), acaba sempre por reproduzi-la. Em outras palavras, a revolução é sempre motivada/despertada pela insatisfação com a estrutura determinante e uma vez que deseja a transformação radical desta estrutura, todo o horizonte que se abre só pode se estabelecer a partir de algum horizonte anterior perdido que será sempre rearticulado. Ou seja, a revolução na modernidade encontra-se com o processo histórico na medida

⁴⁵ NEVES, José Acúrsio das. *Op. cit.*, 1808, pp. 82 – grifos meus.

⁴⁶ KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado*. Contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto, PUC-Rio, 2006, pp. 61-78.

⁴⁷ *Idem, ibidem*, pp. 37.

em que rearticula e reaviva antigos horizontes obscurecidos. Acúrsio parece ter consciência de tal processo quando usa simultaneamente os dois conceitos, a consciência de que não se pode mais propriamente re-experimentar o tempo áureo português, mas que em uma nova conjuntura ele pode ser rearticulado.⁴⁸

Foi ao tratar deste contexto que Acúrsio escreveu uma nota nomeando sua expectativa na Restauração como um prognóstico:

A Revolução de Espanha conduziu necessária e imediatamente a Revolução de Portugal, e nela temos o inexplicável prazer de ver verificadas pelos fatos as principais circunstâncias do nosso **prognóstico** na presente Memória: pois que já hoje em Outubro de 1808 temos visto que os Portugueses têm desenvolvido as virtudes e o caráter do mais heróico patriotismo.[...]

A segunda Restauração de Portugal será sempre mais gloriosa, e levará mais vantagem sobre a Restauração de 1640 como mais largamente teremos ocasião de mostrar nas seguintes Memórias que meditamos. Não falta para inteiro complemento do **Prognóstico**, senão a ruína do Trono que o Corso levantou sobre montões de cadáveres e de rapinas; ele já tem perdido muita da falsa opinião que soube adquirir, e cedo se verá submergido no abismo da sua mesma ambição.⁴⁹

Segundo Koselleck, ao longo dos primeiros séculos da modernidade o Estado fora capaz de orientar os homens através dos prognósticos, que é uma investigação essencialmente ligada a um momento consciente da situação política, que teria a função de disponibilizar sentidos próprios à organização do mundo. A partir da investigação do presente, se passava à análise do passado, buscando identificar nele a vigência desses sentidos que mantiveram, mais ou menos, seu potencial de organização do mundo, a despeito de acontecimentos inéditos e imprevisíveis. Caso tivesse sucesso, restava, então, a possibilidade, desses sentidos continuarem vigendo no futuro, pois, “o prognóstico produz o tempo que o engendra e em direção ao qual ele se projeta”.⁵⁰ O futuro no prognóstico era concebido de maneira limitada, um campo de possibilidades finitas, organizadas de acordo com um maior ou menor grau de probabilidade. Assim, em tempos de crise política, os homens iam se orientando e se reorganizando a partir de uma integração do Estado. Os prognósticos perderam força no interior do “tempo histórico” moderno em que houve um momento de radicalização de uma experiência de “desorganização” do mundo, chamado de forma analítica de *Sattelzeit*. A experiência do

⁴⁸ Para uma análise mais detida sobre o uso do conceito de revolução, consultar o segundo capítulo desta dissertação, em especial a seção, “A Independência do Brasil e a Independência de Portugal: a ‘iminente ruína’ ou a revolução”.

⁴⁹ NEVES, Acúrsio das Neves. *Op. cit.*, 1808, pp. 81-82 – grifos meus.

⁵⁰ KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado. Op. cit.*, pp. 32.

Sattelzeit estendeu-se, em linhas gerais, entre 1750 e 1850, e pode ser caracterizada por uma aceleração profunda do tempo, ou seja, pela multiplicação de acontecimentos e conjunturas inéditas para as quais os homens em geral não reuniam sentidos suficientes. Se, ao longo dos primeiros séculos da modernidade, até mais ou menos 1750, o Estado Moderno fora capaz de ocupar o espaço de relevância até então próprio à Igreja, produzindo sentidos e orientações significativos através do método prognóstico, no *Sattelzeit*, o próprio Estado e os prognósticos perdem boa parte de sua força organizacional, abrindo espaço para consolidação de uma consciência de tempo e de futuro que se nutria pela combinação de prognósticos racionais e previsões de caráter salvacionistas que levariam a constituição das filosofias da história.⁵¹ Os prognósticos apontam justamente para um momento de contradição e desconfiança no qual não se quer abandonar os sentidos que orientam os homens, mas ao mesmo tempo não se tem certeza de que esses sentidos podem continuar vigendo no futuro, pois o mundo parecia cada vez menos previsível, fator que também auxilia na explicação de uso simultâneo dos conceitos de restauração e revolução por Acúrsio.

Na *Memória histórica* percebemos uma economia sentimental que promovia uma imaginação patriótica incentivando o brio e a coragem portuguesa, mas simultaneamente tal economia revelou uma compreensão melancólica dessa experiência. Denominamos esta atmosfera de melancólica, pois a experiência descrita a partir da obra de Acúrsio remete a um sentimento de fracasso que provocara uma tristeza *profunda*, mas *provisória* em razão da presença francesa em Portugal. Profunda porque era “impossível que o coração mais duro (...) não faça correr lágrimas pelos olhos” ao observar o estado de Portugal, tratado como um “cadáver descarnado pelos (...) carneiros Abutres”; além da “dolorosa saudade” e da “verdadeira orfandade” pela ausência da Rainha e do Príncipe Regente. Mas provisória, porque não deixou de haver expectativa no que viria a ser a mudança da fortuna de seus inimigos, além da recuperação e desenvolvimento dos princípios portugueses nos quais estavam a esperança da retomada de sua soberania política, esperança sedimentada pelo “prognóstico”.

Essa melancolia revela que a noção de decadência apesar de profunda, neste momento ainda não fora derradeira, podendo ser compreendida como parte do caminho civilizacional português, ou seja, depois da decadência, poderia ser revivido um

⁵¹ Sobre os prognósticos consultar: KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado. Op. cit.*. Em especial, o capítulo: “O futuro passado dos tempos modernos”.

processo de ascensão novamente. Por esta razão, essa *Memória* procurou também evidenciar e antecipar sentidos e conclusões que justificariam o sofrimento português. Denomina-se o clima evidenciado por Acúrsio de melancólico porque consideramos a associação da melancolia à tristeza, mas simultaneamente, à criatividade. A atmosfera fora evidenciada não apenas pela consternação, Acúrsio não se limitou em descrever a tristeza e a instabilidade provocada pelas transformações temporais, mas a partir da própria dor que descrevia buscou a mobilização de campos semânticos para compreendê-la e superá-la.⁵²

Os eventos de 1807, devido a sua força e ineditismo, exigiram processos de narrativização. Essa estratégia reunia predicções a fim de permitir o aparecimento de um sentido, o que fez com que a história na modernidade tivesse, entre outras necessidades, a função de acelerar a evidenciação dos sentidos e dos destinos da humanidade. Hans Gumbrecht considerou que a história no século XIX intensificou o paradigma da interpretação a partir de dois métodos específicos e complementares: o da historicização e o da narrativa. Por um lado, os filósofos e cientistas se dedicaram à compreensão da mediação e “interferência” provocada pelo corpo no que se refere à produção de um conhecimento imediato do real e, a um só tempo, passavam a insistir em macronarrativas. Essas macronarrativas podem ser compreendidas como uma espécie de discurso capaz de solucionar a forte ambiguidade e equivocidade do conhecimento (da linguagem), produzidas, especialmente, entre a segunda metade do século XVIII e a primeira metade do século XIX.⁵³ Simultânea a essa compreensão houve o abandono do passado enquanto orientador da experiência (o que poderíamos chamar de uma redução da moralidade ou uma perda do espaço de experiência), isto porque a complexidade e aceleração do presente não podia mais ser pensada a partir da referência dos textos clássicos, daí a necessidade de criar estratégias sobre os eventos que irrompiam no presente. Por isso, buscava-se também além desse sentido, um estímulo pictórico, cênico e até poético, utilizados para uma educação sentimental que tentava dar conta daquilo que a estrutura clássica não poderia mais.

⁵² Sobre a relação entre melancolia e criatividade ver: KEHL, Maria Rita. Melancolia e criação. In.: FREUD, Sigmund. *Luto e Melancolia*, São Paulo: Cosac Naify, 2011, pp. 23-35.

⁵³ Sobre a relação entre historicização e narrativização, consultar: GUMBRECHT, Hans Ulrich. *Modernização dos Sentidos*. São Paulo: Editora 34, 1998; ARAUJO, Valdeci Lopes de. *Op. cit.*. 2011; RANGEL, Marcelo de Mello e RODRIGUES, Thamara de Oliveira. História e Modernidade em Hans Ulrich Gumbrecht. In.: *Revista Redescrições* – Revista on line do GT de Pragmatismo Ano 3, Número 4, 2012, pp. 63 - 71.

Foi neste contexto que ganhou força a história contemporânea, acreditando-se que a evidenciação dos acontecimentos do tempo presente pudesse mostrar uma unidade e princípios que a historiografia antiga não era mais capaz de elucidar. A história contemporânea tinha também como uma de suas finalidades a explicitação de conclusões, tal como vimos na narrativa de Acúrsio das Neves. Grande parte dessa historiografia portuguesa da primeira metade do XIX buscava explicitar, através da narrativização, destinos da história portuguesa que eram o de retorno à situação de destaque internacional outrora conhecida. Mas este desejo de retorno era ancorado em dúvidas e falta de confiança tanto no passado quanto no futuro, o que permitiu a fusão e coexistência nessas narrativas de estratégias e concepções clássicas e modernas.

Para Acúrsio, a associação da Invasão Napoleônica à dominação espanhola assegurava um horizonte de recuperação da soberania portuguesa, mas esta associação fora descrita a partir de uma fusão de campos semânticos clássicos e modernos, como se verifica no uso dos conceitos de restauração e revolução. Essa aparente “contradição” aponta para um receio do abandono do passado português enquanto fonte de inspiração para superar os desafios do presente. Mas esse receio não teve força suficiente diante do presente português que não comportava mais um modelo civilizacional baseado na virtude militar e na conquista, civilidade incompatível para o mundo contemporâneo. Ainda segundo Acúrsio, Portugal precisava se afastar da herança militar de outrora, que sobrevivia no mundo europeu através de Napoleão e tomar como exemplo do passado apenas o brio que anteriormente motivara à conquista, mas que no presente deveria incentivar o amor à pátria para que o Reino cessasse de sofrer a tirania francesa.

Nas próximas seções deste capítulo, analisa-se como o contexto da invasão napoleônica e da transferência da corte, abordado pela perspectiva distinta de Francisco Solano Constâncio, acabou por tornar mais complexa a atmosfera melancólica mapeada a partir da *Memória* de Acúrsio. O posicionamento de Constâncio em relação à mesma conjuntura pressupõe um enfrentamento da decadência lusa em uma perspectiva mais interna e mais crítica em relação à história de Portugal.

1.2) Francisco Solano Constâncio e a “terra das dores”: a necessidade do exílio

... *nascer português era obrigação de morrer peregrino. [...] Por isso nos deu Deus tão pouca terra para o nascimento, e tantas terras para a sepultura. Para nascer, pouca terra, para morrer, toda a terra; para nascer Portugal. Para morrer o mundo.*⁵⁴

Francisco Solano Constâncio nasceu em 24 de julho de 1777, em Lisboa, ano do início do reinado de d. Maria I. Filho mais velho de uma família ilustrada, em 1791, aos quatorze anos, por intervenção de seu pai, o cirurgião Manuel Constâncio, ingressou em um grupo com mais seis alunos de cirurgia cujos estudos seriam pagos pela Corte na Grã-Bretanha. Como era o único que não tinha a formação de médico, foi o que mais tempo lá passou, ficando três anos em Londres e três em Edimburgo. Em Londres, além dos estudos médicos, fez um curso de Filosofia e História Natural, campo que o interessou durante toda a vida. Em Edimburgo, estudou Botânica e Química. Seus interesses científicos garantiram-lhe a admissão em algumas sociedades científicas, sendo membro ativo da “Royal Medical Society” e presidente da “Natural History Society”. Não obteve diploma pela célebre Universidade de Edimburgo, tendo se formado por uma universidade de menor importância no que se refere aos estudos médicos, a Universidade de Saint Andrews.⁵⁵

Mas seu “desejo natural de se instruir”, como notou d. João de Almeida Melo e Castro (1756-1814), o levou a outros interesses, e como observou Maria Leonor Machado, interesses opostos do que seriam os desejos de Corte – as ideias da Revolução Francesa e o ódio que nutria pela aristocracia – fizeram com que Constâncio se adequasse pouco ao mundo cortesão, se compreendendo como ele mesmo notou, um “cidadão do mundo”. Esta expressão indica uma emancipação do enraizamento em relação à pátria, mas esta emancipação não foi isenta de uma tensão, pois Constâncio nunca deixara de “propor remédio eficaz para emendar o mal” português.

Entre abril e novembro de 1796, editou anonimamente o periódico *The Ghost*, onde atacava impiedosamente os que considerava “tradicionalmente privilegiados”. Em 1797, ano de sua saída da Escócia, Constâncio publicou o livro *Watson Refused* sob o

⁵⁴ VIEIRA, António. Sermão de Santo António, Roma, 1670. In.: *Sermões*. Porto, Lello & Irmão, vol. VII 1959, pp. 69.

⁵⁵ As informações biográficas sobre Francisco Solano Constâncio foram consultadas em CARDOSO, José Luís. *Francisco Solano Constâncio*. Leituras e ensaios de economia política (1808-1842). Banco de Portugal, Lisboa, 1995; SOUSA, Maria Leonor Machado de. *Solano Constâncio: Portugal e o mundo nos primeiros decênios do século XIX*. Lisboa: Editora Arcadia, 1979 e SOUSA, Maria Leonor Machado de. *Um ano de diplomacia Luso – Americana*. Francisco Solano Constâncio. (1822-1823). Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1988.

pseudônimo de “Samuel Francis” no semanário de Richard Carlile (1790 -1843), *The Deist*. Este livro teve como tema fundamental a discussão entre razão e religião gerada após a publicação de *The Age of Reason* (1794-1795) de Thomas Paine (1737-1809). O livro de Paine foi arduamente criticado pelo público britânico que temia o radicalismo político como resultado da Revolução Francesa, mas encontrou apoio entre os aspirantes do “livre-pensamento”. A crítica à religião institucionalizada e o desafio à inerrância da Bíblia proposta por Paine teve significativo apoio de Constâncio em seu *Watson Refused*. Em contrapartida, Constâncio não se identificava com a proposta Deísta, esboçando argumentos ainda mais radicais, próximos ao ateísmo. Tanto para Paine quanto para Constâncio, os problemas políticos e sociais da Inglaterra, no final do século XVIII, eram inseparáveis dos religiosos, e todos eles advinham e intensificavam outro problema: o sistema de classes que dividia privilegiados de um lado e miseráveis de outro.⁵⁶

Desta forma, sua saída da Escócia no ano de 1797 está associada a sua hostil ironia e sarcasmo, visto que seu nome tornara-se demasiadamente conhecido como um radical “estrangeiro”. Fugiu para Hamburgo, Alemanha, seguindo para Holanda e, depois, Paris. Importante observar que António de Araújo e Azevedo, o Conde da Barca (1754-1817) e Silvestre Pinheiro Ferreira (1769-1846) estiveram também neste mesmo período na Alemanha, Holanda e França, podendo tê-lo auxiliado financeiramente; principalmente o Conde da Barca a quem Constâncio dizia dever favores antigos. Em sua primeira permanência em Paris teve a oportunidade de conviver com figuras políticas destacadas e, neste mesmo período, conheceu quem iria marcar profundamente seu interesse pelos estudos de economia política, Jean-Baptiste Say (1767-1832).

Chamado de novo a Portugal pelo seu pai, retornou a Lisboa em 1799, ano de início do Consulado Francês e ano em que d. João VI assumia oficialmente a Regência. Neste período, Solano Constâncio vivia “o desencanto típico de alguém que emigra e experimenta a sensação de exílio”.⁵⁷ Essa experiência foi notoriamente expressa no artigo *On the state of Portugal during the last 30 years*, publicado em 1808, ao qual nos dedicaremos mais adiante. Constâncio condenava o panorama da miséria política, econômica e moral do Estado português. A esperança de transformação deste quadro ele depositou na presença francesa, tendo conhecido Junot, o marechal Lannes e convivido

⁵⁶ Sobre a publicação *Watson Refused* de Constâncio, consultar: ALVES, Hélio Oswaldo. Francisco Solano Constâncio e a polêmica sobre razão e religião nos fins do século XVIII, em Inglaterra. *In.: Revista de Estudos Anglo-Portugueses*. Nº 4. Lisboa, 1995, pp. 57-85.

⁵⁷ CARDOSO, José Luís. *Op. cit.*, pp. XIII.

abertamente com outros franceses. Esta escolha o obrigou a abandonar Portugal em 1807. Nunca mais retornaria a sua pátria, embora dela continuaria a tratar pelo resto de sua vida.

No seu *Novo Dicionário Crítico e Etimológico da Língua Portuguesa* (1836), Constâncio define pátria da seguinte forma: “do latim *pater*, pai. A terra em que alguém nasceu. ‘A pátria é a terra das dores’”.⁵⁸ Neste verbete, ao se referir à origem latina do termo que remete a ideia do pai, da família, Constâncio deixou claro a ideia fundamental da pátria como o lugar em que se nasce, para em seguida citar diretamente uma frase do Padre António Vieira (1608-1697), o local de nascimento como um lugar de dor.

A escolha por esta definição – “a pátria é a terra das dores” – indica uma analogia entre dois portugueses marcados pela experiência e pela necessidade do exílio.⁵⁹ A experiência do exílio foi fundamental à composição da poética do Padre António Vieira já que é fruto de experiências que o fizeram oscilar entre a infelicidade do banimento de sua terra e a constante saudade de um dia a ela poder retornar. Essa oscilação se configurou entre

a sua condição de português e a sua consciência de cidadão do mundo, entre o seu estado religioso e as limitações que ele não podia deixar de acarretar-lhe, entre o seu permanente trabalho de lucubração e a indiferença ou rejeição que as suas opiniões encontravam em quem tinha o poder de decisão.⁶⁰

⁵⁸ CONSTÂNCIO, Francisco Solano. *Novo dicionário crítico e etimológico da língua portuguesa precedido de uma introdução gramatical*. Paris: Oficina Tipográfica de Casimir, 1836, pp. 752.

⁵⁹ O exílio é um conceito polissêmico e, por isso, não reúne consenso absoluto nas diversas áreas a qual é abordado - pena jurídica, ferramenta política, fenômeno sociológico, alienação social, tensão dialética, solipsismo psicológico ou penitência escatológica. No entanto, pode-se notar que é comum em todas as tentativas de definição, a noção da ausência ou da deslocação de alguém do solo pátrio. Essa deslocação é característica essencial para a tentativa do encontro da noção de exílio, quer se trate de considerar o termo enquanto *evento* (afastamento, separação), quer enquanto *sentimento* (perda, nostalgia, saudade). Para Joel Gonçalves Araújo, “a experiência do exílio, seja ela forçada ou não, compreende sempre a “separação de uma unidade de referência”, uma deslocação interior ou exterior, fatores que compulsam consigo, obrigatoriamente e ao mesmo tempo, sentimentos vários, geralmente contraditórios e pungentes, em especial entre dois pólos: o mal presente e o bem passado”. Cf.: ARAÚJO, Joel Gonçalves. *António Vieira, entre o Degredo e a Pátria: Percursos De Saudades*. Dissertação apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra na área de Cultura Clássica, 2010, pp.9.

No âmbito da chamada literatura de exílio, Eduardo Lourenço em *Labirintos da Saudade* considera que a união entre o escritor exilado e sua pátria é feita pela escrita, e por isso, a problematização dos elementos próprios ao exílio, é simultaneamente realizado à problematização da escrita, que será uma nova maneira de falar da Pátria, tratando-a a partir de termos específicos. Para o historiador português a pátria é um lugar imanente, a qual cada autor, a partir de sua experiência de exilado e de sua fragilidade ôntica, redigirá essa experiência construindo seu pessoal discurso à nação. Cf.: LOURENÇO, Eduardo. *O Labirinto da Saudade. Psicanálise Mítica do Destino Português*. Lisboa, D. Quixote, 1978.

⁶⁰ CASTRO, Aníbal Pinto de. *O essencial sobre o padre António Vieira*. Lisboa, INCM, 2008, pp. 102.

Essas experiências ditaram a conflituosa peregrinação entre os interesses e os credos de Vieira. Se, por um lado, a Europa vivia a execução das alterações emanadas da Reforma e Contra-Reforma tridentina, Portugal, para além disso, via-se mergulhado em problemas sucessórios: intrigas palacianas, estado calamitoso das finanças do Reino, crescente insatisfação social, enfim, “encontrava-se em verdadeiro e instável limbo da sustentabilidade enquanto nação primeira que fora da Europa renascida, agora atacada pelos inimigos da nação geminada, como a Holanda, a França e a Inglaterra”.⁶¹ Não deixou o Padre Jesuíta de queixar-se sobre este estado miserável em que se encontrava o Reino ao próprio Rei d. João IV e de demonstrar tal insatisfação em sua obra, além de ter defendido os judeus, a abolição da distinção entre cristãos-novos e cristãos-velhos, de ter criticado severamente os sacerdotes da sua época e a própria Inquisição.

A experiência do exílio marcou de tal modo a obra do padre jesuíta, levando-o mesmo a escrever, que “nascer Português era obrigação de morrer peregrino.” A saída de sua terra ele chamou de desterro, movimento que fomenta uma espécie de morte: “o desterro é como a morte, e a morte é como o desterro: e se algum excede ao outro em miséria, não é a morte ao desterro, senão o desterro à morte; porque só o desterrar-se da pátria é morrer, o viver no desterro é enterrar-se.”⁶² Segundo Joel Gonçalves Araújo, esta identificação do exílio com a morte é uma formulação típica da literatura de exílio, utilizada por Cícero e por Ovídio. Esse desterro em Vieira começou, como identificou Araújo, no dia em que o “rei, sua defesa e seu amigo, [lhe] faltava [...] na sua proteção e amizade”.⁶³

Foi por uma conjuntura análoga ao Portugal de Vieira que Constâncio optou pelo exílio. Identificava o Portugal do oitocentos marcado pelos mesmos males: intriga dos cortesãos, problemas nas finanças do Reino, miséria social; além de ter sido também um defensor da presença dos judeus em Portugal e um crítico da inquisição, fazendo então da escrita de seus textos e periódicos, a ponte entre a saudade da pátria e a necessidade do afastamento. Constâncio ao criar o *Comité des réclamations* na França, cujo objetivo era justamente ocupar-se das reclamações dos franceses e portugueses expulsos de Portugal pelo regime de Junot, expressou a d. João VI suas frustrações. Este comitê o permitia, por um lado, ter informações diretas de Portugal e, por outro, perceber se as intenções de Napoleão não traíam os ideais da Revolução. Traição, que

⁶¹ ARAÚJO, Joel Gonçalves, *Op. cit.*, pp. 40.

⁶² VIEIRA, António. *Sermões. Op. cit.*. Vol. X, 1959, pp. 233

⁶³ ARAÚJO, Joel Gonçalves. *Op. cit.*, pp. 91.

segundo sua interpretação, acontecia de fato. Ciente de que muitos portugueses tinham sido vítimas das decisões napoleônicas arbitrárias, passou a defendê-los e também a si próprio. Em defesa do Coronel José Xavier Cândido (1769-1833) escreveu a d. João VI:

Todos os que aqui se acham [na França], sem exceção, suspiram por voltar à pátria, e confiam na clemência do Príncipe para se reconciliarem com os seus compatriotas. [...] Seria de lastimar que o Príncipe e a nação se privassem de tantos homens de merecimento, dos quais os mais deles têm aproveitado o seu tempo, adquirindo luzes e conhecimentos práticos em uma grande escola [...]. **A minha intenção não é justificar o seu procedimento passado; porém nestes tempos de crise quem é que se não enganou, desde os reis até o mais humilde dos seus vassallos; e quem se pode dizer puro exceto os que se não acharam nos lances arriscados?** [...] O nosso Príncipe não é menos generoso, humano e magnânimo; e pode estar certo que perdoando a meia dúzia de Portugueses, nada tem a recear da sua ingratidão ainda quando houvesse algum tão vil que fosse capaz de um tão baixo sentimento. Que seria da humanidade se em tempos de revolução o partido vencedor fosse inexorável nos países despedaçados por dois partidos, e nos quais a vitória de um deles ainda deixa ao outro esperanças de se vingar, quanto mais o não deve ser naqueles estados onde houve a maior unanimidade na resistência ao jugo estrangeiro, logo que esta foi possível; e no qual até os que hoje se acham os mais culpados teriam sido os primeiros a dar ou a seguir o impulso nacional, como fizeram muitos dos que lá ficaram, e que depois de terem sacrificado ao ídolo do dia o despedaçam logo que deixou de fazer milagres. Que nos caemos, [...] é a melhor máxima nestes casos, pois se se patenteasse tudo quanto se passou, muita verdade dura e desagradável se viria a publicar.⁶⁴

Constâncio acreditara na ocupação francesa como a possibilidade de expansão dos ideais da Revolução de 1789 e que esses ideais poderiam transformar radicalmente a experiência da decadência portuguesa com a tomada da casa de Bragança e “extinção” do trono português. No entanto, a passagem acima revela o arrependimento e a dúvida nesta expectativa justificando tal escolha devido ao momento de crise. Por esta razão, a atmosfera melancólica indicada a partir de Constâncio torna-se mais complexa, pois ela evidencia um refluxo, uma perda significativa das expectativas em relação aos ideais revolucionários.

Na citação acima, vê-se a “remissão” de Constâncio que ao fazê-la para o Coronel, fazia também para si próprio. É claro na passagem o arrependimento pela confiança em Napoleão, “o sacrifício ao ídolo do dia” significou o abandono a sua pátria no qual “**todos** os que (...) se acham [na França], sem exceção, suspiram por voltar”. Ao mesmo tempo, esse pedido tem um tom desajeitado, inadequado, como quem não quer depender da absolvição de um rei para voltar a sua terra. Identificamos,

⁶⁴ CONSTÂNCIO, F. S. In.: SOUSA, M. L. M. *Um ano de diplomacia Luso – Americana...Op. cit.*, pp. 21-22.

assim, a ausência do traquejo exigido pelo mundo de corte, que se dá menos pelo seu conhecimento e mais pelo desejo de negá-lo. Constantemente, o autor dedicou várias críticas ao que ele chamava de “poder paternal”, ou seja, o poder do rei que, segundo ele, era baseado em leis que não eram apenas a prova “do prevalecer geral da superstição, da ignorância, e do despotismo”, como também significava que se oferecia “ao pai, ao nababo oriental e ao imperador poderes ilimitados sobre as pessoas que, ensinadas a obedecer passivamente”, se transformaram em propriedade que passavam de pais para filhos, “podendo ser herdados como gado”.⁶⁵

Neste sentido, a melancolia em Constâncio caracteriza-se pela necessidade do abandono dos sentidos e dos repertórios oferecidos pelo passado, em especial, o passado relacionado ao antigo regime, do qual ele desejava uma ruptura praticamente absoluta. O médico projetou esperanças que criam na expansão napoleônica para instauração de um novo mundo e na ruptura com o anterior. No entanto, percebeu-se a mesma frustração em relação ao caráter de imponderabilidade do futuro: as esperanças projetadas foram frustradas na medida em que elas não se realizavam, e mais, na medida em que Napoleão tornava-se mais um “tirano”. Enfim, descrente em relação aos sentidos oferecidos pela tradição, adotou outro repertório inspirado na Revolução Francesa e em Napoleão, mas este também fora frustrado abrindo uma desconfiança em relação ao seu futuro e ao de sua pátria.

A literatura em torno do tema da melancolia é extensa e milenar, segundo Jackie Pigeaud ela fragmenta-se em diversos discursos: o médico que encerra na fisiologia, descrevendo sintomas e a interpretando como uma doença física com incidências psíquicas secundárias. O discurso denominado médico-filosófico que reflete sobre a tipologia melancólica na relação do humor com o sentimento, da alma com o corpo. E há também um discurso filosófico e moralista que pensa sobre a doença da alma, ao mesmo tempo em que descreve o desgosto pela vida, chegando ao limite das consequências fisiológicas. Esses discursos, ao longo da história, se intercambiaram entre si, mas Pigeaud parte da compreensão de que a despeito das variadas significações que a melancolia assumiu não se pode perder de vista que ela possui uma unidade profunda.⁶⁶

⁶⁵ CONSTÂNCIO, F. S. apud ALVES, Hélio Osvaldo. *Op. cit.*, 1995, pp.72.

⁶⁶ PIGEAUD, Jackie. *Metáfora e melancolia: ensaios médicos-filosóficos*. Rio de Janeiro: PUC-Rio/Contraponto, 2009. Consultar em especial o capítulo: “Prolegômenos a uma história da melancolia”.

Uma das principais definições deixadas pela tradição fora postulada por Hipócrates: “se tristeza e temor duram muito tempo, um tal estado é melancólico”. Este estado depende do humor bile negra ou do caráter negro da bile. No entanto, a história da bile negra não esgota a história da melancolia com a qual ela não coincide totalmente. No caminho da fisiologia encontra-se como causa última a bile negra, mas textos clássicos sobre o tema, estudados por Pigeaud, apontam que a melancolia se relaciona com a necessidade de certa ideia de um futuro orientado para conhecer a tranquilidade. Através dos estudos deixados pela tradição não só a partir de Hipócrates, mas também, por exemplo, de Aristóteles, a melancolia é certamente uma doença, o que significa que sob este conceito existe uma realidade patológica não apenas mental, mas física. Contudo, simultaneamente, ela remete a uma tonalidade triste na qual o temor pelo futuro é um de seus principais fundamentos. Constâncio, em seu *Dicionário crítico e etimológico* definiu a melancolia sob esses dois aspectos, tanto a doença relacionada à bÍlis negra quanto à tristeza: “doença que os antigos atribuíram à cólera ou a bÍlis negra; tristeza”.⁶⁷

Um melancólico é o doente que reúne de maneira problemática um sofrimento do corpo e a suspeita de que esse sofrimento significa mais que ele próprio. Esse sofrimento, segundo Pigeaud, é marcado pela experiência de um tempo onde o futuro ainda não existe ou não existe mais como possível. Entre esse sofrimento passado e o sofrimento futuro já não há diferença, é um tempo de eternidade. O melancólico não pode realizar o necessário rompimento ou fracassou. No entanto, essa dor pode oscilar entre momentos de intensa depressão, mas também entre uma “ansiedade produtiva”, daí a associação do melancólico à genialidade criativa.⁶⁸

Desta forma, a melancolia latente no contexto da invasão francesa em Portugal remete a essa experiência do sofrimento, na qual a possibilidade da instauração de um futuro positivo e distinto anunciado por Napoleão, segundo a expectativa de Constâncio, fora inviabilizado com a fuga da família real e, posteriormente, pelo próprio Napoleão. Por outro lado, se tomarmos a melancolia descrita a partir de Acúrsio como medida, ela se refere não a expectativa em Napoleão, pelo contrário, ela apontava para o medo do desaparecimento de Portugal, receoso de que sua pátria não recuperasse sua autonomia e soberania como outrora. No entanto, para ambos os autores, a despeito de suas diferenças políticas naquele momento, o presente e o futuro em razão da aceleração e da

⁶⁷ CONSTÂNCIO, F. S. *Novo Dicionário crítico... Op. cit.*, 1836, pp. 685 (verbete melancolia).

⁶⁸ PIGEAUD, Jackie. *Op. cit.*, pp. 117-134.

aparente falta de controle sobre os acontecimentos, pareciam distantes da tranquilidade desejada.

Marcelo Rangel identificou um fenômeno semelhante ao estudar alguns dos primeiros românticos brasileiros, Gonçalves de Magalhães, Torres Homem e Araujo Porto-Alegre. Esses românticos se dedicaram ao que eles consideravam o que havia de mais genuíno ao espírito moderno: sua “eterna melancolia”, sentimento tratado como fundamental à visão de mundo do poeta. Para eles, a melancolia era uma “harmoniosa tristeza”, que restituía ao homem moderno, um tom íntimo capaz de colocá-lo em afinação com o que a vida é em seu fundamento - “infortúnio”. A partir desta compreensão acerca da vida o homem só teria a possibilidade de conquistar alegria e satisfação provisórias. Segundo Rangel, a melancolia desses primeiros românticos brasileiros é próxima ao que Chateaubriand chamou de *vague-à-l'âme*, em que o homem é um ente capaz de conhecer um sem número de fenômenos, de imaginar concepções as mais “ricas” e de desejar sem limites, no entanto, sua existência é “pobre” e “árida”, e este mesmo homem se encontra, “desolado”, descontente e triste em relação aos inúmeros desejos que não é capaz de realizar, necessariamente. A melancolia seria então, um sintoma da civilização.⁶⁹

Neste sentido, utilizamos o conceito de melancolia para tentar descrever em parte a crise portuguesa fomentada pela invasão francesa, isso porque este conceito assume, segundo Pigeaud, para além de um aspecto fisiológico, uma relação do sujeito com a experiência do tempo, na qual o futuro precisaria ser determinado pela tranquilidade. Na próxima seção, busca-se descrever como o futuro, para Constâncio, apresentava-se enevoado devido à experiência vivida em 1808.

1.3) *On the state of Portugal during the last 30 years: superstição, corrupção e deformação moral*

Em 1808, Constâncio publicou o texto *On the state of Portugal during the last 30 years* no periódico inglês, *The monthly repertory of English literature*. Esse periódico começou a ser editado em Paris em meados de 1807 por Parsons e Galignani. Eric Partridge (1894-1979), editor do jornal *The French Romantics' Knowledge of English Literature (1820-1848)*, que buscava identificar a influência inglesa no romantismo francês, entendeu que a publicação do “*The monthly repertory*” estava

⁶⁹ RANGEL, Marcelo de Mello. *Poesia, história e economia política nos “Suspiros Poéticos e Saudades e na Revista Niterói”*. Os primeiros Românticos e a civilização do Império do Brasil. Tese de doutorado (PUC-Rio). 2011, em especial o capítulo 1.

relacionada à necessidade de se atender a uma demanda crescente no interesse em que a Inglaterra assumia na França a partir de 1807.⁷⁰ É importante notar que esse periódico foi editado em inglês, tendo como público alvo a comunidade inglesa residente em Paris. Observa-se que Constâncio escreveu na França, para um público britânico, uma leitura sobre o estado de Portugal desde 1778 a partir do que ele vivenciava em 1808.

Esse recorte de trinta anos se relaciona a uma aceleração do tempo específica em Portugal, que coincide com o início do Reinado de d. Maria I e com o próprio nascimento do autor em 1777. Foi através da conjuntura do estado de Portugal entre 1778 a 1808 que Constâncio explicou e tematizou a decadência portuguesa e a atmosfera melancólica proveniente da aceleração desses acontecimentos. Esta explicação, e aqui, tratamos da natureza do seu texto, teve um caráter prático. Em 29 páginas procurou dar conta de toda uma conjuntura tratando-a como particular ao seu público leitor, sem se preocupar em evidenciar e se aprofundar em eventos históricos ou em citar outros autores. Essas características foram muito comuns à experiência periódica em contextos de aceleração do tempo em que o presente se tornou protagonista, os textos precisavam ser menos explicativos e procuravam, através de uma preocupação mais estética (a partir do aguçamento da percepção), explicitar e fortalecer conclusões. Essa estrutura discursiva, comum aos periódicos, pode ser compreendida como uma necessidade de adequação ao próprio tempo acelerado que não permitia mais leituras extensas e ou muito descritivas sobre os eventos. Por esta razão, a função central dos jornais era resumir e guardar os principais acontecimentos do tempo presente, constituindo-se como uma história contemporânea e como uma espécie de arquivo, de anais.

Seu objetivo ao escrevê-lo foi apresentar “uma satisfatória e correta visão do país”, uma vez que os relatos dos viajantes sobre Portugal não contemplavam as verdadeiras causas “que tem jogado a nação, outrora tão florescente, em um estado de pior abjeção e pobreza”.⁷¹ Entre as críticas feitas por Constâncio aos relatos desses viajantes, estavam: a associação da ausência da agricultura e da indústria à indolência

⁷⁰ PARTRIDGE, Eric. *The French Romantics' Knowledge of English Literature*. According to Contemporary French Memoirs, Letters and Periodicals (1820-1848). Vol. 14, 1924, pp. 20.

⁷¹ “...which have thrown a nation once so flourishing, into a state of the meanest abjection and poverty”. Cf.: CONSTÂNCIO, F.S. On the state of Portugal during the last thirty years. In.: CARDOSO, José Luís (org.). *Francisco Solano - Leituras e ensaios de economia política* (1808-1842). Lisboa, Banco de Portugal, 1995, pp.1.

dos indivíduos portugueses e à influência do ouro brasileiro.⁷² Para o médico português, o camponês não era ocioso e a circulação do ouro era restrita às cidades de Lisboa e do Porto. O equívoco desses viajantes deveu-se à falta de recursos e à falta de tempo de que dispunham para observar com precisão Portugal, além do mais, muitos escreviam sobre o Reino, segundo Constâncio, apenas por razões pessoais, sem preocupações e motivações reais para compreender verdadeiramente a causa da decadência portuguesa: “a influência do governo foi completamente negligenciada, a natureza e os efeitos das instituições políticas foram totalmente desconsideradas e, ninguém imaginava comparar Portugal com diferentes administrações”.⁷³ Por esta razão, Constâncio teve como interesse fundamental a busca pelos verdadeiros elementos e causas do que classificou como a ruína de Portugal a fim de divulgá-las e, assim, salvar a imagem do povo português uma vez que a decadência para Constâncio era indissociável ao governo e às suas instituições.

O texto tem como estrutura narrativa uma interpretação do declínio português. Seu período de esplendor corresponde às navegações, momento em que “Portugal com a população não menos considerável com a que se tem no presente, produziu todo o necessário para os habitantes e forneceu os meios de fazer poderosas conquistas”.⁷⁴ A agricultura e a indústria internas eram as riquezas desse período de auge civilizacional, que deveriam e poderiam ter sido preservadas. No entanto, a superstição e a ausência das luzes dos sucessivos monarcas levaram-no ao declínio, caracterizado principalmente pela “absoluta dependência” do Reino em relação aos outros países. Esse declínio foi iniciado, para o autor, no reinado de d. João III, em que se estabeleceu a inquisição e foram banidos os judeus, e acentuado posteriormente com d. Sebastião quem sacrificou os interesses dos súditos na África em um “fanático projeto”, seguindo a tirania de d. Felipe e a incapacidade dos reis de Bragança. Esses reinados foram responsáveis pela forma “desprezível” com que Portugal vinha sendo olhado pelo restante da Europa, em

⁷² É provável que entre esses viajantes, Constâncio esteja fazendo menção aos relatos de Arthur William Costigan, pseudônimo do oficial escocês Diogo Ferrier, que serviu a armada portuguesa como capitão de infantaria. Durante um ano, correspondeu-se com o seu irmão relatando as suas viagens por Portugal. Nessas cartas apontou como motivos para o atraso português a monarquia absolutista, a igreja católica e os judeus. Cf.: COSTIGAN, Arthur William. *Retratos de Portugal: sociedade e costumes*. Tradução, prefácio e notas de MACHADO, Augusto Reis. Caledoscópio, 2007.

⁷³ “The influence of government was altogether neglected; the nature and effects of political institutions were totally overlooked, and no one thought of comparing Portugal under different administrations”. Cf.: CONSTÂNCIO, F.S. *Op. cit.*, 1995, pp. 2.

⁷⁴ “Portugal with a population not less considerable than at present, produced all that was necessary for the wants of its inhabitants, and furnished the means of making such mighty conquests”. Cf.: *Idem*.

especial pela Inglaterra, fazendo com que os portugueses fossem vistos apenas como “pouco melhores que seus vizinhos, os africanos bárbaros”.⁷⁵

Faz-se necessário incluir uma interpretação do autor no que diz respeito às conquistas. Como mostrado, as conquistas foram uma consequência de um momento próspero em Portugal. No entanto, elas não intensificaram essa prosperidade, Constâncio escreveu, em textos anteriores, que a conquista carregava em si a origem da degeneração. No livro de 1797, *Watson Refused*, ele afirmou que:

os sanguinários invasores da América não tiveram outro plano senão [‘o massacre das populações’], mesmo depois da “bondade da religião Cristã ter abrandado a ferocidade da natureza humana”. Tiveram alguma vez esses cristãos invasores algum respeito pela castidade das mulheres de que faziam escravas?⁷⁶

Percebe-se a ironia do autor ao falar da “bondade da religião cristã”, que não fora capaz de civilizar a natureza humana, ao contrário, para Constâncio ela permitia e justificava o massacre das populações nativas e fundamentava a barbárie. Por esta razão, ele identificou o início do declínio no governo de d. João III (1502-1557), cognominado *O Piedoso* ou *O Pio*, pela sua devoção religiosa. Este declínio ocorrera devido a uma relação de causa e efeito: não existe grandeza amparada em dominação e em superstição; logo o declínio fora a consequência imediata. Observa-se que a colonização para o autor não fora compreendida como um instrumento de civilização, mas, simultânea e principalmente, de barbárie e de genocídio.

No entanto, este processo de declínio que Portugal experimentava desde o reinado de d. João III teve uma redução expressiva a partir das medidas ministeriais do Marquês de Pombal. Para o médico, Pombal teria recuperado princípios e medidas fundamentais ao desenvolvimento da civilização portuguesa ao reduzir o poder da inquisição, se manter contra o papa e os direitos da Igreja nacional, ao reformar a universidade de Coimbra e as escolas públicas, ao banir o formalismo escolástico, ao incentivar as artes e as ciências e, principalmente, por forçar “uma arrogante nobreza a fazer parte da comunidade, obedecer ao monarca e as leis”⁷⁷; por ter protegido “contra a insolência [da nobreza], a classe trabalhadora da sociedade, até então encarada como pouco melhor do que os escravos.”⁷⁸ Além do mais, Pombal, na leitura de Constâncio,

⁷⁵ “...as little better than their neighbors, the African barbarians”. Cf.: *Idem, ibidem*, pp. 2.

⁷⁶ CONSTÂNCIO, F. S. Apud ALVES, Hélio Oswaldo. *Op. cit.*, 1995, pp. 79-80.

⁷⁷ “...a haughty nobility to form a part of the community, to obey their monarch, and the laws”. Cf.: CONSTÂNCIO, F.S. *Op. cit.*, 1995, pp. 3.

⁷⁸ “against their insolence, the industrious classes of society, till then looked upon as little better than slaves.” Cf.: *Idem*.

se opôs a influência da corte britânica conseguindo recuperar dos ingleses grande parte do comércio realizado indiretamente com as colônias portuguesas. Por tais razões, Pombal deixara, segundo o médico, um estado florescente em Portugal, quase capaz de permitir a interrupção completa do declínio.

Seu elogio a Pombal marcou-se fundamentalmente pelo desenvolvimento do comércio. A agricultura fora para Constâncio um elemento negligenciado pelo ministro que conferiu pouca atenção às estradas e aos canais, sendo muitas de suas leis agrárias abusivas e cruéis. Mas o médico justificou esta atitude pombalina de não ter se comprometido com a agricultura porque “a destruição dos Jesuítas e das intrigas da corte absorveram sua atenção”.⁷⁹ Essa justificativa e o elogio que ele faz ao Marquês em relação ao desenvolvimento do comércio interno, diz respeito à possibilidade de ser o comércio o grande motor para garantir a retomada de uma experiência civilizacional satisfatória, ou seja, o comércio parece aqui ser o elemento fundamental à reinserção ideal de Portugal em sua história, atrelado a necessidade de desenvolvimento da indústria.

Apesar do reinado de d. José ter recebido críticas positivas e a administração de Pombal ter sido compreendida como a responsável por despertar Portugal “do estado de letargia e ignorância” que a superstição o levou, Constâncio não ignorou o despotismo como um elemento negativo para a ascensão portuguesa. Se o reinado de d. José em muitos aspectos interrompeu o declínio, essa interrupção não fora plena, pois foi “necessário, contudo, confessar, que a administração de Pombal foi despótica, e frequentemente opressiva”⁸⁰, tendo seus Avisos combatido e anulado decisões da suprema corte de justiça. Isto foi para Constâncio um “terrível precedente, dos quais seus sucessores fizeram um abuso mais escandaloso”⁸¹, permitindo que Portugal desenvolvesse o mal de tornar-se indiferente à justiça. Este precedente fora uma de suas maiores preocupações, e ao analisar o estado de Portugal durante os “últimos trinta anos”, buscou avaliar o abuso da justiça no governo de d. Maria e de seu filho, d. João.

O afastamento de Pombal e a morte de d. José, para Constâncio, rearticularam uma experiência de declínio e infelicidade, apesar do bom coração de d. Maria, de sua mente cultivada e do seu amor aos súditos. A superstição, “consequência necessária da

⁷⁹ “...the destruction of the Jesuits, and court intrigues, had so engrossed his attention”. Cf.: *Idem, ibidem*, pp. 4.

⁸⁰ “...It must, however, be confessed, that the administration of Pombal was despotic, and often oppressive”. Cf.: *Idem, ibidem*, pp.3.

⁸¹ “...terrible precedent, of which his successors made the most scandalous abuse”. Cf.: *Idem, ibidem*, pp. 3-4.

educação adotada naquela corte, sempre comprometida com padres e frades”⁸² e a falta de firmeza, que “parece ser hereditária na casa dos Bragança”,⁸³ impediram a ascensão portuguesa experimentada com Pombal. Na narrativa do médico, os membros que compunham o ministério e a nobreza eram “incapazes de agir sob princípios rígidos; suas decisões eram meramente pessoais e todos eles esperavam logo governar sem controle sob o nome de uma Rainha frágil”.⁸⁴ Esse caráter moral deformado dos cortesãos fez com que o Reinado de d. Maria fosse marcado pela admissão de novos religiosos, pela péssima administração das colônias, pela impossibilidade da polícia em cuidar da limpeza e da segurança e pelo abandono de portugueses de sua pátria rumo às colônias. Os investimentos feitos nas artes e nas ciências eram mal conduzidos e não se pôde tirar proveito deles, apenas o envio de bolsistas para fora do país para aperfeiçoar-se em alguns ramos das ciências (movimento do qual Constâncio fez parte), poderia, segundo ele, ter trazido boas consequências para Portugal, se não fosse a doença da Rainha que fez com que muitos deles retornassem ao Reino.

Além do mais, o reinado de d. Maria restabeleceu o espaço privilegiado da nobreza, situação que Pombal havia reduzido de forma expressiva. Constâncio, com certa ironia, considerou que os nobres reassumiam “seu antigo privilégio de transformar suas casas em um abrigo para criminosos, aqueles que fugiam da perseguição da justiça”.⁸⁵ Cada vez mais, a nobreza tornava-se “desprezível e odiosa”, destacando-se por sua “insolência e o desprezo dos compromissos mais sagrados”⁸⁶ quando comparada “ao aumento da civilização das outras classes da sociedade”⁸⁷, em especial, os comerciantes que provocavam na nobreza “ciúme”.

Constâncio, ao criticar o reinado de d. Maria, preservou a imagem pessoal da rainha. Condenou fundamentalmente homens como o ministro Anjeja, o Marquês da Ponte de Lima e a atuação da nobreza; a corrupção e avareza desses homens foram as verdadeiras causas da decadência. A explicação da doença da Rainha intensifica essa compreensão. Para o médico, seu desequilíbrio mental teria ocorrido antes, se não fosse por ela ter como confessor o frade, Inácio de S. Caetano, Arcebispo de Tessalônica,

⁸² “...necessary consequence of the education adopted in the court, and always committed to priests and friars”. Cf.: *Idem, ibidem*, pp. 4.

⁸³ “seems to be hereditary in the House of Bragança”. Cf.: *Idem*.

⁸⁴ “...incapable of acting upon fixed principles; their designs were merely personal, and they all expected soon to govern uncontrolled under the name of feeble Queen”. Cf.: *Idem*.

⁸⁵ “...their ancient privilege of making of their houses an asylum for criminals, who escaped the pursuits of justice. Cf.: *Idem, ibidem*, pp. 5.

⁸⁶ “...insolence, and the contempt of the most sacred engagements”. Cf.: *Idem*.

⁸⁷ “...to the increasing civilization of the other classes of society”. Cf.: *Idem*.

homem de “bom sentido e ideias liberais”.⁸⁸ Não era um homem de conhecimento, mas combateu a “sombria e escrupulosa alteração da mente dela, e enquanto ele viveu, a consciência dela era calma”.⁸⁹ O bispo de Algarve, que sucedeu o Frade Inácio, foi “um grande inquisidor, um habilidoso fanático, que parte por superstição e parte por motivos de interesses, aterrorizou a mente [da Rainha] e encorajou os escrúpulos que perturbavam sua razão.”⁹⁰ Ele levantou dúvidas em d. Maria sobre a justiça feita por seu pai contra o Duque de Aveiro e outro nobre que teria conspirado contra a vida de d. José. Ela cedeu a essas “insinuações” e revogou a sentença restituindo os títulos e as propriedades confiscadas, fez isso, pois considerou este ato “como único meio de salvar sua alma. (...) Mas esse abalo sobre a mente da Rainha foi muito profundo; ela pensou estar condenada à danação eterna e a perda total de sua razão foi o efeito imediato”.⁹¹

Para o médico, a doença de d. Maria teria sido curável se os membros a sua volta não tivessem feito tudo para evitar sua cura. Um médico inglês fora chamado para cuidar dela, Dr. Willis, mas foram recusados todos os “meios racionais” de retirar de sua mente as “ideias sombrias” que perturbaram a sua razão, pois os cortesãos não permitiram que ela fosse levada do palácio para se tratar, ficando todos a sua volta trazendo-lhe à mente os “fatais pensamentos que afligiam sua consciência. Cada frade ou padre foi para ela um objeto de horror e imediatamente incitavam nela a ideia de inferno”.⁹² O médico Willis sugeriu uma viagem por mar, e até propôs levá-la para Inglaterra, mas encontrou grande oposição e voltou ao seu país “generosamente pago”. Constâncio alegou que após algumas consultas de todos os médicos da corte, a Rainha foi declarada incurável, “e seu filho tomou seu lugar,(...), assumindo no início o título de Regente”.⁹³

Para o autor, a doença da soberana denominada por ele como um quadro melancólico fora agravada pelo bispo de Algarves em função dos seus próprios interesses, atingindo sua mente, que era frágil em função de sua intensa religiosidade e superstição, mas que enquanto orientada por um frade de ideias liberais preservou-se sã.

⁸⁸ “...good sense and liberal ideas”. Cf.: *Idem, ibidem*, pp. 8

⁸⁹ “...her gloomy and scrupulous turn of mind, and while he lived, her conscience was calm”. Cf.: *Idem, ibidem*, pp. 8.

⁹⁰ “...great Inquisitor, was a crafty bigot, who partly from superstition and partly from interested motives, terrified her mind, and encouraged the scruples which troubled her reason”. Cf.: *Idem*.

⁹¹ “...as the only means of saving her soul. (...) But the impression of the mind of the Queen was too deep; she thought herself condemned to everlasting damnation, and the total loss of her reason was the immediate effect.” Cf.: *Idem, ibidem*, pp. 8-9.

⁹² “...the fatal thoughts which afflicted her conscience. Every friar or priest was to her an object of horror, and immediately excited in her idea of hell.” Cf.: *Idem, ibidem*, pp. 9.

⁹³ “...and her son took her place, (...), assuming at the first the title of Regent”. Cf.: *Idem*.

Essa explicação pode ser associada ao declínio português, sendo a doença uma analogia. A superstição era para Constâncio a consequência de “afastar-nos de nós próprios, sob o manto imponente de nos familiarizar com seres imaginários”.⁹⁴ Ela e a intensa religiosidade permitiam a submissão dos reis portugueses a homens moralmente “deformados”, “egoístas”, “glutões”, “avaros”, – homens distantes do espírito das luzes e que inviabilizavam a prosperidade das virtudes – fomentando, assim, a doença do reino de Portugal: a corrupção (desvio de regra moral) e consequentemente a má administração da agricultura e da indústria (desvio da regra física).

A narrativa de Constâncio, não apenas neste texto, mas em sua obra de modo geral, teve sempre analogias e descrições de doenças que afetaram os sujeitos sobre os quais ele escreve. Isso se deve a sua formação médica e, também, pelo fato das narrativas dos diagnósticos médicos terem assumido, no século XVIII, um significativo interesse por um público mais amplo. Como apontou Johanna Geyer-Kordesch no texto *Whose enlightenment? Medicine, witchcraft, melancholia e pathology*, as narrativas dos pacientes e seus temas, que versavam sobre feitiçaria, infanticídio, melancolia, envenenamento, doenças crônicas e agudas, bem como os relatos e as receitas médicas para o alívio do sofrimento, passaram a ser consideradas excelentes leituras. Isso porque a partir do século XVIII, os relatos médicos passaram a possuir uma complexa estrutura que enriqueceram essa “literatura”.⁹⁵

As histórias das moléstias contadas por parentes dos pacientes, ou por eles próprios, eram escritas por médicos locais com um “maravilhoso senso de drama” e uma porção pertinente de detalhes sociais e crenças tradicionais. Tais relatos eram enviados para um médico “superior”, geralmente, professor em uma universidade que comentava os principais pontos, enviando um diagnóstico conclusivo e sugestões de tratamento. Ao passar por este segundo médico, as crenças supersticiosas que povoavam o imaginário e as experiências dos indivíduos tendiam a ser excluídas da narrativa. A medicina no século XVIII buscava combater racionalmente muito dos horizontes místicos que compunham a experiência em relação ao corpo e as doenças naquele período. Mas, ao fim, esse processo de exclusão das crenças populares das narrativas médicas que se pretendiam mais objetivas não foi totalmente selado. Ao contrário, muito dos elementos das interpretações comuns, como imagens, símbolos e alegorias

⁹⁴ CONSTÂNCIO, F. S. Apud ALVES, Hélio Oswaldo. *Op. cit.*, pp. 77.

⁹⁵ GEYER-KORDESCH, Johanna. *Whose enlightenment? Medicine, witchcraft, melancholia e pathology*. In.: PORTER, Roy (ed.). *Medicine in the enlightenment*. Amsterdam: Editions Rodopi B. V., 1995, pp. 111-125.

foram exploradas para explicar muitas doenças. Para Geyer-Kordesch, analítica e historicamente, a medicina no iluminismo reagiu, mas ao mesmo tempo, se alimentou de um imaginário popular a fim de conquistar sua audiência, as narrativas médicas estavam impregnadas com as crenças folclóricas e populares, assim como as abordagens simbólicas e alegóricas do mundo natural.⁹⁶

Geralmente, os relatos médicos registravam, em um primeiro momento, as observações sobre as doenças com as percepções e experiências do paciente a partir de seu sofrimento. A segunda parte continha a resposta médica que recontava a história, ajustando-a ao diagnóstico identificado. Entre os casos mais priorizados e que estavam sempre no foco das análises eram aquelas doenças atribuídas à bruxaria. A medicina do século XVIII dedicou-se com veemência aos casos considerados ocultos, a fim de explicar tais comportamentos como oriundos de doenças psicológicas (mentais) e não espirituais. Esse processo estava envolvido em uma agenda mais ampla no interior da medicina do século XVIII que procurava reduzir a importância do corpo, submetendo este à “inteligência”, processo que como aponta a autora, não fora realizado sem a produção de tensões. Buscou-se também caracterizar a superstição, o temor exagerado em relação aos fenômenos transcendentais, como um potencial produtor desses distúrbios mentais⁹⁷; sendo exatamente dessa forma que Constâncio buscou explicar a doença de d. Maria.

Entre os diagnósticos mais comuns destacava-se o da melancolia. A superstição era identificada como um elemento capaz de produzir doenças através de um sistema de *pro affectu melancholico*, originando a fraqueza, em especial da mente e dos nervos, pois ela afetava a razão da mente, quebrando o equilíbrio dos fluídos. A doença poderia ser causada por diversos fatores, mas podia sempre ser intensificada por uma consciência de excessivo escrúpulo. Fora desta maneira que Constâncio justificara a fraqueza mental de d. Maria associando-a à superstição.⁹⁸

No entanto, apesar do reinado de d. Maria e seu ministério terem lançado as bases para ruína portuguesa, “pode-se dizer ter sido feliz” - considerou Constâncio.⁹⁹ Portugal gozava de paz ainda que o governo fosse fraco, pois encontrara recursos suficientes para retardar a “fatal época” que se tornaria debaixo da regência de d João. O autor descreveu o príncipe como ingênuo, tímido, irresoluto, supersticioso,

⁹⁶ *Idem.*

⁹⁷ *Idem.*

⁹⁸ *Idem.*

⁹⁹ “...may be said to have been happy”. Cf.: CONSTÂNCIO, F. S. *Op. cit.*, 1808, pp. 8.

prevalecendo em seu caráter a dissimulação e a desconfiança. O próprio fato de ter se tornado regente era proveniente de uma “desgraça”: a morte de seu irmão mais velho em 1788. O príncipe José representava a esperança, para Constâncio, da recuperação do declínio. Ele fora educado por Pombal para suceder ao avô, tornando-se um inimigo da superstição e dos frades, “mas uma varíola maligna privou Portugal das esperanças da nação”.¹⁰⁰ A morte de d. José foi “universalmente e sinceramente lamentada por todos os escalões de pessoas, e durante muito tempo, sua morte ainda era objeto da tristeza mais profunda entre os Portugueses”.¹⁰¹

A regência de d. João teria sido marcada pela venalidade dos membros que compunham seu ministério, responsáveis por um regime de perseguições, abandono das práticas comerciais e indiferença às leis. O conceito de venalidade utilizado pelo médico diz respeito a uma característica do comportamento humano relacionado à suscetibilidade de ser subornável ou vender seus serviços ao poder, ao invés de agir com justiça; venalidade é, assim, um vício produtor da corrupção. Este conceito foi frequentemente usado com referência à França pré-revolucionária para descrever a prática generalizada da venda de cargos administrativos, como se de um leilão se tratasse. Constâncio o usa para se referir a uma experiência muito semelhante em Portugal:

Todos os outros ramos da administração estavam na mesma desordem. A venalidade era universal, os cargos públicos eram uma espécie de mercado, onde tudo era comprado e vendido, e embora criminoso, o dinheiro cobria todas as transações, no entanto, criminais. O príncipe estava bem informado da conduta infame de seus servos, mas ele não tinha o desejo nem a firmeza necessária para reprovar tais abusos.¹⁰²

A confiança depositada por d. João ao intendente da polícia, Diogo Inácio de Pina Manique (1733-1805), representou novamente a subordinação do rei a um homem corrupto, porém desta vez, as consequências foram mais drásticas. Manique fazia listas de conspiradores maçons, que Constâncio julgava improcedentes, condenando vários a “horíveis masmorras” onde teriam morrido se não fosse pela proteção constante de José

¹⁰⁰ “...but a very malignant small-pox deprived Portugal of the hopes of the nation.” Cf.: *Idem, ibidem*, pp. 9.

¹⁰¹ “...universally and sincerely deplored by all ranks of people, and for many years after, his death was still the object of the most heartfelt sorrow among the Portugueses.” Cf.: *Idem*.

¹⁰² “All the other branches of administration were in the same disorder; venality was universal; the public offices were a kind of market, where everything was brought and sold, and money covered all transactions, however criminal. The Prince was well informed of the infamous conduct of his servants, but he neither had the desire, nor the firmness necessary to reproach such abuses”. Cf.: *Idem, ibidem*, pp.12.

de Seabra da Silva (1732-1813), ministro do departamento da Casa e, por João Carlos de Bragança (1719-1806), o Duque de Lafões, que protegia os cidadãos das perseguições de Manique.

Constâncio descreveu Portugal em um estado muito próximo ao da França pré-revolucionária, destacando um cenário de miséria e injustiça. Este quadro foi percebido pelo povo português, segundo o autor, que reclamava e acusava a loucura e o despotismo de Manique, a venalidade da maioria dos membros do governo, o total abandono dos interesses comerciais do país. No entanto, não existia em Portugal um espírito organizado de revolta, sendo esta uma das poucas críticas que destina ao povo português, que diferentemente dos franceses não mudaram por meio da revolução a ordem das coisas:

não existia uma tendência geral para uma revolução, nem qualquer número de homens que merece o nome de uma facção; não havia em toda a cidade de Lisboa meia dúzia de homens suficientemente íntimos e unidos, e nem suficientemente fortes para tentar alguma coisa contra seu soberano.¹⁰³

O que melhor pode confirmar a fraqueza do clima revolucionário – entendido aqui como uma mudança radical capaz de retirar Portugal de sua decadência – foi a emigração da corte para o Brasil. Este evento, considerado uma fuga por Constâncio, não deveria ter sido permitido pelos portugueses, uma vez que levou grande parte da riqueza do Reino e de sua marinha:

não há maior prova para ser dada a essa afirmação [de que não havia um espírito de revolução em Portugal], que a fuga recente do Regente. Tranquilamente lhe foi permitido levar grande parte da propriedade da nação e, de sua marinha; sem o menor esforço, ninguém se opôs à sua partida. O argumento é tão convincente como em nenhum período anterior haviam os descontentes subido tão alto no exército, na marinha e em todos os escalões da sociedade.¹⁰⁴

Para intensificar o argumento do aspecto negativo da transferência da corte, Constâncio priorizou a descrição moral dos últimos ministros da administração de d. João em Portugal. O primeiro, D. Diogo de Noronha, o conde de Vila Verde, fora

¹⁰³ “There neither existed a general tendency towards a revolution, nor any number of men deserving the name of a faction; there were not in the whole town of Lisbon half a dozen of men sufficiently intimate and united, and not one sufficiently powerful, to attempt anything against their sovereign”. Cf.: *Idem, ibidem*, pp.13 – grifos meus.

¹⁰⁴ “No greater proof can be given of this assertion, that the recent flight of the Regent, who was quietly allowed to carry away a great part of the property of the nation, and their navy, without the smallest attempt to oppose his departure. The argument is so much the more convincing, as at no former period had the discontents risen so high in the army, the navy, and in all ranks of society”. Cf.: *Idem, ibidem*, pp.13-14.

nomeado para o departamento da Casa em 15 de abril de 1804 permanecendo até 6 de julho do mesmo ano. Vila Verde “tinha muito pouca informação, era um jogador, um glutão e sua sociedade íntima era composta pelos parasitas mais desprezíveis”.¹⁰⁵ Em seu governo “tudo era suborno e corrupção, [...]: a justiça era vendida com um grau de publicidade até então sem precedentes”.¹⁰⁶ Sobre a relação de Vila Verde com o Príncipe, Constâncio observou que d. João sofria de um espírito de melancolia que o aturdiava, fazendo-o deixar a caça, a equitação e tinha medo de dar um passo de uma sala para outra. Os cortesãos a sua volta tentavam convencê-lo de que estava realmente doente, tal como fizeram com a sua mãe, “sua mente parecia estar cada dia mais perturbada e todos esperavam o momento em que a sua total incapacidade seria claramente estabelecida e uma regência seria nomeada”.¹⁰⁷ No entanto, d. João recuperou-se de seus medos, voltando a ter sua mente calma e, após sua cura, Vila Verde apresentou-se “como seu único amigo”, aproveitando para enviar para o exílio alguns nobres, prendendo outros. Sem muitos detalhes Constâncio apontou que muitos foram vítimas da “velhice” de Vila Verde e que este morreu, provavelmente, das consequências de sua “intemperança”, por ser um “perverso, corrupto e um malicioso miserável, dos mais perigosos, pois como era um homem de habilidades, possuía um grau eminente nas artes da dissimulação”.¹⁰⁸

O segundo membro que Constâncio destacou negativamente foi Luís de Vasconcelos e Sousa, colocado a frente da tesouraria. Para o médico, já durante a residência de Vasconcelos como Vice-Rei era conhecido por suas extorsões, sua ignorância e sua superstição – foi “o glutão mais espantoso do reino, que trouxe para si próprio, no final, um ataque de paralisia, que logo foi seguido por um estado de debilidade mental”.¹⁰⁹ Além do mais, ele atrapalhou as medidas de D. Rodrigo de Sousa Coutinho (1755-1812) e, durante sua administração todos os funcionários públicos “foram reduzidos à penúria extrema por falta de pagamento de seus salários; os

¹⁰⁵ Tradução livre, no original: “He had very little information; he was a gambler, a glutton, and his intimate society was composed of the most despicable parasites”. Cf.: *Idem, ibidem*, pp. 11.

¹⁰⁶ Tradução livre, no original: “...all was bribery and corruption, (...) the justice was sold, with a degree of publicity till then unexampled.” Cf.: *Idem, ibidem*, pp. 20.

¹⁰⁷ Tradução livre, no original: “...his mind everyday seemed to be more deranged, and everyone expected the moment when his total incapacity being clearly established, a regency should be appointed”. Cf.: *Idem, ibidem*, pp.20-21.

¹⁰⁸ Tradução livre, no original: “...perverse, corrupted and wicked wretch, the more dangerous as he was a man of abilities, and possessed a eminent degree the arts of dissimulation.” Cf.: *Idem, ibidem*, pp. 21.

¹⁰⁹ Tradução livre, no original: “... the most surprising glutton on in the kingdom, which brought on him at last a fit of the palsy, and was soon followed by a state of imbecility.” Cf.: *Idem*.

funcionários do exército e da marinha eram frequentemente forçados a pedir caridade nas ruas”.¹¹⁰

O terceiro membro foi António de Araújo e Azevedo, conde da Barca, ministro dos Negócios e Assuntos Estrangeiros por quem Constâncio tinha amizade. Descreveu Araújo como um homem de “informação considerável, de maneiras afáveis, [...] nenhum ministro entrou em seu lugar sob os auspícios melhores, ele era odiado pela maior parte da nobreza e acarinhado pela parte saudável da nação”.¹¹¹ Mas foi com “lamentação” que Constâncio considerou que Araújo não justificou as esperanças da nação e nem de seus amigos, por ter sido vaidoso e ignorado homens habilidosos. Aqui, Constâncio faz referência a si próprio, por não ter sido nomeado por Araújo para trabalhar no ministério de Negócios Estrangeiros, perdendo a oportunidade de realizar o sonho que sempre desejara de entrar para a diplomacia, o que só realizaria mais tarde, em 1822. Por esta razão se referiu ao Conde da Barca como ambicioso e egoísta. Quando este seguiu o Príncipe, “tinha atraído completamente sobre si a indignação e o desprezo público”.¹¹² Outra razão por ter criticado o Conde com tal ressentimento, era o fato deste ser associado ao partidarismo francês, e como não evitou a “fuga do Príncipe”, fora considerado um traidor por Constâncio. Alguns anos mais tarde, em 1814, ao iniciar o projeto do periódico *Observador Lusitano em Paris*, escreveu-lhe pedindo apoio:

Nem o tempo, nem as distancias tem riscado da minha memória os favores que devo a V. Ex.^a e se desde que me ausentei de Portugal em Setembro de 1807 não tenho escrito ao meu antigo benfeitor é em razão das circunstancias políticas da Europa, e por eu ter residido a maior parte deste tempo em uma terra a bem dizer sequestrada de toda a comunicação com o ultramar.

Pelo senhor Britto tenho sabido com bem mágoa que a Saúde de V. Ex.^a se acha muito alterada; espero contudo que os tónicos, em cujo uso ele me diz que insiste o Dr. Manuel Luís, farão o desejado efeito, e que V. Ex.^a se restabelecerá prontamente para ainda ser de grandes serviços ao Príncipe, à pátria, e aos seus amigos. **Nunca precisou mais Portugal de ter à testa da administração dos seus vastos domínios um ministro sábio, firme, e profundamente instruído nos interesses, pretensões e recursos dos diversos Estados da Europa e da América.**

A amizade com que V.Ex.^a me honrou em outro tempo me anima a tomar a liberdade de lhe falar com franqueza da minha situação e projetos, certo de achar hoje o mesmo acolhimento que encontrei então nas benévolas disposições

¹¹⁰ “...were reduced to absolute beggary, for want of the payment of their salaries; the officers of the army and navy were often forced to ask charity in the streets”. Cf.: *Idem, ibidem*, pp. 21.

¹¹¹ “...considerable information, of amiable manners, (...) no minister entered into place under better auspices; he was hated by the greatest part of the nobility and cherished by all the sound part of the nation.” Cf.: *Idem, ibidem*, pp.22.

¹¹² “He had completely drawn upon himself the public indignation and contempt”. Cf.: *Idem*.

de V. Ex.^a a meu respeito. Saí de Portugal em 1807 para não ser testemunha dos males que eu antevia em parte, e que deviam resultar da ocupação violenta do nosso território.¹¹³

No artigo de 1808, Araújo era um homem egoísta, ignorante e vaidoso, que não fez justiça “às esperanças da nação e aos desejos dos seus amigos”, isto porque desprezou “os homens habilitados”, entre eles o próprio Constâncio. Em 1814, passando por dificuldades financeiras na França, decidiu se dedicar ao mercado editorial através da publicação de periódicos e relevou tal ressentimento, pedindo apoio ao “sábio, firme e instruído” ministro, seu antigo benfeitor.

Essas caracterizações dos membros da nobreza indicam mais do que problemas políticos ou ressentimentos pessoais de Constâncio, tratam-se de estratégias narrativas para constituição dos debates políticos. Os últimos ministros do Príncipe em Portugal: Vila Verde, Vasconcelos e Araújo foram descritos de forma bastante negativa. Em contrapartida, ao se referir, por exemplo, ao Duque de Lafões, Seabra ou a Pombal, Constâncio os descreveu como homens das luzes, adequados e benéficos a sociedade e ao governo, pois eram orientados pelo conhecimento, virtude fundamental. Já D. Rodrigo de Souza Coutinho, não era propriamente um homem guiado pelos atributos corretos da razão, mas também não era guiado pelos apetites ou pela avareza; ele enquadra-se como um homem mais sentimental, e por isso “sua cabeça solitária, não seu coração deve[ria] ser acusado”.¹¹⁴ Já ao se referir a Vasconcelos, Vila Verde e Araújo, utilizou adjetivos como “egoísta”, “ambicioso”, “perverso”, “glutão”; estes fazem referência direta ao homem apetitoso, ambicioso, desprovido de qualquer compromisso com o bem comum. Ao caracterizar esses homens de Estado, Constâncio evidenciou um desequilíbrio entre a razão, a emoção e os apetites. Esse desequilíbrio seria uma das razões para a decadência portuguesa, pois homens como Vasconcelos, Vila Verde e Araújo eram dominados pelas paixões criando assim obstáculos para o desenvolvimento das luzes, mantendo um estado de ignorância e de inconstância dos homens, permitindo que em Portugal se desenvolvesse a superstição e a corrupção, situação que explicaria a decadência experimentada em 1808.

Após as descrições negativas atribuídas aos ministros de d. João VI, Constâncio foi breve em sua avaliação sobre a emigração do Príncipe, tratando-a como um evento

¹¹³ CONSTÂNCIO, F.S. *In.*: SOUSA, M.L.M. *Op. cit.*, 1988, pp. 37.

¹¹⁴ Tradução livre, no original: “...but his head alone, and not his heart, ought to be accused”. Cf.: CONSTÂNCIO, F.S. *Op. cit.*, 1995, pp.15.

recente e de causas conhecidas, sendo por isso “inútil entrar em muitos detalhes”.¹¹⁵ Sobre o estabelecimento da Casa de Bragança no Brasil, ele apenas observou que d. João VI

levou consigo todos os preconceitos e a corrupção da mãe pátria, e dificilmente um homem de mérito real o seguiu. Grande parte das pessoas que o acompanhou pertence ao interesse Inglês, e sob a administração de homens como Almeida, o Brasil não pode ser senão uma colônia britânica; e **no país mais rico e mais fértil do mundo, os Portugueses podem ainda continuar a ser uma pobre e infeliz nação!**¹¹⁶

Com esta passagem final, Constâncio revelou não acreditar plenamente na regeneração de Portugal a partir do Brasil, uma vez que os vícios migraram junto com a Corte para a colônia Americana. O autor, inspirado na revolução francesa, ansiava uma transformação mais radical e mais estrutural no Estado português, principalmente no que diz respeito à relação com o clero e com a nobreza. No entanto, estas expectativas de mudanças mais radicais sofreram um refluxo, uma quebra proporcionada pela fuga da Corte que não resolveria a decadência de Portugal e comprometeria o futuro do Brasil. Essas expectativas sofreram ainda outra grande quebra com o “fracasso” da atuação napoleônica, na qual Constâncio depositou a esperança de concretização dos ideais franceses. Nuno Monteiro, ao escrever sobre a invasão napoleônica e seus efeitos sob o conceito de liberalismo em Portugal, compreendeu que, se inicialmente a invasão francesa contou com a colaboração de quase todas as elites que não haviam partido para o Brasil, ela não foi apoiada senão por um grupo muito reduzido de “afrancesados” com claros projetos de reforma liberal, mas não promoveu nenhum tipo de reforma institucional relevante capaz de mudar as estruturas do Antigo Regime:

De hecho, uno de los rasgos que marcaron la ocupación napoleónica residió en el hecho de que los afrancesados propiamente dichos eran muy pocos. Se destacaron por haber pedido en 1808 a Napoleón “una constitución [...] a semejanza de la de Varsovia”, además de relevantes mutaciones institucionales, como la igualdad de los ciudadanos ante la ley, el código napoleónico y la venta de los bienes de manos muertas. La verdad, empero, es que formaban un grupo reducido y que el mariscal Junot nunca decidió apoyarse en él, pues no parecía

¹¹⁵ Tradução livre, no original: “...that it is useless to enter into many details.” Cf.: CONSTÂNCIO, F. S. *Op. cit.*, 1995, pp. 22.

¹¹⁶ Tradução livre, no original: “Carried with him all the prejudices and corruption of the mother country, and hardly a man of real merit followed him. Most of those who accompanied him are in the English interest, and under the administration of men like Almeida, the Brazils can be nothing but a British colony; and in the richest and most fertile country of the world, the Portuguese may still continue to be a poor and unhappy nation!”. Cf.: *Idem.*

constituir un sólido apoyo para sus pretensiones. Así, las reformas no tuvieron lugar.¹¹⁷

Se por um lado as reformas portuguesas não se processaram a partir das expectativas dos apoiadores de Napoleão, por outro lado, a singularidade portuguesa se completa porque entre as forças anti-francesas as propostas de reforma foram muito débeis e não deram lugar, como na Espanha, a convocatória das Cortes imediatamente. Mas, de todo modo, durante a invasão napoleônica em Portugal, sedimentou-se um espaço de disputa política entre os partidários e anti-partidários franceses que colocava sempre em foco a esperança ou o temor inspirados na Revolução de 1789. Na próxima seção, busca-se analisar como essa polarização fora uma das bases mais fundamentais para a recepção em torno do texto de Constâncio.

1.4) A crítica de Hipólito da Costa à “tão sombria e lúgubre descrição”

Não se tem um completo mapeamento da recepção do texto de Constâncio seja pela comunidade francesa, inglesa e/ou portuguesa. Sabe-se que em 1810 este artigo fora reeditado em Londres por Edmund Lloyd e, por esta razão, Hipólito da Costa no volume IV do *Correio Braziliense* publicou na sessão dedicada à literatura e as ciências um parecer crítico sobre *On the state of Portugal during the last 30 years*.

Hipólito não se opôs ao reconhecimento e apontamento dos erros e abusos da administração portuguesa, dos homens corruptos da corte e alegou sempre ser o primeiro a desejar e a sugerir reformas intensas no Governo. Ele considerou a intenção de Constâncio ao responder aos viajantes que escreveram sobre Portugal justa; no entanto sua “pintura” da situação portuguesa fora feita com “cores negras”, evidenciando um quadro intensamente fúnebre e sombrio, faltando “tons e cores claras” sobre o estado da nação, que poderiam ser introduzidas sem faltar à verdade. Esses tons claros, segundo Hipólito, poderiam “aliviar a dor, que naturalmente deve causar a um português a leitura de tão sombria e lúgubre descrição”. Hipólito considerou a descrição do médico exagerada e triste, opondo-se à evidenciação exagerada do clima melancólico registrado por Constâncio. O autor do *Correio* não negou esta atmosfera, no entanto, não acreditava que a descrição incessante da decadência era uma estratégia eficiente para combatê-la, pois falar sobre o estado de melancolia ofuscava o brio português e seu

¹¹⁷ MONTEIRO, Nuno Gonçalo. Liberalismo – Portugal. In.: SEBASTIÁN, Javier Fernández. (Dir.). *Diccionario político y social del mundo iberoamericano*. Conceptos políticos en la era de las revoluciones, 1750-1850. Madrid: Fundación Carolina, 2009, pp. 826.

desejo de transformação; para Hipólito não interessava a evidenciação da dor, mas a produção de seu alívio.

Essa crítica de Hipólito a Constâncio revela um receio na descrição intensa de algumas experiências a partir do uso exagerado dos sentimentos. A autoconsciência moderna precisou de instrumentos e estratégias capazes de construir sentidos e significados fortes para a orientação dos homens no interior de um tempo instável. A valorização sentimental foi uma dessas estratégias que procurava intensificar a consolidação desses significados, no entanto, os sentimentos evidenciados em excesso poderiam ser um risco a concretização desses sentidos, uma vez que poderiam “empolgar” ou “desesperar” em demasia os homens; ou seja, se por um lado os sentimentos foram fundamentais na composição das narrativas modernas, por outro, eles também eram um risco se não trabalhados adequadamente e com prudência.¹¹⁸ Propõe-se que foi a partir desta compreensão que Hipólito criticou Constâncio, pois o texto do segundo baseado em uma descrição sentimental bastante negativa não apresentava de forma satisfatória solução ou esperança clara para o destino do Império Português:

Começa o Autor desta obra com a justa observação de que a maior parte dos estrangeiros que tem publicado suas viagens a Portugal, não tem apresentado uma conta cabal e, correta deste país. Passa depois a pintar o estado deplorável da nação com toda a negridão das cores, que talvez lhe pudessem convir, mas que se acham ali sem aqueles claros, que podendo introduzir-se sem faltar a verdade serviriam de aliviar a dor, que naturalmente deve causar a um Português a leitura de tão sombria e lúgubre descrição.¹¹⁹

No entanto, a crítica mais severa feita pelo escritor do *Correio Braziliense* a Constâncio diz respeito à expectativa do médico na recuperação de Portugal a partir da intervenção francesa. Hipólito julgou “uma covardia criminosa” um “patriota” como Constâncio que conhecia “os males do seu país” ter esperado “de uma nação estrangeira, e de um povo da mais corrompida moral a emenda de costumes, e o exemplo de devoção a causa pública”.¹²⁰ Segundo Nuno Monteiro, o discurso anti-napoleônico, como o que Hipólito destina a Constâncio, foi uma marca dominante de uma explosão de textos impressos que não tinham precedentes em Portugal. Muitos

¹¹⁸ PHILIPS, Mark S. *Society and Sentiment: genres of historical writing in Britain, 1740 – 1820*. Princeton University Press, 1997.

¹¹⁹ COSTA, Hipólito José da. Sobre ‘On the state of Portugal during the last thirty years’. In.: *Correio Braziliense ou Armazém Literário*. Vol. IV. Londres: impresso por W. Lewis, Paternoster –Row, 1810, pp. 71.

¹²⁰ COSTA, Hipólito José da. *Op. cit.*, 1810, pp. 72.

foram traduzidos do espanhol, mas a maior parte foi uma produção portuguesa. A guerra contra o ocupante francês não fora apenas militar, mas panfletária, travada em nome da reposição da ordem tradicional e de seus valores (o Rei, a Pátria e a Santa Religião) que foram enfaticamente reafirmados. Os adversários foram caracterizados como “afrancesados”, “malvados jacobinos”, “insolentes” e “revolucionários”.¹²¹

Hipólito da Costa ao reeditar a *História de Portugal composta em inglês por uma sociedade de literatos* em Londres no ano de 1809, substituindo o capítulo de Agostinho de Macedo por um de sua autoria, intitulado *História do Reinado de D. Maria I*, escreveu sobre a Revolução Francesa alegando que ela não era um exemplo a ser seguido por Portugal:

O povo francês, maníaco em reformar, derrubou uma vez por todas as suas instituições antigas, que conservavam a ordem; e insensivelmente se achou reduzido a uma horrível anarquia; e iludindo com toda a ideia de que gozavam liberdade, quando nem se quer governo tinham, quiseram os franceses introduzir as diferentes formas de governo, que sucessivamente inventavam para si, em todos os outros Estados da Europa: empregavam para isto, primeiro a persuasão, a força depois.¹²²

A narrativa de Hipólito da Costa coloca em questão a possibilidade do progresso das nações europeias. Não havia para ele modelos de desenvolvimento inequívocos a serem seguidos por Portugal, pois a herança do passado impulsionava as nações europeias às reformas, as reformas faziam com que os erros do passado fossem repetidos, e, por sua vez, as revoluções traziam a completa desordem e a anarquia, pois há “muito tempo gritavam os povos pela reforma, e ainda que, em quase todos os estados da Europa, se emendassem alguns inconvenientes parciais a isto, só se servia de mostrar mais os defeitos do sistema em geral, e ordem das coisas”.¹²³ Contudo, mesmo estando envolvido em uma perspectiva cética sobre o progresso histórico, demonstrando no limite a sua impossibilidade, Hipólito da Costa não deixou de hierarquizar o que seria mais positivo e negativo para as nações, em especial, no que diz respeito a Portugal. Sendo assim, mesmo que as reformas em muitas ocasiões serviam somente para evidenciar “os defeitos do sistema em geral”, estas eram superiores às revoluções, que destituíam as “instituições antigas, que conservavam a ordem”, possibilitando a

¹²¹ MONTEIRO, Nuno Gonçalo. *Op. cit.*, 2009, pp. 826.

¹²² COSTA, Hipólito da. *História do Reinado de D. Maria I. In.: __ História de Portugal composta em Inglês por uma sociedade de Literatos*, transladada em vulgar com as notas da edição francesa, e do tradutor francês Antonio de Moraes da Silva e continuada até os nossos tempos. Em Nova Edição: Tomo I. Londres: Na Oficina de F. Wingrave, T. Boosey; Duau & Co & Lackington; Allen & Co, 1809, pp. 237. – grifos meus.

¹²³ *Idem.*

instauração de “uma horrível anarquia”. Logo, para Hipólito era melhor a manutenção da ordem e das instituições antigas e o empreendimento de reformas graduais, tendo em vista a manutenção da ordem, do que a invenção de “diferentes formas de governo”, que podiam levar à completa anarquia.

Foi pela compreensão exposta acima, que Hipólito assumiu uma posição completamente distinta da de Constâncio em relação à emigração do Príncipe para o Brasil. Para o primeiro a saída da corte fora uma estratégia política que garantiu a sobrevivência da Casa de Bragança e da soberania portuguesa, impedindo que Portugal tivesse o mesmo destino da Espanha, posição que defendera constantemente em seu periódico:

Para o cúmulo de desgraça foram os Soberanos da Espanha obrigados a renunciar os seus direitos, a abdicar o seu trono e a solicitar o seu mesmo povo a que faltasse a fé, e juramento de fidelidade, que haviam prestado à Real Família Reinante; a pedir por fim que obedecesse seus inimigos.

Depois disso, quem se atreverá a duvidar da sábia polícia do Príncipe Regente de Portugal, em mudar a sua corte para o Brasil? Até agora podia imputar-se a ignorância, ou estupidez, os esforços que algumas pessoas tem feito, (entre outros a população de Madrid), de acusar de indiscreta a viagem do Príncipe; mas se agora alguém persiste em sustentar tal opinião deve ser somente por obstinação ou perversidade.¹²⁴

Já os anseios revolucionários de Constâncio impediam que ele projetasse suas expectativas na regeneração de Portugal a partir do Brasil, como visto anteriormente. O autor considerou a transferência da corte um episódio negativo, já que impossibilitou a tomada da Casa de Bragança por Napoleão e, conseqüentemente, impediu a desejada transformação institucional como se vira na Espanha. Em contrapartida, para Hipólito, o ceticismo em relação às reformas do Estado português e o seu conseqüente medo da Revolução justificam a perspectiva positiva do autor em relação à emigração do Príncipe e a posterior “consolidação do Novo Império do Brasil.”

Tendo em vista a perspectiva da Revolução Francesa como o que abalou a antiga ordem europeia e o desejo de defender politicamente a emigração do Príncipe, Hipólito avaliou o texto de Constâncio buscando provar que os argumentos utilizados pelo médico só eram possíveis a quem servia aos interesses franceses. Primeiramente, o autor do *Correio* comentou os elogios que Constâncio concedeu a Pombal e ao governo de d. José. Hipólito considerava não ser capaz de compartilhar de tais elogios por razões que o próprio Constâncio já havia enunciado: a administração despótica e

¹²⁴ COSTA, Hipólito José da. Pensamentos sobre o novo Império do Brasil. *In.: Correio Braziliense ou Armazém literário*. Londres:Impresso por Lewis, Paternoster- Row, vol.1, 1808, pp. 61 – grifos meus.

agressiva de Pombal que inviabiliza apreço por qualquer benefício que o ministro tenha trazido a Portugal – “Pombal fez alguns benefícios à nação, mas que são eles todos juntos comparados ao único mal de extinguir a liberdade civil, e perverter inteiramente os princípios fundamentais da legislação criminal do reino?”.¹²⁵

Para Hipólito, várias medidas utilizadas na legislação criminal de Portugal feita por Pombal fora copiado da França, país que se destacava para o autor do *Correio* pela tirania e pelo despotismo, daí a impossibilidade de compartilhar o elogio que Constâncio fez ao ministro. A admiração de Constâncio pelo sistema francês e sua defesa do governo do Marquês, segundo Hipólito, devia-se ao fato do primeiro escrever em Paris, ao gosto da moda, “porque em França até as ciências são sujeitas a moda”.¹²⁶ Essa crítica significa que Constâncio não refletia sobre as consequências futuras de que Napoleão – “que agora era louvado por tudo e em tudo” – poderia, em razão do despotismo, deixar a nação portuguesa entregue à escravidão. Caso Constâncio oferecesse uma réplica alegando que Hipólito escrevia a moda inglesa, o último já se defendia: “queremos renunciar a todos os benefícios do governo, do que sofrer a perda da liberdade civil”.¹²⁷

Sobre o juízo de Constâncio do caráter dos indivíduos, Hipólito considerou que ele o fez com franqueza, energia e precisão; mas deixou a critério do leitor a responsabilidade de julgarem até que ponto as considerações eram verdadeiras. Sobre os fatos mais pontuais mencionados por Constâncio, Hipólito os considerou quase sempre corretos. Achou prudente apenas corrigir algumas informações. A primeira dizia respeito à extinção da Mesa de Comissão Geral sobre o exame e censura de livros. Constâncio afirmou que este tribunal fora extinto por ter permitido a impressão da análise da profissão de fé do Padre António Pereira. Hipólito assegurou que a extinção do tribunal aconteceu anos após a edição da obra, e o que teria verdadeiramente causado o fechamento da Mesa foi uma obra intitulada “Medicina Teleológica”. Hipólito lembrou que Seabra, a quem Constâncio muito elogiou, estaria ligado ao fechamento da Mesa e ao restabelecimento da censura dos livros. A segunda correção feita por Hipólito foi referente à medida de Manique de manter os presos por meses e anos, sem julgamento no reinado de d. Maria. Segundo Hipólito, o arbítrio das prisões da polícia começou com a lei estabelecida pelo Marques de Pombal, da qual Manique se

¹²⁵ *Idem, ibidem*, pp. 74.

¹²⁶ COSTA, Hipólito José da. *Op. cit.*. 1810, pp. 75.

¹²⁷ *Idem, ibidem*, pp. 74-75.

aproveitou. Hipólito ainda declarou que a Rainha lançou um alvará estabelecendo que os presos não poderiam ficar nas prisões sem serem julgados por mais de 5 dias:

Infelizmente as belas intenções da Rainha não puderam, nem podem ter efeito, enquanto estiver em vigor a lei da Polícia feita por Pombal, a qual abre tão ampla porta aos abusos, que o Soberano nunca os poderia prevenir ainda que ocupasse, só nesta repartição, duas terças partes do cuidado, que deve distribuir por todos os outros ramos da administração pública.¹²⁸

No argumento acima, Hipólito respondeu à compreensão de Constâncio de que houve uma acentuação do declínio português no Reinado de d. Maria I. É importante observar que Hipólito compartilhou do “belo caráter” que Constâncio expôs da Rainha, não só para evidenciar “os sentimentos para com a Soberana”, mas para argumentar contra o próprio médico. Se os homens da corte no reinado de d. Maria apresentaram indiferença à justiça e permitiram a chegada ao estado deplorável de 1808, não fora propriamente culpa de d. Maria. Para Hipólito, se esse governo intensificou o declínio, e Hipólito considera que intensificou, isso só aconteceu porque Pombal, como Constâncio mesmo notara, abrisse “um terrível precedente” permitindo que seus sucessores ignorassem a justiça. No capítulo *História do Reinado de D. Maria I* publicado na *História de Portugal*, Hipólito já havia expressado esta compreensão, evidenciando que os ministros da administração se preocuparam mais em imitar os vícios do Marquês do que suas virtudes:

Os sucessores porém do Marquês, que eram todos da facção oposta, e a cuja frente se achava o rei D. Pedro, cuidaram mais em expor os vícios do Marquês do que em imitar as suas virtudes, e continuar os planos que ele começara; porque quando o Marquês chegou ao governo, achou a agricultura em decadência, as artes desestimadas, e a indústria nacional quase extinta: e muitos ramos da administração pública dirigidos por estrangeiros aventureiros, que nunca tinham em vista senão o seu bem pessoal, sem que se importassem com os interesses ou honra da nação. [...] **Estes males havia, em grande parte, remediado o Marquês; porém o despotismo do seu governo, como dito fica, obscureceu de maneira estes benefícios...**¹²⁹

Hipólito não desconsiderou os benefícios que Pombal trouxera a Portugal, no entanto, ele compreendeu que estes avanços foram obscurecidos pelo despotismo do ministro. Esse argumento foi fundamental a crítica de Hipólito a Constâncio, ele aponta para além da polarização política, compreensões metanarrativas distintas, ou seja, os autores organizaram de forma distinta em circularidade causal os fenômenos históricos. Para Constâncio, o desenvolvimento da razão era o motivo pelo qual tudo deveria estar

¹²⁸ *Idem, ibidem*, pp.77.

¹²⁹ *Idem, ibidem*, pp. 218 – grifos meus.

submetido e pelo qual tudo deveria se aprimorar, sendo a causa da decadência portuguesa a ausência das luzes e a presença da superstição.¹³⁰ Para Hipólito, o princípio mais fundamental era a liberdade civil, sendo o despotismo e a tirania os responsáveis pela decadência portuguesa.

Diante das profundas transformações vivenciadas pelo mundo luso-brasileiro e as demandas que elas criaram seja por reformas, revoluções ou manutenção do sistema, os autores luso-brasileiros precisaram incorporar em seus textos estratégias de discurso e de argumentação assim como temas historiográficos que passaram a atuar como linguagens político-historiográficas que tinham o objetivo de interpretar e significar tais transformações. A linguagem tacitista fora uma delas.¹³¹ No mundo luso-brasileiro, a eliminação de Tácito do procedimento de sistematização pedagogia jesuítica (*Ratio*) ajuda a explicar o aumento do interesse por este autor a partir das reformas pombalinas. Segundo Valdeci Araujo, para os homens que vivenciaram a crise do Império Português as referências a Tácito eram razoavelmente comuns. À medida que se constituía uma opinião pública que não aceitava a ideia de política como um benefício real, recorria-se ao Tácito leitor da natureza humana para ajuizar sobre o comportamento político dos homens públicos. Tácito criou a ideia de uma história vingadora, juíza da posteridade, pois não podia escrever a história de seu próprio tempo devido ao poder dos príncipes. Muitos leitores de Tácito – como Hipólito da Costa – baseados em suas lições,

¹³⁰ “A superstição é uma sobrevivência de cultos desaparecidos. Ficam vestígios atualizando as proibições ou atos vocatórios de infelicidades de outrora. Superstição, super-stitio, o-que-sobreviveu”. Cf.: CASCUDO, Luis da Camara. *Tradição, Ciência do Povo: pesquisas na cultura popular do Brasil*. São Paulo: Perspectiva, 1971, pp. 150.

¹³¹ A linguagem tacitista constituiu-se como forma de análise das obras de Tácito, caracterizando-se pela utilização da linguagem e dos textos do historiador romano na explicação do comportamento político e na arte de desvendar o que estava debaixo das aparências. O objetivo mais fundamental do tacitismo era promover, mesmo que não diretamente, uma análise da situação política contemporânea. O uso das obras de Tácito gerou dois campos de interpretação distintos. O primeiro foi baseado na obra *Germânia*, que trata dos costumes do povo germano com trechos comparativos entre esses e os romanos. Já as *Histórias* e os *Anais* foram utilizadas para denunciar o comportamento político e a ação governamental. Esse tipo de relato foi utilizado de forma exemplar para compreender o presente e caracterizar o governo imperial fundado na corrupção, hipocrisia e crueldade. Sobre a historiografia tacitista conferir: VARELLA, Flávia Florentino. *Sine ira et studio: retórica, tempo e verdade na historiografia de Tácito*. *História da Historiografia*, v. 1, pp. 71-87, 2008; ARAUJO, Valdeci Lopes de.; VARELLA, Flávia Florentino. As traduções do tacitismo no Correio Braziliense (1808-1822): contribuição ao estudo das linguagens historiográficas. In: Maria Clara Versiani Galery; Elzira Divina Perpétua; Irene Hirsch. (Org.). *Tradução, vanguarda e modernismos*. São Paulo: Paz e Terra, 2009, pp. 239-259 e ARAUJO, Valdeci Lopes de. A época das revoluções no contexto do tacitismo: notas sobre a primeira tradução portuguesa dos Anais. In.: *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre, v. 36, n. 2, pp. 343-365, jul./dez. 2010.

associaram-no ao projeto de uma escrita da história contemporânea, que pudesse revelar, aos olhos da opinião pública, os males do Estado.¹³²

Outro tema da tradição tacitista presente nas narrativas lusas foi a relação entre a censura e a decadência político-intelectual. Este tema permitiu a reunião de elementos que foram montados em uma metanarrativa. Para Hipólito da Costa e seu adversário, José Liberato Freire de Carvalho, por exemplo, havia uma relação de causa e efeito entre o despotismo e a decadência das letras e ciências. Por esta razão, estes autores identificaram no ministério de Pombal o declínio das letras e das ciências já que houve a usurpação do poder do povo em benefício do despotismo real.

Em contraponto a esta perspectiva, para Constâncio, o despotismo e a decadência das letras e das ciências estavam subordinados a um terceiro fator: a ausência das luzes e a presença da superstição, por isso ele elogiou o ministério de Pombal como aquele que trouxe o esclarecimento das ideias para a pátria, e apesar de criticar e não ignorar o despotismo do ministro, o entende como um elemento inevitável em um reino onde as luzes ainda não estavam plenamente asseguradas. Em Constâncio, a ausência das luzes seria responsável pelos males portugueses, ou seja, era esta ausência e a presença da superstição que constituía sua metanarrativa. Em um artigo publicado nos *Anais da Ciências, das Artes e das Letras*, intitulado *Considerações rápidas sobre a crítica literária* (1820), Constâncio considerou com clareza que a decadência das letras em Portugal não foi proveniente da ausência de grandes escritores, ou da censura, ou da tirania, mas a decadência foi em grande medida provocada pela ausência de um público-leitor desprovido das luzes, e por isso, desprovido do gosto:

Todas as vezes que uma nação amou de fato a poesia e honrou os vates, nunca nela faltaram poetas insígnies e originais. Pelo contrario, **nos estados em que só classes privilegiadas possuíam luzes foi muito mais escasso o número de poetas, menos originais as suas produções e muito pouco durável o império do bom gosto e da bela literatura.**

[...]

Voltando os olhos para a Pátria que é o alvo constante de todos os nossos trabalhos, achamos sobejas provas do que acabamos de estabelecer. **Quantos poetas ilustres não produziu o nosso Portugal! [...] Quão pouco nos alumiu tão brilhante clarão! (...) E de onde vem tão rápida decadência? Naqueles egrégios escritores achamos a resposta. Todos eles se queixam da falta de discernimento do público e da pouca conta em que ele tinha a poesia, as letras e os poetas, o que não é de admirar vista a ignorância da maior parte da nação pouco familiarizada naquela época com estudos e composições**

¹³² ARAUJO, Valdei Lopes de.; VARELLA, Flávia Florentino. *Op. cit.*, 2009 e ARAUJO, Valdei Lopes de. *Op. cit.*, 2010.

que de terra estranha apenas começavam a ser introduzidos pelos poucos cultores das boas artes que então forcejavam por dar a pátria glória pelas letras igual a que por armas tinham adquirido.¹³³

Na citação acima, tem-se uma crítica de Constâncio à glória portuguesa baseada em sua herança militar. Essa glória no presente, pouco contribuía para a superação da decadência uma vez que a civilização amparava-se no culto às letras, às artes e às ciências. No entanto, não bastava para o autor que apenas parte da população tivesse acesso ao conhecimento. Esse diagnóstico auxilia na compreensão da diferença das explicações sobre a decadência entre Hipólito e Constâncio, pois se o primeiro desejava a manutenção da ordem ou reformas pontuais que garantissem a liberdade civil, o segundo defendia uma ação pedagógica mais democrática e radical, que poderia acontecer principalmente a partir de uma transformação mais estrutural, ou seja, através de uma revolução.

No próximo capítulo busca-se investigar as soluções propostas por Constâncio para solucionar o espírito de violência e de indiferença à justiça, além da dependência econômica e financeira vivida em Portugal bem como o lugar reservado ao Brasil nesta conjuntura.

¹³³ COSNTÂNCIO, Francisco Solano. Considerações rápidas sobre a crítica literária. *In.*: Anais das Ciências, das Artes e das letras. Por uma sociedade de portugueses residentes em Paris. Tomo VII. Segundo Ano. Paris: Impresso por A.Bobée, 1820, pp. 8/ 11-12.

CAPÍTULO 2

SOLANO CONSTÂNCIO E A ECONOMIA POLÍTICA: O DESTINO DO IMPÉRIO ENTRE A DECADÊNCIA E A REVOLUÇÃO

Francisco Solano Constâncio ao deixar Portugal em 1807 voltou à Paris, onde retomou o convívio com antigos conhecidos da época em que fugira da Grã-Bretanha, entre eles o economista Jean-Baptiste Say com quem compartilhava o interesse pela economia política. Estudos apontam que ainda neste período tentou fazer chegar a Napoleão suas opiniões sobre a invasão da Península Ibérica, mas se “convenceu de que o imperador completamente enganado sobre o caráter e sentimentos dos espanhóis e portugueses, ia fazer a infelicidade destas duas nações e cavar um abismo que o iria tragar”.¹³⁴ Desiludido com a ocupação napoleônica para a concretização dos ideais da Revolução Francesa, passou a envolver-se em outro projeto: a emancipação da América Espanhola.¹³⁵

Desta vez, a inspiração viria de Sebastián Francisco de Miranda Rodríguez (1750-1816), precursor de projetos de independência que partindo da Venezuela se estenderiam a outras colônias espanholas. Miranda fora colaborador da Revolução Francesa, recebendo o título de general, mas sempre compreendia que a força naval inglesa seria fundamental para concretização dos seus planos emancipatórios. Desde 1785 fazia viagens à Inglaterra a fim de conseguir o apoio desejado, mas só em 1807, após várias viagens pelo mundo, Miranda retornou à Inglaterra lutando mais enfaticamente pelos seus interesses.

Constâncio, após perder a expectativa de ver conciliada a política napoleônica com os ideais da Revolução de 1789, voltou a Londres, onde passou a se envolver com o projeto de independência de Miranda, do qual faziam parte outros portugueses, entre eles Hipólito da Costa. Constâncio escrevia para jornais ingleses sob o pseudônimo de *Las Casas*, bispo espanhol do século XVI que lutou pela dignificação dos índios. Desde os fins do século XVI, as narrativas do frade dominicano, Bartolomé de las Casas (1474-1566), sobre os excessos cometidos pelos espanhóis vinham sendo utilizadas para

¹³⁴ CONSTÂNCIO, Francisco Solano Apud: SOUSA, Maria Leonor Machado. O pensamento político e econômico de Francisco Solano Constâncio. *Revista de Estudos Anglo-Portugueses*. Número 16. Lisboa, 2007, pp. 104.

¹³⁵ Sobre a biografia de Constâncio antes de 1807 e sua relação com a invasão napoleônica, consultar o primeiro capítulo desta dissertação.

questionar o papel de sua conquista na América. As primeiras publicações de seus textos fora da Espanha no final do século XVI, *Tirantias e crueldades que os espanhóis fizeram nas Índias ocidentais* e *História admirável dos horrores, insolências, crueldades e tiranias exercidas pelos espanhóis*, foram utilizadas por franceses, ingleses e holandeses para disseminar as denúncias das barbaridades cometidas pela Espanha.¹³⁶ Constâncio, nessas cartas, recuperou o argumento do bispo a fim de sedimentar a ideia da colonização como bárbara e opressiva para os povos indígenas.

No entanto, a tensa relação que Constâncio estabelecera com a política inglesa acabou por forçá-lo a abandonar o projeto. Ele criticou o apoio político britânico aos movimentos de independência americanos, alegando que caso ele se concretizasse, seria apenas por razões comerciais. A partir de afirmações como esta, Constâncio não oferecia o apoio ideal aos interesses de Miranda, que acabou por não propor-lhe condições financeiras estáveis. Sem fontes de rendimento e com poucas chances de consegui-las na Inglaterra, regressou à Paris com certa tristeza por ter abandonado o “magnífico e sublime projeto” de Miranda.¹³⁷

O retorno de Constâncio à França coincidiu com a terceira invasão napoleônica a Portugal, invasão pela qual o autor já não nutria grandes expectativas como outrora. Apesar do centro de suas atividades permanecer em Paris decidiu ir a Roma, onde se tornou secretário particular do então exilado Carlos IV da Espanha. Em uma das cartas ao Conde da Barca escrita em 15 de dezembro de 1814, mencionada no capítulo anterior, em que pedia apoio para edição do periódico *Observador Lusitano em Paris*, Constâncio revelou o receio pelo seu futuro. Como não queria viver em Roma, deixando evidente esse descontentamento, temia perder seu emprego. Por esta razão havia pedido ao Conde de Funchal o cargo de ministro dos negócios estrangeiros para ser empregado na carreira diplomática com exercício junto à embaixada de Paris. Mas como não sabia qual seria o resultado e nem tendo buscado empenhos maiores, precisou investir em outros caminhos para sobreviver:

Para ganhar a vida, aconselhado e animado por alguns amigos formei o projeto de uma obra periódica mensal, da qual remeto a V. Ex^a o primeiro número, destinada a derramar entre os nossos compatriotas os conhecimentos úteis, e especialmente aqueles que convém ao maior número de leitores, e dando noções

¹³⁶ MEDEIROS, Bruno Franco. *Plagiário, à maneira de todos os historiadores*. São Paulo: Paco Editorial, 2012, pp. 54.

¹³⁷ Sobre a relação de Constâncio com o projeto de independência das colônias espanholas, cf.: SOUSA, Maria Leonor Machado de. *Um ano de diplomacia Luso – Americana*. Francisco Solano Constâncio. (1822-1823). Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1988, pp. 22-36.

exatas sobre os assuntos políticos e comerciais, e tendo particularmente em vista a intolerável preponderância inglesa que redobrou de forças e de pretensões pelo abatimento atual da única potência capaz de lhe pôr cobro. Eu bem quisera não me meter com a política e limitar-me as matérias literárias e científicas, porém o público está há anos acostumado a governar o mundo em seco, e os mais ignorantes discorrem sobre política como se a entendessem, deixando com tédio os artigos um pouco profundos das artes e ciências, de cujo merecimento não são contrastes.¹³⁸

A carta revela um desejo antigo e recorrente de Constâncio de atuar como diplomata, sonho que conseguiu realizar apenas em 1822 tornando-se encarregado dos negócios estrangeiros nos Estados Unidos, atividade rapidamente interrompida devido ao fim do período constitucional com a Vila Francada.¹³⁹ A dificuldade em conseguir um cargo diplomático deveu-se, em grande parte, a uma circunstância que o próprio Constâncio reconhecia : “tanto mais pelo conhecimento que tenho das cortes, apesar de nunca ter vivido nelas, sei mui bem que os ausentes raras vezes são julgados necessários e atendidos”.¹⁴⁰ Apesar de pertencer a uma família abastada, escolhera desde muito jovem viver fora da corte, tendo inúmeras vezes criticado o modo de vida cortesão, consciente de que essa recusa o limitaria no exercício da diplomacia para Portugal.

Desta forma, Constâncio fora impedido de se sustentar a partir da atuação na vida política e diplomática em uma perspectiva formal. Impossibilidade que se deu pelo fato de ter sido recusado no meio político, mas também pelo fato dele mesmo ter se negado a participar desta estrutura. Eleito deputado pelas Cortes Constituintes, após a Revolução de Setembro em 1836, recusou o cargo. Constâncio optou mais enfaticamente pela atuação política a partir de um âmbito mais independente: o mercado editorial. Neste campo, ele se envolveu em projetos diversos, dos quais retirou parte significativa de seus recursos financeiros junto ao exercício da medicina. Organizou dicionários, gramáticas, traduções de importantes obras para o francês, mas foi principalmente através dos periódicos destinados a divulgação das artes, letras e ciências úteis que definiu seu principal interesse: a economia política, consagrando-se como um dos principais nomes da área no mundo luso-brasileiro.

¹³⁸ CONSTÂNCIO, F. S. *In.*: SOUSA, M.L.M. *Op. cit.*, 1988, pp. 38-39 – grifos meus.

¹³⁹ Não se sabe ao certo se Constâncio não conseguira o cargo de diplomata antes de 1822. Há menções a sua atividade como “agente diplomático confidencial” em Paris após a vitória liberal de 1820, mas os estudos de Maria Leonor Machado de Sousa não encontraram nenhuma prova deste fato, embora ela tenha identificado em uma carta de José Diogo de Mascarenhas Neto, encarregado dos negócios na França a Silvestre Pinheiro Ferreira, datada de 13 de abril de 1822 indícios de que Constâncio atuasse nos meios diplomáticos já algum tempo. Cf.: *Idem, ibidem*, pp. 41.

¹⁴⁰ CONSTÂNCIO, F. S. *In.*: *Idem, ibidem*, pp. 38.

Este capítulo dedica-se a analisar alguns textos fundamentais do autor relacionados ao debate político-econômico, priorizando àqueles endereçados ao tema da Independência do Brasil, problema claramente colocado no horizonte de Constâncio a partir de 1808. Procura-se explorar as expectativas e receios do autor no que tange ao destino do Império Luso-Brasileiro a fim de mapear em que medida a Independência representou o limite de certa experiência colonial portuguesa para o letrado luso. Para isso, procura-se, primeiramente, verificar o interesse do autor, bem como da comunidade lusa, pela economia política como uma ferramenta para intervenção no mundo público. Em sequência, procura-se mostrar como muito dos debates à época colocavam em evidência que a *linguagem do humanismo comercial*, assim como o campo semântico do conceito de progresso, por exemplo, já nasciam evidenciando suas limitações, tornando-se incapazes de solucionar sem ambiguidades determinadas questões, como a manutenção ou não da escravidão ou a expansão do comércio externo. Em um terceiro momento, explora-se a Revolução do Porto como um contexto que potencializou e fora potencializado pelas expectativas advindas dos discursos ligados à economia política, tendo sido o primeiro momento de quebra efetiva das limitações impostas pela invasão francesa. Ainda neste tópico, tem-se o objetivo de descrever a atmosfera histórica do vintismo marcada fortemente pela urgência de uma “reforma”. Por fim, busca-se analisar como a Revolução do Porto e a Independência do Brasil, ambos partes de um mesmo processo, relacionam-se ao esgotamento das soluções tradicionais até então colocadas para o fim da decadência portuguesa. Neste contexto, explora-se a defesa de Solano Constâncio de uma revolução ainda mais intensa para Portugal diante da separação dos reinos.

2.1) A economia política no Império Luso-Brasileiro

O momento decisivo para a emergência da economia política ocorreu nas últimas décadas do século XVIII, quando Adam Smith delimitou de forma decisiva as modalidades de reflexão econômicas existentes, organizando-as em três orientações possíveis. A primeira correspondia a uma análise política e voluntariosa da riqueza, tal como era feita pelos partidários do sistema mercantil. A segunda, de teor mais filosófico, pretendia-se mais científica e fundamentada nas leis naturais, típica dos partidários do sistema agrário. A terceira, que correspondia à proposta do próprio Adam

Smith, igualmente filosófica e científica, era baseada nas leis naturais, mas que regiam o comportamento dos homens e das sociedades.¹⁴¹

A reflexão de Smith fazia parte de uma compreensão metanarrativa presente também em autores como Voltaire, Gibbon, David Hume e William Robertson. Esta percepção “metanarrativa” do desenvolvimento da história consolidou-se em “macronarrativas”, ou seja, em histórias gerais de caráter diacrônico, que demonstravam o progresso da sociedade civil ao longo do tempo. Esses autores partilhavam uma sensibilidade de ruptura com relação ao passado antigo e medieval, entendido como imerso na barbaridade e na religião, compreensão que se estenderia também aos séculos XVI e XVII. Nas perspectivas destes autores, o século XVIII diferenciava-se deste passado “bárbaro” e representava um avanço na história devido à dinamização do comércio e ao refinamento das maneiras.¹⁴²

A partir de algumas obras decisivas, houve uma significativa acentuação de um processo de clarificação do campo da economia política em que a *Riqueza das Nações* de Smith fora considerada uma ruptura com os erros do passado. Dentre essas obras, destacam-se o *Traité d'économie politique* (1803) de Jean-Baptiste Say (1767-1832) e o *Nouveaux principes d'économie politique* (1819) de Jean Charles Léonard Simonde de Sismondi (1773-1842). Para Say, Smith teria sido o fundador da economia política, o primeiro a desvelar a verdadeira conexão entre os princípios definidores da afluência das nações. Sismondi, em tom similar, qualificaria o pensador escocês como o responsável pela revolução no conhecimento econômico, aquele que conduzira a ciência a um estado de quase perfeição.¹⁴³

É importante observar que mesmo tendo em Smith a origem fundamental do pensamento econômico, isso não impediu que esses autores produzissem compreensões sobre a economia política que se afastavam de algum modo. Say e Sismondi, por exemplo, debateram, na maioria das vezes divergindo, a respeito da possibilidade de saturação geral dos mercados. O primeiro considerava que os princípios econômicos eram mais estáticos, pois derivavam da natureza das coisas “tão certamente quanto as leis do mundo físico; elas não são imaginadas, elas nos são reveladas por observação judiciosa e análise; os soberanos, bem como seus súditos, devem curvar-se à sua

¹⁴¹ ROSTHSCHILD, Emma. *Sentimentos econômicos*. Adam Smith, Condorcet e o Iluminismo. São Paulo/Rio de Janeiro: Record, 2003, pp. 63-83.

¹⁴² POCKOCK, J. G. A. *Barbarism and Religion: Narratives of Civil Government*. Cambridge University Press, 1999, *passim*.

¹⁴³ ARTHMAR, Rogério. Say, Sismondi e o debate continental sobre os Mercados. *In.: Estudos Econômicos*. São Paulo. Vol. 39, pp. 381-410, 2009.

autoridade e elas nunca são violadas impunemente”.¹⁴⁴ Já Sismondi acreditava que havia na economia política uma parte controversa, “ligada necessariamente ao tempo presente, que se apoia sobre as circunstâncias recentes e que **deve mudar** à medida que as circunstâncias mudam ou se desenvolvem”.¹⁴⁵ Neste sentido, a economia política, depois de Smith, se constituía a partir de um debate plural que permitiu rapidamente a expansão de seus próprios enunciados. No entanto, a despeito das diferenças entre eles, todos sempre tiveram como princípio a *limitação interna da razão governamental*.

Michel Foucault ao fazer a genealogia do Estado moderno através de uma história da razão governamental defendeu que a partir do século XVIII emergiu uma nova ideia de natureza que se referia as relações dos homens entre si (trata-se da naturalidade da sociedade). Essa nova naturalidade estabelecia uma ruptura radical em que o Estado precisava gestar a sociedade civil, diferentemente da governabilidade própria ao século XVII em que o Estado gestava súditos. Nesta nova governabilidade nasceu um conhecimento indispensável para um governo que pretendesse ser bom: a economia política. Nesta ciência não estava propriamente em questão o conhecimento de métodos para enriquecer o Estado, mas ela constituía-se como um conhecimento dos processos que conectavam as variações de riqueza e de população a partir de três setores: produção, circulação e consumo. Nasceu, assim, a partir do século XVIII, segundo Foucault, um tipo de conhecimento particular em que a cientificidade cada vez mais reivindicou uma pureza teórica: a economia e, simultaneamente, a política reivindicou o direito de levá-la em consideração aos governos que precisariam formatar suas decisões para atender a sociedade civil.¹⁴⁶

Neste sentido, a economia política relacionava-se a uma arte de governar que não buscava propriamente assegurar o crescimento indefinido do Estado no que a tange a sua força, riqueza e poder, mas procurava controlar o exercício do poder de governar. Para essa limitação ocorrer era necessário algo ou um lugar específico que funcionasse como regra e norma à prática governamental, este lugar passou a ser o *mercado*. A mudança iniciada no século XVIII deveu-se, por um lado, ao fato do mercado passar a obedecer aos mecanismos “naturais” e espontâneos. Por outro lado, o mercado além de deixar aparecer tais mecanismos naturais, ao permitir que eles agissem, evidenciava o aparecimento de certo preço que seria considerado o “preço bom” ou o “preço normal”.

¹⁴⁴ *Idem, ibidem*, pp. 383.

¹⁴⁵ *Idem, ibidem*, pp. 384 – grifos meus.

¹⁴⁶ FOUCAULT, Michel. *Segurança, território, população*. Curso dado no Collège de France (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008a, pp. 449-488.

O mercado, assim, quando agindo por si mesmo, ou naturalmente, permitiria a formação de um preço considerado “verdadeiro”. Isso significou que na medida em que os preços eram um resultado da ação natural dos mercados, eles passaram a constituir um padrão de verdade que possibilitaria discernir nas práticas governamentais aquelas que seriam corretas e as que seriam equivocadas. Neste sentido, o mercado e sua consequência imediata, o preço, se tornaram um lugar de *verificabilidade* ou de *falsificabilidade* para a prática governamental.¹⁴⁷

Em Portugal, as discussões em torno da limitação da prática governamental foram imediatamente assimiladas e adaptadas à agenda reformista. A difusão da economia política ganhou expressividade a partir de um movimento mais vasto de renovação cultural que fora patrocinado pelo próprio Estado a partir das reformas pombalinas. Elas buscavam a atualização de algumas de suas práticas tradicionais, compatibilizando-as com as crescentes exigências que eram colocadas a Portugal por um contexto mundial em transformação cada vez mais acelerado. A ligação da economia política com um sistema filosófico moral permitiu que não fosse compreendida como um receituário pronto para ser aplicado em qualquer contexto. Ela fora considerada um conjunto de princípios gerais que necessitava de uma seleção e interpretação teórica cuidadosa, bem como uma aplicação concreta que deveria ser ditada pelo bom senso e pela coerência política. Por esta razão, eram diversos os tipos de atuação para os intelectuais luso-brasileiros que quisessem investir na difusão tanto teórica e/ou prática dessa nova ciência.¹⁴⁸

As formas de intervenção no campo da reflexão econômica foram variadas no Império Luso-Brasileiro, tendo de um lado intelectuais mais interessados em discutir e oferecer conhecimento sobre as teorias econômicas produzidas no exterior, como José da Silva Lisboa (1756-1835), Joaquim José Rodrigues de Brito (1753-1831) ou aqueles interessados em ensaiar uma aplicação mais direta dessas teorias à realidade nacional, identificando seus males e sugerindo quais os melhores remédios a adotar. Nesta corrente destacou-se também João Rodrigues de Brito, Acúrsio das Neves e Francisco Solano Constâncio. António Almodovar defendeu que a conquista da audiência internacional dos grandes economistas como Ricardo, Malthus, Stuart Mill e Say deveu-se à ação efetiva de todo um “verdadeiro exército internacional” de divulgadores

¹⁴⁷ FOUCAULT, Michel. *O nascimento da biopolítica*. Curso dado no Collège de France (1978-1979). São Paulo: Martins Fontes, 2008b, pp. 39-70.

¹⁴⁸ ALMODOVAR, António. *A institucionalização da economia política clássica em Portugal*. Porto: Edições Afrontamento, 1995, pp. 11-25.

praticamente desconhecidos. Entre esses autores, destacam-se muitos portugueses, entre eles, o próprio Solano Constâncio.¹⁴⁹

Até 1800, o pensamento econômico português poderia ser resumido ao que se encontrava consignado nas *Memórias Econômicas* da Real Academia das Ciências de Lisboa e, sendo este pensamento, segundo Almodovar, caracterizado pela preponderância de um interesse fisiocrata. No entanto, estudos têm demonstrado que os debates ligados à economia política foram se constituindo a partir de um âmbito cada vez mais autônomo em relação à Academia.¹⁵⁰

A ruptura fundamental ao nível da produção do discurso econômico deu-se com a polêmica estabelecida entre Rodrigues de Britto, com a publicação da obra *Memórias políticas sobre as verdadeiras bases da grandeza das nações, e principalmente de Portugal* (1803-1805) e Silva Lisboa, com a publicação de *Princípios da Economia Política, para servir de introdução à tentativa econômica* (1804). A diferença mais radical entre esses autores baseou-se nas respectivas compreensões teóricas acerca da economia política. Para o primeiro, esta ciência era considerada um ramo do Direito Natural Público Interno, já para o segundo, tratava-se de uma seção da Jurisprudência, ou seja, um ramo da filosofia moral. Além do mais, Rodrigues de Brito estava mais próximo teoricamente dos novos economistas franceses, enquanto Silva Lisboa fundamentava suas expectativas na escola de Adam Smith. Em síntese, essa diferença aponta para o fato de que Brito considerava apenas o trabalho agrícola útil e capaz de resolver o problema do atraso português. Silva Lisboa, em contrapartida, defendia que a ação do príncipe que partilhasse desta doutrina ofereceria uma proteção sempre parcelar aos setores produtivos, sendo este caminho insuficiente mediante as dificuldades do Reino:

Ainda que sejam estimáveis estas *Memórias* pelas interessantes doutrinas que tocam e, maiormente, pelo principal destino de engrandecer a agricultura nacional, contudo não posso assentir em alguns pontos, enquanto indistintamente exaltam os economistas franceses, deprimindo a fama de Smith, que aliás tanto se lhes avantajou nas lições que deu ao universo. O seu autor [Rodrigues de Britto] não se contentou de criticar os lugares subalternos da obra *Riqueza das Nações*, [...] mas adotando as exagerações da *Fisiocracia* ataca a parte vital e o princípio mais sólido e profícuo do liberal e universalmente benéfico sistema, em que aquele grande homem põe, no *trabalho, o fundo do suprimento das nações e a reta economia na igual proteção na nossa indústria*

¹⁴⁹ ALMODOVAR, António. Processos de difusão e institucionalização da economia política no Brasil. In.: CARDOSO, José Luís (org.). *A economia política e os dilemas do Império Luso-Brasileiro* (1790-1822). Lisboa: Comissão Nacional as comemorações dos descobrimentos portugueses, 2001, pp.117.

¹⁵⁰ Para um aprofundamento sobre as *Memórias Econômicas* da Academia Real de Ciências de Lisboa, consultar: ALMODOVAR, António. *Op. cit.* 1995, pp. 29-40.

útil, seja do campo, seja da cidade, mostrando o prejuízo de todos os sistemas de preferências e restrições.¹⁵¹

Silva Lisboa deixou clara sua defesa do trabalho e do comércio livre que garantiriam o respeito e a livre comunicação da inteligência humana, ou seja, haveria uma proteção do conhecimento e a sua difusão nacional (através de uma instituição alargada a toda a população) e internacional (através do comércio livre). Neste sentido, a riqueza seria uma consequência do progresso e, o comércio externo deveria ser compreendido em sentido mais amplo, como a comunicação de ideias e de mercadorias e de um contato irrestrito das luzes que resultaria em uma ampla expressão da sociabilidade humana.¹⁵²

Desta forma, as *Memórias Econômicas* de Rodrigues Britto com inspirações fisiocráticas próximas à Faculdade de Filosofia de Coimbra, ao receber uma resposta crítica por Silva Lisboa, que defendia a raiz smithiana, permitiu que a economia política no mundo luso-brasileiro se configurasse a partir da emergência pública de um espaço discursivo, em parte, autônomo em relação à Academia Real das Ciências de Lisboa. No entanto, observa-se que nomes expressivos da área publicaram importantes trabalhos em diálogo com da Academia, como Azeredo Coutinho com seu *Ensaio econômico sobre o comércio de Portugal e suas colônias* (1816) ou sua *Memória sobre o preço do açúcar* (1816).

Esse processo de expansão da economia política se tornaria mais complexo após a saída da corte, pois com Rodrigues de Brito remetido ao silêncio e com a ida para o Brasil dos principais nomes que tinham se dedicado aos estudos econômicos, desde Domingos Vandelli até Rodrigo de Sousa Coutinho, incluindo Silva Lisboa, o discurso econômico tomaria rumos distintos em cada parte do Império. Os letrados envolvidos com o debate econômico foram responsáveis pela produção da diferença no uso da economia política entre Portugal e Brasil. Penalves Rocha defende que os autores portugueses que buscavam através da economia política diagnosticar e superar a crise portuguesa acabaram, em sua maioria, por responsabilizar e criticar a monarquia. Enquanto que no Brasil, ao contrário, a economia política auxiliava majoritariamente na legitimação do Estado. Um exemplo desta dicotomia, para Rocha, pode ser encontrada nas leituras antagônicas de José da Silva Lisboa e de Francisco Solano Constâncio sobre

¹⁵¹ LISBOA, José da Silva. *Princípios de economia política*. (1804). Rio de Janeiro: Pongetti, 1956, pp. 243-244 – grifos do autor.

¹⁵² Para um aprofundamento sobre o pensamento econômico de Rodrigues de Brito e Silva Lisboa, consultar: ALMODOVAR, António. *Op. cit.*, 1995, pp. 29-65.

o *Tratado de Navegação e Comércio de 1810*. Para o primeiro, o tratado firmava um sistema igualmente político e filantrópico que aspirava “a magnífica e bemfazeja teoria da prosperidade das nações”. Já o segundo compreendia que o tratado havia dado um golpe fatal à indústria e navegação portuguesa.¹⁵³

Esta dicotomia apontada por Penalves Rocha, apesar de relevante, não significa que a economia política em Portugal fora sempre orientada pela crítica ao Estado, ou que seu uso no Brasil se determinasse por um elogio inesgotável ao mesmo. O trabalho de Marcelo Rangel sobre a economia política no interior da *Revista Niterói* oferece um exemplo desta perspectiva. Para Rangel, a partir da análise dos textos de Torres Homem publicados na *Niterói*, a economia política, junto com o cristianismo de matriz protestante, eram responsáveis pela evidenciação dos equívocos morais e materiais que seriam produzidos a partir da escravidão. Neste sentido, a economia política era utilizada para sublinhar o equívoco moral e também econômico que era a escravidão, constituindo-se, assim, como uma crítica fundamental ao Império do Brasil.¹⁵⁴

Em Portugal, uma das obras mais expressivas de economia política após a saída da corte fora publicada em dois tomos em 1814 e 1817, respectivamente. Trata-se das *Varietades sobre objetos relativos às artes, comércio e manufaturas consideradas segundo os princípios da economia política*, escrita por José Acúrsio das Neves. Nesta obra, o autor defendeu que o reino de Portugal para ser respeitado pelos estrangeiros e, rico internamente não precisaria “senão de indústria dirigida por bons princípios”.¹⁵⁵ O estímulo para a superação dos entraves à expansão da indústria portuguesa, o autor buscou na antiga grandeza do Reino – “pelo que fomos em épocas passadas se fará ideia do que ainda podemos ser”¹⁵⁶ – sendo, no entanto, necessário para um futuro diferente corrigir os “erros pretéritos” e conhecer “as riquezas e as vantagens” oferecidas pela natureza. Mas de modo ambivalente, observou que as “difíceis circunstâncias” enfrentadas pelo Reino advinham da “ambição das conquistas”, pois em nome dela fora sacrificada grande parte da povoação e dos tesouros portugueses forçadamente partilhados “com as outras nações marítimas”. Para Acúrsio, se Portugal tivesse feito “bom uso das riquezas, servindo-se delas para pôr em atividade a agricultura, e a

¹⁵³ ROCHA, Antonio Penalves. *A recolonização do Brasil pelas Cortes*. São Paulo: Unesp, 2009, pp.53.

¹⁵⁴ RANGEL, Marcelo de Mello. *Poesia, história e economia política nos “Suspiros Poéticos e Saudades e na Revista Niterói”*. Os primeiros Românticos e a civilização do Império do Brasil. 2011. Tese (Doutorado em História), Programa de Pós-graduação em História Social da Cultura, PUC-Rio, pp. 227-234.

¹⁵⁵ NEVES, José Acúrsio das. *Varietades sobre objetos relativos às artes, comércio e manufaturas consideradas segundo os princípios da economia política*. Lisboa: Imprensa Régia. Tomo I, 1814, pp. 3.

¹⁵⁶ *Idem*.

indústria”, não teria experimentado sua “queda no Oriente”.¹⁵⁷ A exploração aurífera do Brasil, “mortífera por natureza”, “aniquilou” a indústria portuguesa, queda que fora mais tarde intensificada pela invasão napoleônica ao extirpar as riquezas restantes no Reino. Neste sentido, o letrado luso compreendeu sua obra como aquela que “escavaria as ruínas” portuguesas a fim de encontrar alguns instrumentos para o seu “novo edifício”.

Uma das críticas mais severas, o autor destinou à crença na vocação agrícola portuguesa, considerando-a hipotética e também responsável por manter o Reino na miséria. Se havia alguma possibilidade de crescimento da agricultura, este só poderia vir através da industrialização que garantiria a competitividade dos preços, aumentando a produtividade e diminuindo os custos. Acúrsio via a máquina como um instrumento novo e poderoso capaz de reorganizar a relação de forças econômicas e políticas; diferentemente de Silva Lisboa que a compreendia como simples fruto do engenho humano.¹⁵⁸

Um país meramente agricultor sempre será pobre, e mesmo a agricultura nunca chegará a ser florescente, sem o socorro das artes, e manufaturas. Pelo contrário, o país, onde se estabelecerem fábricas, pode estar certo de ver aumentar a sua povoação e agricultura.¹⁵⁹

Como crítico do comércio externo, Acúrsio defendia que os problemas enfrentados por Portugal só poderiam ser resolvidos por meio da indústria e de sua direção através dos princípios da economia política. Para o autor, “a perfeita liberdade de comércio e da indústria,” se pudesse se estabelecer em circunstâncias justas “seria uma fonte inesgotável de abundância e de riqueza”. No entanto, isso jamais se verificaria já que alguns homens conceberam a ideia de sujeitar o mundo inteiro “às regras, que lhe prescreveram nos seus gabinetes.”¹⁶⁰ Isso representava que a chamada “liberdade do comércio e da indústria”, não significava nada mais “que alargar algumas linhas às prisões”. Acúrsio argumentou ainda que:

¹⁵⁷ *Idem, ibidem*, pp. 4.

¹⁵⁸ A defesa de Acúrsio da máquina como um instrumento capaz de reorganizar a relação de forças econômicas e políticas relaciona-se com a posição de Say sobre o tema que apontou a maquinaria como fator crucial na substituição do trabalho humano pela energia dos elementos: “Portanto, se por meio delas [as máquinas], o homem realiza uma conquista sobre a natureza, obrigando as forças naturais, as diversas propriedades dos agentes naturais, a trabalharem para sua utilidade e vantagem, o ganho é por demais óbvio para exigir ilustração”. Cf.: SAY Apud ARTHMAR, Rogério. *Op. cit.*, 2009, pp. 390.

¹⁵⁹ NEVES, José Acúrsio das. *Op. cit.*, 1814, pp. 11.

¹⁶⁰ *Idem, ibidem*, pp. 149.

Se eu franqueio a minha casa aos meus vizinhos, e eles me negam a entrada nas suas, o meu partido fica desigual; e neste caso se acharia uma nação, que franqueasse inteiramente as outras o seu comércio, sem que elas adotassem igual sistema. **Parece mais fácil estabelecer a liberdade da indústria e do comércio interno; porque é livre a cada um governar a sua casa, como bem lhe parecer; mas nisto mesmo se encontram dificuldades invencíveis**, sendo uma das maiores a que resulta da influência, que tem as operações do fisco na mesma indústria e comércio.¹⁶¹

Na citação acima, o autor confirmou sua crítica ao comércio externo, evidenciando a dificuldade de sua execução já que se trata de um sistema sedimentado no egoísmo, na assimetria e no desequilíbrio entre as nações. Mas, por outro lado, não deixou de mencionar as “dificuldades invencíveis” do próprio comércio interno, ressaltando, ao fim, que as soluções oferecidas, seja por um ou pelo outro eram insuficientes para erradicação completa dos problemas portugueses. Isso porque o comércio externo dependia das nações estrangeiras e, o interno tinha seus entraves estabelecidos pelas dificuldades fiscais impostas pela corte. Mas de todo modo, parecia para o autor, mais fácil a reformulação interna do Estado português do que uma relação saudável e proveitosa com as demais nações europeias, por isso, sua proposta, de modo mais amplo, priorizava a defesa do comércio interno. Desta forma, entre os objetivos de Acúrsio nas *Varietades* destacam-se: o combate aos abusos e monopólios no interior da monarquia; a defesa do direito ao trabalho e o combate a manutenção de corporações por razões meramente fiscais.

Apesar de ter sido um dos protagonistas do discurso liberal em Portugal em uma perspectiva da aplicação econômica, fora um crítico contundente do liberalismo político. Isso porque o autor temia as revoluções e era um acérrimo defensor da monarquia. O receio nas revoluções deu-se porque a revolução francesa “conduziu às agonias os Estados, que dela foram vítimas, **transtornou de um só golpe toda a ordem social, e que pôde destruir sem obstáculos a maior parte das antigas instituições, ou fossem boas ou viciosas**”.¹⁶² Diante da revolução como um fenômeno capaz de transformar definitivamente os elementos virtuosos ou não de um Estado, o uso da economia política pelo autor visava, de modo mais enfático, estabelecer os tópicos essenciais a uma reforma, buscando a sobrevivência e a ordem dos elementos positivos do Estado português:

¹⁶¹ *Idem* – grifos meus.

¹⁶² *Idem, ibidem*, pp. 145 – grifos meus.

Os governos, que respeitam a ordem, e temem os choques, que costumam produzir as grandes mudanças repentinas, com as quais muitas vezes se abalam e desordenam a economia e a indústria, quando se pretendem firmar e dirigir, são a cada passo obrigados a suspenderem o progresso das suas reformas, ainda as mais úteis, ou mudar de caminho para efetuá-las.¹⁶³

A obra de Acúrsio, neste sentido, além de ter oferecido uma nova teoria da industrialização para o debate econômico, procurou apontar os elementos da decadência portuguesa evidenciando a necessidade de uma reforma urgente, no entanto cuidadosa, a fim de evitar uma revolução que poderia suspender as conquistas até então alcançadas pelas reformas anteriores. A preocupação de Acúrsio com as medidas reformistas visava impedir justamente o que se sucederia alguns anos após a publicação das *Variedades*, a Revolução de 1820, revolução da qual ele fora um crítico, tendo defendido abertamente através de uma vasta produção panfletária o fim da experiência liberal. Apesar de sua obra propor soluções moderadas do ponto de vista político, teve como um dos traços fundamentais o alcance de outras audiências para além do Estado, como os fabricantes e comerciantes, acabando, assim, por evidenciar o clima de descontentamento vivido pelos portugueses que desencadeou na revolução vintista.¹⁶⁴

Enquanto Acúrsio das Neves era, em Portugal, um dos protagonistas no estudo da economia política, Constâncio destacava-se no exterior pela divulgação e crítica dos principais trabalhos sobre o tema. Na próxima seção, procura-se reconstituir uma das críticas de Constâncio ao comércio externo, crítica, em alguns aspectos, muito semelhante à realizada por Acúrsio. Com isso, busca-se evidenciar que tal crítica não está propriamente determinada pelas opções políticas dos autores (sendo Acúrsio um defensor da monarquia absolutista e Constâncio um entusiasta de rupturas mais radicais no que tange ao Antigo Regime). Acredita-se que a censura ao comércio externo realizada por estes letrados evidencia não apenas o receio luso em relação à dinamização do comércio do qual Portugal parecia distante, mas também apresentava a consciência dos limites deste novo sistema, ou desta nova linguagem do humanismo comercial.

¹⁶³ *Idem, ibidem*, pp. 145-146.

¹⁶⁴ Sobre o pensamento político-econômico de José Acúrsio das Neves, consultar: ALMODOVAR, António. *Op. cit.*, 1995, pp. 67-97; ALMODOVAR, António. “Acúrsio das Neves e a penetração da Economia Política em Portugal (1789-1836). *In.: Obras completas de José Acúrsio das Neves*. Vol. 6. Porto: Edições Afrontamentos, s/d.

2.2) O receio na dinamização do comércio e a aporia do progresso

As contribuições de Solano Constâncio para a economia política foram amplas e encontram-se desde a edição do periódico *O observador Lusitano em Paris* (1815), tornando-se mais intensas a partir de 1818 com a edição dos *Anais das Ciências, das artes e das letras* (1818-1822); com as traduções de economistas ingleses para o francês (Ricardo em 1819, Malthus em 1820 e Godwin em 1821, tendo incorporado notas e comentários de sua autoria). Em 1827, editou *Novos Anais das Ciências, das artes e das letras* e o *Arquivo dos conhecimentos úteis*, em 1837. Também no seu *Novo Dicionário crítico e etimológico da língua portuguesa* (1836) incluiu um verbete sobre o tema, definindo a economia política como a “ciência que ensina a conhecer as fontes de riqueza de uma nação e o modo de a favorecer e a aumentar.”¹⁶⁵

Um dos textos importantes sobre o tema fora publicado em janeiro de 1815 no *O observador Lusitano em Paris*. Trata-se de um parecer sobre o texto *De l'intérêt de la France à l'égard de la traite des nègres* (1814) de Sismondi. Neste parecer, ao mesmo tempo em que Constâncio escreveu um resumo dos argumentos centrais deste pequeno livro do economista de Genebra, expôs, como habitualmente fazia, suas próprias compreensões acerca de alguns temas clássicos da economia política, concepções que se mantiveram com significativa regularidade ao longo de sua produção.

A crítica ao texto não está relacionada a uma postura hostil de Constâncio ao pensamento do autor de *Nouveaux principes d'économie politique*. Ao contrário, Constâncio considerava Sismondi um pensador “profundo”, cujas opiniões e análises “não podiam deixar de fixar a atenção do público e de influir sobre as resoluções que o governo e a representação nacional devem tomar relativamente às colônias francesas”.¹⁶⁶ O comprometimento com a leitura, crítica e divulgação de compreensões distintas era um traço comumente encontrado no interior dos debates econômicos, tendo, por exemplo, J.B. Say, amigo de Constâncio e também de Sismondi, escrito sobre o último, de quem claramente discordava que “[...] se o tenho particularmente combatido é porque o considero o mais digno intérprete das opiniões das quais divirjo. Carrego a vaidade dos antigos guerreiros, que não desejavam enfrentar senão seus

¹⁶⁵ Constâncio, F.S. *Novo dicionário crítico e etimológico da língua portuguesa* precedido de uma introdução gramatical. Paris: Oficina Tipográfica de Casimir, 1836, pp. 437.

¹⁶⁶ CONSTÂNCIO, F. S. (resenha sobre) *De l'intérêt de la France à l'égard de la traite des nègres* ou do comércio da escravatura pelo que toca aos interesses da França, por J.C.L. Sismonde de Sismondi. Genebra: J-J Paschoud; Paris: na casa de comércio da mesma firma. Publicado originalmente no *Observador Lusitano em Paris* (1815). In.: CARDOSO, José Luís (org.). *Francisco Solano Constâncio. Leituras e ensaios de economia política* (1808-1842). Banco de Portugal, Lisboa, 1995, pp. 62.

iguais”.¹⁶⁷ Neste sentido, a crítica de um autor ao outro não configura um afastamento radical em relação ao pensamento econômico de cada um, ao contrário, apesar das críticas, em muito o publicista português se aproximava de Sismondi, como, por exemplo, pelo fato de ambos terem buscado elaborar novas compreensões sobre a economia política em que os interesses privados não mais se traduzissem automaticamente em bem-estar coletivo.

O texto de Sismondi de 1814 escrito em um contexto em que a Europa se reorganizava após a derrota napoleônica tinha como principal objetivo, segundo Constâncio, provar que o comércio dos escravos da África, além de “injusto, atroz e abominável”, era igualmente desfavorável aos interesses dos Estados que possuíam colônias e à prosperidade dessas mesmas possessões. Na leitura de Constâncio, Sismondi considerava a tentativa de reconquistar a ilha de São Domingos tomada pela Inglaterra durante a invasão napoleônica um empreendimento funesto para a França, pois não compensaria a perda de pessoas e de capitais que necessariamente teriam que ser sacrificados para tal empreendimento. O economista suíço defendia, ao contrário, que a França investisse seu capital na indústria nacional, vendendo às países americanos seus produtos em troca de açúcar, algodão, café e outros gêneros “igualmente preciosos”.

Constâncio considerou, assim, a maioria das proposições de Sismondi coerentes, alegando que ninguém poderia contestá-lo a respeito da reconquista de São Domingos, pois “só algum colono enfatuado poderá lisonjear-se de tornar a reduzir os negros ao estado de escravidão sem uma guerra de exterminação”.¹⁶⁸ Neste aspecto, restaria a adoção de um plano de conciliação para “tratar os negros como homens” já que somente desta forma “a posse desta ilha outrora tão florescente” veria “ainda a ser de algum proveito para a França”.¹⁶⁹

Sismondi entendia como desnecessária a continuação da importação de escravos nas ilhas pertencentes à França, argumentando que algumas ilhas estavam sem essa importação, como Martinica e Guadalupe, e ambas prosperavam sob o domínio inglês. É neste ponto que Constâncio estabelece sua primeira crítica a Sismondi:

É-me penoso apartar-me de M. Sismondi, porém não posso assentir neste ponto à opinião deste distinto escritor. Penso, pelo contrário, que a importação de

¹⁶⁷ SAY, J. B. Apud ARTHMAR, Rogério. *Op. cit.* 2009, pp. 382.

¹⁶⁸ CONSTÂNCIO, F. S. De l'intérêt de la France... (1815) In.: CARDOSO, José Luís (org.). *Op. cit.*, 1995, pp. 64.

¹⁶⁹ *Idem.*

escravos é indispensável à conservação e cultura de S. Domingos e das mais ilhas francesas, e que adotando-se as medidas propostas pelo Coronel Malenfant na sua excelente obra, não é incompatível a **escravidão temporária** de alguns negros novamente importados com a liberdade do resto.¹⁷⁰

O afastamento de Constâncio em relação a Sismondi diz respeito à interpretação da principal consequência da invasão britânica nas possessões francesas caribenhas: o golpe decisivo para o comércio de escravos no Atlântico. Sismondi defendia que as colônias de Martinica e Guadalupe estavam prosperando sob o domínio inglês uma vez que não mais importavam escravos africanos e este deveria ser o destino da ilha de S. Domingos. Constâncio questionou, então, essa afirmação a partir de uma compreensão específica acerca dos princípios gerais de economia política e também devido à constante crítica que destinava a toda e qualquer medida inglesa no que diz respeito ao comércio internacional. O texto, assim, muito além de ser uma resenha sobre *De l'intérêt de la France...* acabou por ultrapassar este objetivo, iniciando uma discussão “mais metódica e intensa” ponderando a partir dos trabalhos de Adam Smith e de M. Say os princípios defendidos por Sismondi sobre o fim da importação de escravos para as colônias caribenhas.

Para testar a solidez do argumento de Sismondi, Constâncio citou a *Riqueza das Nações* de Adam Smith como a primeira obra que atacou os monopólios e todos os regulamentos, proibições, direitos e privilégios que se opunham à liberdade do comércio. No entanto, apesar da “grandeza” da obra de Smith e das que se seguiram em resposta a ele, Constâncio considerava que nenhum governo havia os posto em prática, nem mesmo na Inglaterra, “onde há tantas luzes práticas em tudo o que diz respeito ao comércio, e em cujo parlamento se têm há quarenta anos discutido tão profundamente, todas as questões relativas à economia política”.¹⁷¹

O que comprovaria o seu argumento era o fato de que em uma nação tão ilustrada como a Inglaterra “tenha sempre prevalecido os interesses de alguns indivíduos sobre o de toda nação”.¹⁷² Constâncio buscou, assim, defender uma de suas hipóteses mais centrais: de que o sistema comercial que se propagava pelo mundo a partir das decisões políticas e econômicas da Grã-Bretanha não se relacionava diretamente à aplicação dos princípios fundamentais defendidos pelos protagonistas do pensamento econômico. Desta forma, o autor procurou demonstrar que o comércio

¹⁷⁰ *Idem, ibidem*, pp. 65 – grifos meus.

¹⁷¹ *Idem, ibidem*, pp. 66-67.

¹⁷² *Idem, ibidem*, pp. 67.

externo, fundado no egoísmo, não era a base da força, da independência e da prosperidade das nações em geral, sendo a relação de uma nação com as outras uma necessidade secundária, precisando antes qualquer país prover todo o necessário para sua independência em relação aos demais:

As relações com as mais nações são um objeto secundário, e toda a nação que pode ser feliz e independente dos lucros do comércio externo, cometerá um grave erro, se fazendo desta fonte o primeiro ou o principal elemento da sua prosperidade, se expuser a ver-se privada dos seus recursos por efeito de uma guerra, na qual um inimigo ou uma liga poderosa tiver os meios de a bloquear por mar e por terra.¹⁷³

Neste sentido, é fundamental esclarecer que a crítica de Constâncio a Sismondi não está propriamente relacionada à negação da emancipação da escravidão, mas trata-se fundamentalmente de uma crítica ao sistema de comércio internacional, no qual as nações dependeriam desproporcionalmente uma das outras, sendo este o principal motivo pelo qual Constâncio se afasta de Sismondi neste texto em questão. O comércio internacional se apresentava para o autor como um artefato produtor da injustiça e da desigualdade, pois ele se tornara a medida de toda e qualquer relação, sendo os princípios do comércio externo o propagador de tal panorama em que as relações entre as nações pautavam-se no “ciúme e na hostilidade”.

A partir desse argumento, Constâncio defendeu que os países deveriam buscar sempre primeiramente os meios de promover sua independência moral e física para não dependerem comercialmente de outra nação, mesmo que em um primeiro momento esta emancipação representasse um prejuízo financeiro. A dependência entre as nações necessariamente marcaria o privilégio para uma e a decadência para outra: “enquanto me não provarem o contrário, sustentarei acerrimamente que mais vale produzir com mais despesa e menor lucro, cada um na sua pátria, os gêneros ou fazendas necessárias ao seu consumo.”¹⁷⁴ Observa-se que a crítica de Constâncio ao comércio externo assemelha-se muito aos argumentos apresentados por Acúrsio em sua obra de 1814. Ambos evidenciam o que consideravam o egoísmo das nações uma para com as outras, o que retrata a desconfiança na dinamização comercial, argumento que passa pelo ressentimento em relação a Inglaterra, pois compreendiam que Portugal experimentava a decadência devido a influência britânica.

¹⁷³ *Idem, ibidem*, pp. 69.

¹⁷⁴ *Idem, ibidem*, pp. 71.

Outro aspecto fundamental do argumento de Constâncio para criticar o comércio externo é a explicação do autor de que o lucro consequente deste sistema tinha por base um modelo tão cruel quanto o escravista. A Inglaterra estabeleceu um veto ao comércio escravocrata no Atlântico não por considerá-lo atroz à dignidade humana, mas por ter identificado um aparelho mais eficiente em que o aumento do lucro era baseado na exploração de uma mão-de-obra barata, que se encontrava em uma situação pior que a dos negros escravizados:

A Inglaterra, tão exaltada pelos viajantes, é hoje de todos os países da Europa aquele em que os jornais do trabalhador e dos oficiais empregados nas fábricas são mais inferiores ao que pediria o preço dos gêneros de primeira necessidade. Isso procede da cobiça dos grandes proprietários, e da impossibilidade em que se achariam os fabricantes de darem as suas fazendas por preços acomodados aos estrangeiros, se aumentassem o preço da mão-de-obra; **assim conseguem lucros consideráveis à custa da saúde e da vida dos desgraçados instrumentos da sua prosperidade, cuja sorte é muito pior que a dos negros das colônias.** Quem duvidar desta verdade vá a Manchester, a Nottingham, a Birmingham, e a maior parte das cidades de manufaturas de Inglaterra, e leia as reflexões dos médicos que se ocuparam das doenças e da mortalidade desses infelizes, **que só a custas de levantamentos, que sempre custam à vida aos mais atrevidos, conseguem algum diminuto de paga.**¹⁷⁵

Tem-se agora elementos mais complexos para compreender que a crítica de Constâncio a Sismondi não diz respeito apenas a simples defesa ou não da manutenção da importação de escravos, mas trata-se de uma reflexão que questiona se o caminho conduzido pelo comércio externo a partir da ideia do cosmopolitismo e da livre circulação de mercadoria e pessoas representaria realmente um progresso diante do sistema vigente. A crítica ao comércio externo tal como aplicado na Inglaterra consiste no fato do autor ter identificado uma assimetria na maneira como este sistema opera, em que o lucro e o sucesso de uma nação, representaria necessariamente o prejuízo e decadência de outra nação ou de uma “classe”, no caso a dos trabalhadores.

Desta forma, é por ter considerado que a estrutura econômica vigente baseava-se em uma rede de dependência assimétrica que Constâncio defendia que a França, assim como os demais Estados da Europa, não deveriam fundar “a sua prosperidade no comércio externo”.¹⁷⁶ Nos casos em que se mantinham existente uma relação mercantil entre metrópole e colônia, a solução deveria ser colocada em termos de “doçura e

¹⁷⁵ *Idem, ibidem*, pp. 72 – grifos meus.

¹⁷⁶ *Idem, ibidem*, pp. 74.

conciliação” na qual a exploração seria substituída por uma relação de amizade e parceria econômica, que abandonasse a polarização metrópole e colônia.¹⁷⁷

A argumentação do publicista organizada em torno da ideia de uma assimetria entre os países se estendia aos indivíduos. Ao comparar a situação dos proletários ingleses aos escravos nas colônias, considerando ambos cruelmente explorados, questionou em que medida esse novo sistema não seria tão “bárbaro” quanto o anterior. Constâncio argumentou que os ingleses valorizavam o trabalho, não para conseguir através deste o progresso dos indivíduos e dos países de modo geral, mas considerava que a defesa do trabalho era, ao fim, um mecanismo para formalizar e expandir a escravidão. Neste sentido, o argumento do autor acaba por questionar demasiadamente a dinamização da civilidade através do comércio.

Em *El momento maquiavélico*, Pocock buscou defender que paralelamente ao desenvolvimento da história do liberalismo, que é uma história em que aparentemente prevalecia lei e direito, existiu uma história do humanismo cívico, no qual a individualidade continuava a ser ponderada em termos de virtude, que passou a ser determinada através do conceito de maneiras. À medida que o mundo rural-guerreiro da antiga cidadania deixava de existir, o indivíduo entrou em um mundo cada vez mais carregado por mudanças do comércio e das artes, assim, a personalidade do indivíduo se modificava, tornando-se mais complexa. Ele se via compensado pela perda da antiga virtude através do desenvolvimento de sua personalidade.¹⁷⁸

O embate discursivo entre o humanismo cívico e o humanismo jurídico, compatibilizou *virtude e comércio*, sem que isso provocasse a corrupção do cidadão, o que significava que virtude e comércio eram conceitos que não mais estavam em vocabulários políticos opostos, dando origem à chamada *linguagem do humanismo comercial*, que, em resumo, significa a coexistência de concepções de cidadania tanto liberal (a intitulação de direitos) quanto republicana (atribuição de virtudes). Ao situar o modo cívico-humanista de discursar sobre política junto ao modo filosófico e jurídico, comparando os discursos de Hobbes e de Harrington, Pocock percebeu que a virtude não poderia ser simplificada a condição de direito e nem assimilada ao vocabulário da jurisprudência. Isso significou que o fato de virtude e comércio não estarem em

¹⁷⁷ *Idem, ibidem*, pp. 74.

¹⁷⁸ POCOCK, John Greville Agard. *El momento maquiavélico*. El pensamiento político florentino y la tradición republicana atlántica. Madrid: Editorial Tecnos, 2002. Consultar em especial, o capítulo: “El debate del siglo XVIII: virtud, pasión y comercio”.

vocabulários políticos opostos não garantiu uma relação plenamente pacífica, ou seja, a linguagem do humanismo comercial já nasceu em meio a uma crise.¹⁷⁹

É essa crise que o argumento de Constâncio recuperado mais acima buscou evidenciar. Por mais que a individualidade tenha sido valorizada a partir do século XVIII (seja a do indivíduo, seja a da nação), não foi extinta a compreensão de que de algum modo, ela afetaria o equilíbrio do todo, o que significa que ela não prescindia de elementos em comum entre as partes. Entre as críticas de Constâncio a esse sistema, verifica-se a explosão da multiplicidade de interesses que inviabilizava a harmonia entre os povos, tendo o autor alegado que todas as guerras modernas eram oriundas desta valorização dos interesses individuais:

Se todos os povos se amassem como membros de uma mesma família, nunca recorreriam jamais ao cruel expediente das guerras para decidirem as desavenças que poderiam suscitar entre eles, e estas prontamente se terminariam recorrendo os litigantes à decisão de árbitros imparciais e equitáveis: **então todos os interesses seriam comuns, o comércio seria livre, e os governos poderiam impunemente serem cosmopolitas. Infelizmente este estado de felicidade, ao qual competiria justamente a denominação de idade do ouro, é absoluta e inteiramente o avesso daquele em que se acham todas as nações do globo.** Não só os povos e os seus governos se não reputam irmãos, mas todos julgam ter interesses opostos que obrigam os seus respectivos governos a estudarem vigilantes tudo o que pode aumentar a força e a riqueza nacional, à custa dos mais Estados, entre os quais na paz como na guerra reina um constante ciúme. As guerras antigas tinham uma grande diversidade de motivos; as deste século são todas comerciais, e dirigidas, por vistas puramente mercantis, às quais cedem todas as mais considerações.¹⁸⁰

O século XVIII definiu a corrupção e a irracionalidade em termos mais positivos, materiais e dinâmicos, baseado em uma teoria que valorizava a aceitação do crédito como medida de valor econômico e na consideração da imaginação, da paixão e do interesse como principais mecanismos psicológicos de determinação do comportamento humano. Deu-se ênfase na defesa de um ego de auto-satisfação e auto-apreço que poderia ser manipulado e coordenado em um todo comum. Nesta perspectiva, aceitava-se que os homens fossem seres de espíritos guiados por critérios ditados pelo interesse, e ao invés de entender essas características como funestas para a virtude e para a vida política, incorporou-se as paixões e os interesses pessoais ao processo político. No entanto, essa nova atitude não fora capaz de excluir a compreensão de que o caminho para o poder era também o caminho para a corrupção e

¹⁷⁹ POCOOCK, John Greville Agard. Virtude, direito e maneiras. *In.: Linguagens do ideário político*. São Paulo: Edusp, 2003.

¹⁸⁰ CONSTÂNCIO, F. S. De l'intérêt de la France... (1815). *In.: CARDOSO, José Luís (org.). Op. cit.*, 1995, pp. 70- 71 – grifos meus.

destruição, e é esta compreensão que se verifica no discurso de Constâncio. O comércio se tornou no século XVIII a fonte de quase todos os valores sociais, sendo a possibilidade mais radical do homem manter-se como um ser civilizado. Mas ele não se constituiu como uma fonte da virtude política, destinada a preocupação com o bem comum, pois ele promovia o luxo, a avareza e, por consequência, a desigualdade social. Não existia nenhuma lei econômica capaz de por limite ao crescimento do luxo. As teorias do progresso recorriam às possibilidades da existência de uma utopia em que a cultura seria auto-suficiente para garantir a existência equilibrada dos homens. Mas o *ethos* da virtude cívica persistiu (a imponderabilidade da história), a ameaça da destruição não podia ser eliminada, tendo assim os elementos do progresso convivido em luta com elementos de conservação.¹⁸¹

Uma das soluções para esta conjuntura foi a defesa da *reforma legislativa* que poderia ajudar a resistir às forças que minavam a virtude. Assim, a dinâmica do comércio e da paixão, juntamente com o controle legislativo, intensificaram a possibilidade de uma visão otimista do presente e do futuro em que a corrupção final poderia ser sempre adiada mediante a aplicação de reformas. No entanto, as teorias desenvolvidas em torno da dinamização do comércio demonstraram, no limite, como a virtude é construída e destruída pelo próprio crescimento da sociedade, mantendo-se assim, o *ethos* do humanismo cívico de que as repúblicas jamais poderiam ser plenamente estáveis ou virtuosas, argumento encontrado em Constâncio e em Acúrsio quando ambos ressaltam o “ciúme e o egoísmo” das nações. Quando era possível imaginar um ponto perfeito no qual as forças de construção e destruição da virtude se encontravam em equilíbrio, a estrutura histórica na qual essa teoria se apoiava assegurava que este ponto só era encontrado momentaneamente. Essa teoria era marcada pelo sentido trágico da contradição histórica moderna, em que o comércio era um empreendimento necessário para a confirmação de uma experiência mais civilizada, mas simultaneamente autodestrutiva.¹⁸²

Segundo Pocock, o autor que mais enfrentara este problema de maneira dramática e intensa fora Rousseau. Trata-se da compreensão de que todo empreendimento social é, por definição, necessário e autodestrutivo, ele aliena e humaniza necessariamente. O avanço do século XVIII, segundo Rousseau consistia na consciência deste processo que permitiu a sedimentação do distanciamento em relação

¹⁸¹ POCOOCK, John Greville Agard. *Op. cit.*, 2003, pp. 83-99.

¹⁸² POCOOCK, John Greville Agard. *Op. cit.*, 2002, pp. 563-604.

ao passado, distanciamento que se concretizava na medida em que a experiência e as tradições deixavam de ser valorizadas e o futuro passava a ser imaginado como a possibilidade de resolução desta contradição.¹⁸³

A análise realizada por Koselleck a respeito da relação entre os conceitos de “progresso” e “decadência” auxilia na compreensão do fenômeno descrito por Pocock. Se antes da era moderna, progresso e decadência eram conceitos simétricos, sucessivos, o que aconteceu com o conceito de decadência na modernidade? Para o historiador alemão, na modernidade todo retrocesso se contabilizava em conta do progresso, ou seja, progresso e decadência mantiveram uma relação caracterizada pela tensão que permitiu aos ilustrados interpretar toda decadência ou desvio como um passo ao qual seguiria o progresso ainda mais rápido que antes. No entanto, este não foi o único esquema de pensamento em relação à decadência e progresso na modernidade.¹⁸⁴

Para Koselleck o progresso em si mesmo não era o único conceito capaz de oferecer um conhecimento sobre a história. Ao comentar sobre a *Enciclopédia* de Diderot, e sobre o *Cândido* de Voltaire, os interpretou como resistências ao otimismo do progresso. Nenhum dos dois era dogmático de um progresso linear, nem mesmo descontínuo. Esse receio, segundo Koselleck, foi expresso a partir de uma contribuição de Rousseau que plasmou progresso e decadência em uma nova fórmula. A capacidade de melhorar era, para Rousseau, o critério que diferenciava o indivíduo e o gênero humano dos animais. Essa perfectibilidade não estava determinada histórica ou empiricamente, mas antropologicamente, ou seja, é uma categoria meta-histórica. Assim, o homem estava condenado a progredir, a dirigir seus esforços em prol do domínio das forças da natureza, a instalar pilares de civilização em sua vida diária, a organizar-se politicamente para poder viver mediante um crescente uso da razão. Contudo, esta soma de progressos só representava um dos lados, pois este progresso necessário trazia uma consequência necessária: produzia a perda da inocência, a decadência inevitável da moral. Devido a sua capacidade de perfeição, o homem sempre estaria condenado a produzir constantemente decadência, corrupção e crimes, isto porque este conceito consolidava-se através da civilização, conceito que adquiriu uma

¹⁸³ *Idem.*

¹⁸⁴ Sobre a relação entre o conceito de progresso e decadência, cf: KOSELLECK, R. *Historia de Conceptos*. Estudios sobre semántica y pragmática del lenguaje político y social. Madrid: Editorial Trotta, 2012, pp. 95-112.

ambiguidade semelhante. Quanto mais o homem estava para aperfeiçoar-se mediante a civilização, maiores seriam as possibilidades da perda de sua integridade.¹⁸⁵

A interpretação de Rousseau é importante para Koselleck, pois segundo o historiador alemão, Rousseau fora o primeiro a compreender a aporia do progresso. Por ser um processo interminável, incrementaria as possibilidades de degeneração, só que de maneira mais dramática que a metáfora natural, valorizando o sentido de catástrofe que os homens eram capazes de desatar sobre si mesmos mediante as forças técnicas de que dispunham. A partir da aporia do progresso identificada por Rousseau, Koselleck defendeu que o progresso na modernidade – apesar de pretender ser universal – só descrevia uma experiência parcial, em si mesma coerente, mas que tem ocultado e obscurecido outras formas de experiência. Enquanto “o progresso” adquiriu um sentido, se descobriu a discrepância que existia entre o progresso técnico e civilizador e o comportamento moral das pessoas, pois no nível mais individual elas seriam sempre orientadas pelo egoísmo.¹⁸⁶

Se a aceleração do tempo rompera os sentidos que até então orientavam os homens, e eles se viram diante da necessidade de criação de novos sentidos a partir das filosofias da história que organizavam as expectativas em torno da crença no progresso, esses novos sentidos não deixaram de ser constantemente questionados sobre a possibilidade de sua concretização. Como exemplo, Acúrsio e Constâncio utilizaram com muita frequência a metáfora da ruína para se referir à experiência da decadência portuguesa, isso significa que dimensões pré-conceituais que se remetem à decadência sempre seriam obstáculos a uma concepção de progresso linear. Esses autores não tinham propriamente conceitos bem acabados para fundamentar a decadência que descreviam, mas a experiência os ensinava a sempre desconfiar do progresso. Ou seja, na modernidade a decadência sobrevivia através da experiência oferecendo resistência ao conceito de progresso.

Constâncio, apesar da crença no progresso, desconfiava de sua concretização, dúvida que deixou clara no *Discurso Preliminar dos Anais das Ciências, das Artes e das Letras*. O autor escreveu que a inteligência abrange o mundo inteiro quando chega a ser desenvolvida e aperfeiçoada pelos trabalhos sucessivos da civilização. No entanto, o homem no estado em que sai das mãos da natureza, tendo o desenvolvimento das suas faculdades físicas e intelectuais débeis, estaria sujeito a uma longa dependência. Neste

¹⁸⁵ KOSELLECK, R. *Op. cit.*, 2012, pp. 95-112.

¹⁸⁶ *Idem.*

sentido, “como um ser ignorante” ele nada valeria, sendo necessário através da força de exemplos e de tentativas aprender a cuidar de si mesmo. Assim “instigado pela curiosidade, indagara e esquadriharia até encontrar o que busca”.¹⁸⁷ Mas a “preguiça natural o desvia de fazer novas tentativas para aperfeiçoar o começado, e satisfeito e ufano do pouco que aprendeu, desdenha o que ignora”.¹⁸⁸ Apesar de ser impelido na busca pelo conhecimento, o homem aprenderia, segundo Constâncio, o mínimo necessário e essa falta de entusiasmo pelo aperfeiçoamento, era um elemento da condição humana – “esta disposição, comum aos homens em qualquer grau de civilização, é ainda mais poderosa na infância das luzes, quando os menores obstáculos ao progresso da razão são insuperáveis.”¹⁸⁹ A duração desta infância dependeria de uma diversidade de circunstâncias, que poderiam suscitar no homem novos apetites, os quais ele insiste em satisfazer. Por este motivo não seria “de admirar que em todo o globo tenha o progresso da civilização sido tão lento e contrastado, e tão rápida a decadência das nações que, depois de prolongados esforços, tinham conseguido elevar-se nas artes e nas letras muito acima dos outros povos”.¹⁹⁰

Essa compreensão aponta que o progresso estaria comprometido pela estrutura humana. Tem-se, assim, uma compreensão de natureza humana e de civilização marcada pela necessidade de desenvolvimento e aperfeiçoamento. Palavras diferentes que evidenciam uma tensão entre o que estaria disponível e o que precisaria ser conquistado. Se aperfeiçoar significa a necessidade de se dedicar com empenho para que as qualidades humanas sejam aprimoradas, desenvolver indica algo um pouco mais radical, significa que muito pouco fora conquistado até então, que o passado não era tão decisivo e que um “novo começo” era necessário. Aplicando tal argumentação a realidade nacional, Constâncio acreditava que os elementos fundamentais a civilização de Portugal foram pouco cuidados e, por isso, degenerados. No entanto, essa herança parecia praticamente irrecuperável e, ao mesmo tempo, insignificante diante da nova conjuntura. Perante a compreensão de que progresso fora comprometido pela preguiça e pelo egoísmo humano, bem como diante da exploração das nações sobre as outras, tornou-se urgente a defesa de uma ruptura com o processo histórico português, sentimento latente que explodiu durante Revolução do Porto.

¹⁸⁷ CONSTÂNCIO, Francisco Solano. Discurso preliminar. In.: *Anais das Ciências, das Artes e das Letras*. Por uma sociedade de portugueses residentes em Paris. Paris: Impresso por A. Bobée, impressor da sociedade real Acadêmica das Ciências de Paris. Tomo I, 1818, pp. 1-2.

¹⁸⁸ *Idem, ibidem*, pp.1

¹⁸⁹ *Idem, ibidem*, pp.2.

¹⁹⁰ *Idem*.

2.3) A Revolução do Porto e a urgência da reforma

O processo de difusão da economia política em Portugal, apesar de ter ganhado espaço significativo desde o final do século XVIII, ainda estava em uma fase embrionária quando eclodiu o processo da Revolução do Porto. Se até antes da Revolução o discurso econômico estava relacionado apenas a alguns indivíduos, depois dela, a situação mudou consideravelmente. Para além da revolução política que ampliou o espaço para formas variadas de contestação, abriu-se também espaço para múltiplas tentativas a fim de transformar mais enfaticamente os padrões institucionais da sociedade portuguesa, consolidando-se mais concretamente “um processo de mudança social de caráter modernizante”.¹⁹¹ Isso significou a abertura de um espaço político e culturalmente apropriado para debater um conjunto de transformações considerado pelos seus protagonistas como capaz de, enfim, retirar Portugal de seu “estado decadente”. Para Lúcia Neves, a dinâmica do movimento explicava-se pelo anseio de mudança que o “o descontentamento generalizado como *status quo* político, econômico e social de Portugal despertava”. No entanto, seus dirigentes, “preocupavam-se muito mais em afirmar que se tratava de uma *regeneração política*, que previa ‘uma reforma de abusos e uma nova ordem das coisas’”.¹⁹²

Neste sentido, os discursos produzidos durante o contexto da Revolução Vintista foram marcados por uma forte euforia em relação à possibilidade de melhora do futuro português, tendo as ideias liberais adquirido uma inédita divulgação por meio de uma enorme quantidade de jornais, folhetos e obras mais densas. Francisco Soares Franco (1810-1885), médico e sócio da Academia Real das Ciências de Lisboa envolvido com os temas político-econômicos, ao publicar a obra *Ensaio sobre os melhoramentos de Portugal e do Brasil* (1820-1821), escreveu sobre o contexto em questão:

Quando em 1806 acabei de dar a luz o *Dicionário de Agricultura* [...] comecei logo a tratar de algumas Memórias sobre os meios de melhorar, tanto a nossa agricultura, como a Indústria, bem persuadido que não bastavam os conhecimentos científicos [...], mas que era necessária a intervenção do governo em muitas coisas. O meu projeto era, portanto oferecê-las a S.A.R. Mas a invasão dos franceses em 1807, e as calamidades bem sabidas que se seguiram; e sobre tudo a retirada de S.A.R para o Brasil **frustraram de todo os meus intentos**, e as Memórias ficaram imperfeitas, e sepultadas entre papéis inúteis.

¹⁹¹ ALMODOVAR, António. *Op. cit.* 1995, pp.135.

¹⁹² NEVES, Lúcia M. B. P. Estado e Política na Independência. *In.*: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo. *O Brasil Imperial*. V.1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, pp. 117.

Mal esperava eu que o ano de 1820 havia de trazer tão favoráveis ocasiões para sua correção e publicação. Apresso-me, pois, em o fazer; elas não oferecem mais que um esboço rápido **das muitas cousas que há a reformar**, e que **a nação tem o mais decisivo direito de esperar de seus representantes que o façam**: mas mesmo assim julgo que poderão dar objeto para as suas sábias meditações, e que não sejam totalmente perdidas para a nossa grande causa.¹⁹³

A partir da citação acima, percebe-se claramente que em 1820 ocorreu a primeira quebra expressiva das frustrações impostas pela invasão francesa e pela saída da corte do reino português. António Maximino Dulac (1768-1850) descreveu uma experiência semelhante ao publicar *Vozes dos Leais Portugueses* (1820):

Mil, e mil simultâneos transportes júbilos, **exultações mudando lúgubres prantos em cânticos de alegria, suspiros de dor em acentos de prazer romperam explosivamente em dissonantes brados**, uniram-se festivamente em harmonioso concerto, atroando os ares de Vivas, e mais Vivas: Viva a Santa Religião que professamos: Viva o adorado Rei que juramos: Viva o livre arbítrio que recuperamos de declarar sem pejo, nem reбуço os nossos crescidos agravos: **Viva o imprescritível Direito que reassumimos de desafrontar-nos com energia, e prontidão dos nossos longos sofrimentos** no solene Congresso da Nação, princípio de todos os desejos, complemento de todas as esperanças refúgio de todas as necessidades.¹⁹⁴

O livro de Dulac consistiu em uma obra de relevância para o período, tratando-se de um trabalho de bastante fôlego destinado a defender uma reforma em alguns aspectos administrativos do governo através de uma metodologia recente: a estatística. Dulac buscou refutar a ideia de que a causa da decadência agrícola residia na falta de população (pressuposto generalizado à época e corroborado, principalmente, a partir de Francisco Soares Franco). Dulac, ao contrário, acreditava que a queda da agricultura baseava-se na falta de meios de comunicação, nos entraves fiscais e legais colocados ao comércio e nos desproporcionais encargos sobre as explorações agrícolas, além do desprezo social e político destinado aos lavradores.

Esses problemas só poderiam ser atenuados a partir de uma reforma das instituições.¹⁹⁵ Neste sentido, a euforia enunciada na obra de Dulac, e que também pode

¹⁹³ FRANCO, Francisco Soares. *Ensaio sobre os melhoramentos de Portugal e do Brasil*. Lisboa: Imprensa Régia, 1820, pp. 3 – grifos meus.

¹⁹⁴ DULAC, António Maximino. *Vozes dos leais portugueses* ou fiel eco das suas novas aclamações á religião, a El Rei, e às Cortes destes reinos, com a franca exposição que a estas fazem das suas queixas, e remédios que lhes imploram dos seus males. Lisboa: Imprensa Régia, 1820, pp. 5, grifos meus.

¹⁹⁵ Apesar da preocupação reformista, há neste autor um contraste com as posições defendidas por Acúrsio das Neves, por exemplo. Enquanto que para Neves apenas por meio do aperfeiçoamento tecnológico em geral se poderia alcançar a solução para o problema dos custos altos, para Dulac, apenas funcionaria um caminho natural de embaratecimento das matérias primas. Neste sentido, Dulac é um dos

ser verificada no texto de Soares Franco, não é uma satisfação que remete a um fenômeno consolidado. Ao contrário, trata-se de uma euforia pela abertura de uma possibilidade: a de Portugal reconquistar sua autonomia. Desta forma, os textos escritos a partir de 1820, além da euforia pela quebra dos entraves intelectuais, políticos e econômicos impostos pela invasão napoleônica, possuíam também um caráter fundamental de *urgência*, uma vez que se abria um campo mais decisivo de disputas intelectuais e políticas para a salvação do Império:

A **pressa** com que se deu este trabalho à imprensa, para adiantar a sua Impressão, não tendo permitido desenvolver suficientemente os seus objetos e o seu plano no prólogo da página 3, deve em seu suplemento ver-se o *post-scriptum* transferido para o fim do Tomo II.¹⁹⁶

Observa-se, a partir das citações expostas, que com o Vintismo, houve a evidenciação de uma atmosfera marcada pela *euforia* e pela *pressa* que quebrou as frustrações, os “lúgubres prantos e suspiros de dor” instaurados pela invasão napoleônica. Mas identifica-se que esta euforia e *pressa* se justificam por um terceiro sentimento, o do *desespero*, uma vez que essa conjuntura levava à sensação de ser aquele o momento *derradeiro* para a transformação da realidade portuguesa, como ressaltou Dulac:

Praza ao Céu que a nossa estrondosa deliberação não desfigure o verdadeiro objeto da nossa gloriosa empresa; aquele de salvar a pátria da **sua última ruína; aquele de suster o Trono na borda do seu precipício**; aquele de estreitar os laços entre bom pai e bons filhos. Mas para tão grande empresa um grande povo; para um grande povo um povo livre; para um povo livre uma nova Constituição.¹⁹⁷

Soares Franco também escreveu sobre a sensação da Revolução como um momento ideal para a salvação do Império e reparo dos erros anteriores. O autor considerou que os portugueses não souberam estabelecer um governo “não-arbitrário”, “firme” e “econômico”, assim como não conseguiram aproveitar os recursos do Brasil e nem fazer “a felicidade desta vasta colônia”. Diante desses erros, o ano de 1820 fora experimentado decisivamente, como o momento da mudança: “**É tempo** ainda de fazer hoje. **É tempo** de fazer uma constituição sábia e segura, de a estender ao Brasil e a

poucos autores liberais que defendeu a potencialidade econômica decorrente de uma evolução dos aspectos tecnológicos ligados à agricultura. Cf.: ALMODOVAR, Antonio. *Op. cit.*, 1995, pp. 189 - 215.

¹⁹⁶ DULAC, António Maximino. *Op. cit.* 1820, pp. 2 – grifos meus.

¹⁹⁷ *Idem, ibidem*, pp. 6 – grifos meus.

todos os domínios ultramarinos; e enfim de formar com eles tais relações de comércio, que aumentamos a sua riqueza e eles a nossa”.¹⁹⁸

Desta forma, a atmosfera de disputas políticas e econômicas intensas constituiu o Vintismo. Na análise desses debates, percebe-se que eles apontam para a necessidade de mediar, ou mesmo se emancipar de uma experiência de tempo determinada, em grande parte, por um presente e um futuro pouco promissor para Portugal. Nesta conjuntura experimentada como propícia à consolidação de discursos mais radicais em relação ao afastamento do passado, o conceito de restauração, por exemplo, ainda era consideravelmente mobilizado, assim como certo pessimismo mantinha-se em relação ao destino de Portugal, mesmo entre os mais eufóricos. Mas, apesar do conceito de restauração estar incorporado aos discursos, a experiência acelerada evidenciava sua inoperância:

Tais são as vozes de todas as classes de vassallos de S. Majestade; todos intimamente penetrados do mais profundo reconhecimento pelas suas benéficas intenções de **restaurar** a geral prosperidade dos seus Estados; todos igualmente animados do mais grato conceito da sua boa vontade de empregar nisso os seus possíveis esforços; **mas todos unanimemente convencidos da insuficiência dos meios ordinários para suspender a torrente das suas extraordinárias desgraças, ou fossem olhadas pelo pavoroso aspecto do presente, ou consideradas pela tenebrosa perspectiva do futuro na incessante extenuação da Agricultura, das Artes, da Marinha e do Comércio...**¹⁹⁹

Esses textos, que apontavam para a necessidade de uma reforma institucional mais intensa, evidenciaram um desespero decorrente da sensação de estar o presente e o futuro de Portugal bloqueados desde a invasão francesa. O contexto da Revolução do Porto revela, neste sentido, o esgotamento das soluções tradicionais propostas para a experiência decadente, ganhando espaço as soluções liberais, apelando à aliança do Rei com as forças sociais representadas nas Cortes. Trata-se, então, o vintismo, de um fenômeno que se inseriu dentro de um processo amplo, relacionado, de um lado, com a crise do sistema colonial tradicional e com a crise das formas absolutistas de governo. E, por outro lado, relacionou-se com as lutas liberais e nacionalistas que se sucederam na Europa e na América desde os fins do século XVIII.

As obras dos historiadores e publicistas portugueses desde o século XIX, a despeito das diferentes interpretações a respeito da ruptura entre os reinos, sempre reforçaram o consenso de que o nascimento do Brasil independente foi o desdobramento do nascimento do liberalismo político em Portugal, o que significa dizer que um tema

¹⁹⁸ FRANCO, Francisco Soares. *Op. cit.*, 1820, pp. 9 – grifos meus.

¹⁹⁹ DULAC, António Maximino. *Op. cit.*, 1820, pp. 6-7 – grifos meus.

não prescinde ao outro.²⁰⁰ Também, não se pode perder de vista que a preocupação com a Independência do Brasil impulsionou os debates que levaram a revolução do Porto, não sendo deste modo equivocado dizer, que se a Revolução do Porto levou a Independência do Brasil, por outro lado, a Independência (enquanto ainda-não) fora um dos fatores decisivos para o vintismo. Assim, a emancipação do Brasil fazia parte da agenda de problemas portugueses que desestabilizava os sentidos e as expectativas intensificando os discursos em torno da necessidade da mudança, como exploraremos na próxima seção.

2.4) A Independência do Brasil e a Independência de Portugal: a “iminente ruína” ou a revolução

A edição dos *Anais das Ciências, das Artes e das Letras* editado por Constâncio, entre 1818 e 1822, fora uma de suas principais obras editoriais e corresponde ao período em que a discussão acerca da separação entre Brasil e Portugal tornou-se intensa e aparecia no horizonte como um destino quase irremediável. Desta forma, os *Anais* fora um dos periódicos mais decisivos durante a Revolução de 1820 e as publicações de Constâncio nele se remeteram sempre ao tema com intuito de pensar quais seriam os melhores meios de Portugal encaminhar a emancipação de sua colônia americana. Nesta seção serão analisadas três resenhas realizadas por Solano Constâncio a fim de se compreender como ele enfrentara inicialmente o problema da distância histórica entre Brasil e Portugal, a partir de debates estabelecidos com letrados envolvidos no discurso econômico.

Distância histórica, neste trabalho, refere-se ao sentimento de temporalidade construída em um relato histórico, uma vez que este relato incorpora as posições dos sujeitos em relação ao passado.²⁰¹ Esse processo relaciona-se ao que Koselleck chamou de “temporalização das perspectivas” no qual o conteúdo da história não mais se deixava organizar por uma ordenação temporal previamente estabelecida (eventualmente, Deus). As histórias passaram a ser determinadas por desejos e planos, bem como pelas “questões que surgiam do hoje”. Isso significou que o espaço contemporâneo da experiência tornou-se o centro de todas as histórias e, por consequência, sua articulação temporal passou a depender da situação ao qual estaria

²⁰⁰ PIMENTA, João Paulo. A Independência do Brasil e o liberalismo português: um balanço da produção acadêmica. In.: *Revista Digital de Historia Iberoamericana*. Vol. 1, N.1, pp. 70-105, 2008.

²⁰¹ PHILIPS, Mark. *Society and Sentiment: genres of historical writing in Britain, 1740 – 1820*. Princeton University Press, 1997, pp. 26

relacionada. A “temporalização das perspectivas” tornou-se uma determinação antropológica, na qual o movimento de reorganização do espaço de experiência a partir do horizonte de expectativa era consciente e também inconsciente. Um dos elementos que garantiriam a qualidade das perspectivas ou dos pontos de vista era o afastamento, em um aspecto cronológico, do fato, ato que não poderia prescindir de uma estrutura reflexiva sobre o passado e o futuro. No interior deste trabalho, distância histórica não se refere propriamente à preocupação dos relatos estudados com o afastamento (ou aproximação) temporal aos fatos que eles abordam. Essa categoria é aqui utilizada priorizando o ponto de vista produzido na narrativa capaz de abarcar e construir os julgamentos sobre as singularidades do movimento moderno. Isto está relacionado com uma exigência imposta pelo processo de modernização da história que com sua contínua e acelerada transformação impôs a necessidade de um realinhamento da relação entre passado e futuro. Por fim, trata-se do posicionamento da narrativa favorável ou não em relação a uma herança íntima, posicionamento no qual o “espaço de experiência” e o “horizonte de expectativas” são necessariamente articulados, afastando-se ou aproximando-se.²⁰²

O primeiro parecer foi publicado no Tomo V dos *Anais*, em 1819. Trata-se de uma análise crítica da obra de Acúrsio das Neves já mencionada, *Variedades sobre objetos relativos às artes, comércio e manufaturas consideradas segundo os princípios de economia política* (1814; 1817). Sobre o livro de Acúrsio, Constâncio considerou que ele reunia os melhores escritores modernos que tratavam de economia política e de ramos próximos a esta ciência tendo sido “o melhor livro deste gênero que até o dia de hoje tem aparecido em português”,²⁰³ sendo inquestionável as “excelentes reflexões” e o “profundo conhecimento” do autor no que diz respeito à economia política e sua aplicação em Portugal. No entanto, Constâncio lamentou a concisão de Acúrsio no que se referia aos apontamentos sobre os destinos de Portugal e Brasil, pois:

...teria o Sr. J.A. das Neves feito um notável serviço ao soberano e à pátria se tivesse entrado no exame dos meios práticos, os mais facilmente executáveis, os

²⁰² KOSELLECK, Reinhart. Ponto de vista, perspectiva e temporalidade – contribuição à apreensão historiográfica da história. In.: *Futuro Passado. Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto/Puc-RJ, 2006, pp. 161-188.

²⁰³ CONSTÂNCIO, F. S. (resenha sobre) *Variedades sobre objetos relativos às artes, comércio, e manufaturas consideradas segundo os princípios de economia política* por José Acúrsio das Neves. Publicada originalmente nos *Anais das Ciências, das Artes e das Letras*. Tomo V, 1819. In.: CARDOSO, José Luís (org.). *Francisco Solano Constâncio. Leituras e ensaios de economia política (1808-1842)*. Banco de Portugal, Lisboa, 1995. pp. 100.

quais obstando à ruína iminente de Portugal, conciliassem os interesses dele com os do Brasil...²⁰⁴

Constâncio desejava que as propostas econômicas e políticas para superação da decadência no Reino, anunciadas pelo autor das *Variedades*, estivessem em consonância com os interesses do Brasil, os quais Constâncio julgava compatíveis e inseparáveis não sendo ainda necessário “que um dos dois países seja sacrificado ao outro”²⁰⁵. O autor apresenta, assim, o argumento de que a Independência comercial do Brasil seria muito mais relevante para Portugal do que a manutenção do monopólio:

...A independência comercial do Brasil pode vir a ser para Portugal uma fonte de muito maior prosperidade do que foi outrora a posse exclusiva dos produtos daquele Estado como colônia. É bem certo que hoje sofre Portugal pela perda do monopólio, assim como sofre a Espanha pela separação de parte de seus antigos domínios ultramarinos. Mas nem uma nem outra nação carecem de possuir colônias para serem felizes e ricas; e nunca o foram mais do que antes de terem formado estabelecimentos distantes da terra natal.²⁰⁶

O argumento exposto acima de que a prosperidade tanto de Portugal quanto da Espanha dependeria da quebra definitiva do monopólio parte da compreensão de que as conquistas coloniais fomentaram a decadência ibérica uma vez que estas nações, em especial no que tange a Portugal, não possuíam os conhecimentos necessários para evitar as consequências negativas de um “péssimo sistema de conquista, de administração e de leis”, pois os antepassados portugueses nada mais souberam que “vencer com a espada, derribar tronos, avassalar Estados, oprimir nações, e meter horror aos seus inimigos. Ignoraram inteiramente a arte mil vezes preciosa de adquirir amigos, e de fundar estabelecimentos comerciais.”²⁰⁷

Tem-se uma crítica de Constâncio à virtude militar antiga em detrimento de uma nova civilização que adviria das relações comerciais e diplomáticas. Por isso, ele defendeu a possibilidade da felicidade portuguesa sem colônias – “se noutro tempo fomos felizes sem colônias, porque o não seremos hoje que as perdemos?”²⁰⁸ Para a conquista desta felicidade, a emancipação comercial do Brasil era indispensável, uma vez que ele compreendia que “a situação relativa de Portugal e Brasil está **hoje**

²⁰⁴ *Idem, ibidem*, pp. 100-101.

²⁰⁵ *Idem, ibidem*, pp. 101.

²⁰⁶ *Idem*.

²⁰⁷ *Idem, ibidem*, pp. 101-102.

²⁰⁸ *Idem, ibidem*, pp. 102.

mudada, e mudada para sempre”²⁰⁹, em seguida, perguntou: “que cumpre, pois, fazer para que Portugal prospere, e para que lhe sirva de esteio a prosperidade do Brasil?”²¹⁰

O não aprofundamento de Acúrsio no tema, segundo Constâncio, se dera por motivo de “prudência” já que se tratava de um assunto de intensa mediação do soberano e dos ministros. Diante do silenciamento do autor das *Variedades* sobre o destino de Brasil e Portugal, Constâncio julgou fundamental apontar na resenha ao seu livro os princípios gerais que poderiam garantir a prosperidade de Portugal tendo por base a recíproca felicidade do Brasil, mas sem entrar nos meios de execução. Segundo o médico, para a prosperidade de ambos os reinos seria necessária a remoção dos obstáculos que impediam a cultura da terra, o desenvolvimento da indústria e do comércio interno em Portugal; o incentivo para outras nações investirem seus capitais na agricultura e indústria portuguesa; o aproveitamento da “singular e incomparável” posição dos portos portugueses, atraindo negociantes estrangeiros e os navios de todas as demais nações; e finalmente, o mais importante princípio defendido: o favorecimento comercial recíproco entre Brasil e Portugal, sem priorizar nenhum outro.²¹¹ Ao apresentar tais princípios, Constâncio não deixou de revelar o seu receio em relação ao destino do antigo reino, pois fica explícito que a recuperação econômica portuguesa dependeria de duas instâncias fundamentais, uma nacional e outra estrangeira:

não ignoro as dificuldades de todo o gênero que se apresentam na execução de um tal projeto; umas inerentes ao estado da nação, outras que dependem de governos estrangeiros. **Muita prudência e constância se requer para vencer tais obstáculos**, mas é bom ter sempre em vista o objeto, para não perder ocasião oportuna de nos irmos para ele encaminhando, ainda que seja a passos lentos e talvez por veredas desviadas. **O pior é que nossos males são grandes, e que cada dia se vão agravando.**²¹²

Na passagem acima, observa-se a evidenciação sobre o grau do atraso em Portugal. Não é possível, como sublinha o autor, acelerar os passos rumo ao progresso, são necessárias “prudência” e “constância” para aplicar as soluções ideais a fim de evitar a ruína portuguesa, além de parecer existir uma “ocasião oportuna” para a realização de tais soluções. No entanto, esse ritmo cauteloso constitui um problema, pois os males se agravam diariamente, aumentando mais rápido do que a possibilidade de erradicá-los. Esse descompasso entre os males e a remediação constitui a experiência

²⁰⁹ *Idem* – grifos meus.

²¹⁰ *Idem* – grifos meus.

²¹¹ *Idem, ibidem*, pp.102.

²¹² *Idem, ibidem*, pp.103 – grifos meus.

da decadência portuguesa, pois mesmo quando uma solução era apresentada, ela nunca parecia ser plenamente suficiente.

No primeiro capítulo deste trabalho, buscou-se apresentar a existência de uma atmosfera melancólica relacionada, entre outros fatores, à decadência marcada pelo medo do desaparecimento de Portugal durante a Invasão Napoleônica. A sensação de decadência, a qual Constâncio sempre caracterizou como uma “ruína”, após o fim da era napoleônica já não se referia a possibilidade de desaparecimento do Reino de Portugal, mas refere-se à impressão de Portugal estar eternamente condenado a ser uma nação sempre mediana. Procura-se com isso dizer que Portugal melhoraria sim, a lentos passos ao longo do tempo, sua indústria, sua agricultura, seu comércio, sua educação moral, sua tecnologia. No entanto, a melhoria desses setores não seria simultânea e, assim, a soma de todos esses elementos que juntos constituiriam o “progresso” de uma nação não era mais suficiente para Portugal deixar de ser uma nação inferiorizada em relação às outras. Ou seja, aqui, o conceito de decadência aparece quase como um sinônimo do conceito de atraso. Mas o problema e a causa do desconforto radical em relação a esta experiência era o fato de que este atraso jamais passaria, isso porque os melhoramentos não eram suficientes para erradicar os vícios há séculos sedimentados no Reino. No discurso de Constâncio, portanto, o progresso não aparece como uma promessa possível de ser realizada mediante a estrutura política, econômica e social em Portugal, o que significa que a experiência impunha restrições significativas para a sedimentação de um otimismo por meio da noção de progresso.

Diante desta compreensão acerca do destino português, uma das poucas possibilidades mais concretas para amenizar a “ruína” lusa seria estabelecer um equilíbrio comercial entre a metrópole decadente e a colônia em ascensão. Isso não significava uma defesa à proposta da regeneração em que o Brasil poderia ser o novo Portugal. Para o autor, a decadência poderia ser parcialmente superada sem a manutenção do pacto colonial, e ao mesmo tempo sem o abandono do Reino de Portugal em detrimento do Brasil. Assim, o autor propunha, em caráter de urgência, que Portugal promovesse a independência do Brasil, tornando-se imediatamente o seu principal aliado comercial. Essa proposta de reciprocidade fora defendida por outros autores de sua geração, como por exemplo, Soares Franco, que alegava que Portugal

deveria formar com suas colônias, em especial o Brasil, relações comerciais saudáveis e recíprocas para “que aumentemos a sua riqueza e eles a nossa”.²¹³

Este argumento se tornou mais complexo na resenha publicada no tomo XIV dos *Anais*, em 1821, sobre a obra *Vozes dos leais portugueses* (1820) de António Dulac. Para Constâncio, este livro teve o objetivo de esclarecer relativamente à aplicação prática dos princípios da economia política nos domínios do Reino, tendo indicado as reformas necessárias para “fazer prosperar a agricultura, as artes, a indústria e o comércio nas vastas possessões portuguesas”.²¹⁴ Identifica-se um elogio à obra no que diz respeito ao conhecimento da economia política, mas há novamente uma crítica considerando Dulac, assim como considerou Acúrsio, sucinto no que diz respeito “ao desenvolvimento dos meios que únicos podem ainda salvar a pátria da **iminente e inevitável** ruína que há tantos anos a ameaça”.²¹⁵

Neste texto, Constâncio torna-se mais enérgico e crítico no que toca a descrição da decadência portuguesa, alegando que as “causas desta deplorável decadência são notáveis e óbvias, e todas se reduzem ao vicioso sistema de sacrificar o grosso da nação, para favorecer a poucos”.²¹⁶ O problema ainda se estendia ao fato da maioria dos autores se contentarem em apontar o esgotamento de todas as fontes de riqueza, ao invés de indicarem os meios capazes de “sustar o rápido progresso do mal”, isso porque as causas dessa conjuntura precisavam ser enfrentadas de um modo intenso e radical:

os males [estavam] tão grandes, tão inveterados, tão conexos com toda a legislação, que é absolutamente impraticável esperar vê-los destruídos, ou ainda consideravelmente minorados, enquanto não proceder uma **reforma total** de toda a legislação civil e administrativa. [...] **As melhores medidas efetivadas em Portugal tem sido meros paliativos, que só tem deixado subsistir o mal,** mas que até o tem agravado a ponto de não admitir hoje remédio que não seja mui **pronto e radical, remédio inseparável da reforma completa** das nossas instituições políticas.²¹⁷

Após a revolução de 1820, todos os argumentos do autor intensificaram a necessidade de uma ruptura absoluta com as instituições políticas, argumento que ganhou espaço em função do clima do vintismo que evidenciou a sensação de

²¹³ FRANCO, Francisco Soares. *Op. cit.*, 1820, pp. 9.

²¹⁴ CONSTÂNCIO, F. S. (resenha sobre) *Vozes dos Leais Portugueses* de António Maximo Dulac. Publicada originalmente nos *Anais das Ciências, das Artes e das Letras*, tomo XIV, 1821. In.: CARDOSO, José Luís (org.). *Francisco Solano Constâncio*. Leituras e ensaios de economia política (1808-1842). Banco de Portugal, Lisboa, 1995, pp. 204.

²¹⁵ *Idem* – grifos meus.

²¹⁶ *Idem*.

²¹⁷ *Idem, ibidem*, pp. 205 – grifos meus.

esgotamento das soluções tradicionais para a experiência decadente do Reino. Diante deste esgotamento, duas possibilidades apareciam no pensamento de Constâncio: ou ele se conformava diante da decadência do Reino, aceitando a definitiva ruína portuguesa (no sentido definido anteriormente – um eterno atraso), ou promovia aquilo que acreditava ser a única coisa capaz de transformar o destino português – uma revolução:

chegada a época da ruína da nação, e por conseguinte, a das suas antigas instituições, é impossível regenerá-la sem assentar sobre **novas bases** o edifício social. As antigas instituições já não são adequadas, [...] e como nunca se viu, nem se verá um governo corrupto reforma-se a si mesmo, nenhuma nação oprimida e arruinada pode ressurgir senão por efeito de uma **mudança forçada** nos elementos e máximas de seu governo.²¹⁸

Assim, na resenha a uma das mais importantes obras publicadas durante o vintismo, Constâncio defendeu, mais enfaticamente, a solução que identificava como adequada para Portugal: uma revolução que promovesse o desmoronamento e reconstrução do Estado português, pois, como apontado acima, nenhum governo corrupto, como ele considerava ser o caso de Portugal, poderia reformar-se. É por esta razão que o discurso de Constâncio constitui uma das linguagens mais radicais encontradas nas publicações em meio e após a Revolução de 1820. Segundo Almodovar, por mais que todas as propostas da Revolução de 1820 se fundamentassem na necessidade de reformar o Estado, essa reforma não deixava de ser parcial, pois ao fim, a maioria dos discursos defendia (para serem aceitos e discutidos) a manutenção de certos aspectos que deveriam continuar no Portugal regenerado: a religião, a forma monárquica de governo e a manutenção da unidade do território nacional, aspectos dos quais, Constâncio se distanciava considerando a religião e a monarquia um dos maiores entraves portugueses. Além do mais, esses textos também defendiam a manutenção de antigos compromissos de difícil ou impossível dissolução como era o caso do *Tratado de Comércio 1810*, tendo Constâncio neste aspecto se distanciado ainda mais radicalmente de seus contemporâneos, criticando duramente o *Tratado*.²¹⁹

Uma dessas críticas fora feita na resenha ao texto de Dulac por Constâncio considerar que a obra *Vozes dos leais portugueses* provou o quanto “são ilusórias as promessas dos governos, e ineficazes os meios que eles, de boa ou má fé, propõem para curar os males inveterados das nações”.²²⁰ O editor dos *Anais* criticou severamente as medidas ministeriais de D. Rodrigo de Sousa Coutinho no que diz respeito ao acordo

²¹⁸ *Idem, ibidem*, pp. 206 – grifos meus.

²¹⁹ ALMODOVAR, António. *Op. cit.* 1995, pp. 135.

²²⁰ CONSTÂNCIO, F. S. *Op. cit.* 1821, pp. 206.

comercial com a Inglaterra em 1810, considerando-o como ato definitivo no que tange a intensificação da decadência em Portugal, por beneficiar a partir do comércio externo apenas a Inglaterra, o Brasil e poucos comerciantes do Porto e de Lisboa, excluindo quase todos os portugueses de qualquer benefício:

Todos nós sabemos que essas promessas eram vãs [refere-se ao Tratado de 1810], e que nunca o ministro que as fez, e que tanto se prezava de conhecimentos em economia política, pensou em um só instante em as realizar. Estas últimas frases, cheias de verdades inegáveis, e outras, mais ou menos sólidas em que abunda o documento a que nos referimos, não tinham outro objeto real que não o de paliar aos olhos da nação todos os graves males que sobre ela derramou o sempre funesto, absurdo e iníquo tratado de comércio com a Grã-Bretanha, que deu o golpe mortal à nossa já desfalecida indústria e navegação [...]. Concedemos tudo, para nada obter; e isto fez o ministro que só se fundava nos princípios mais demonstrados da sã economia política.²²¹

Constâncio alegou ironicamente que o erro do ministro fora fundado nos “princípios mais demonstrados da sã economia política”, acusando D. Rodrigo de ter desconsiderado uma discussão fundamental. A proposição de Smith de que valia mais uma nação comprar barato dos estrangeiros do que fabricar caro no próprio país constituía na “mais evidente falsidade” para o nosso autor, pois “esta proposição seria talvez verdadeira se [...] cada nação tivesse uma garantia de que não seria alterada a boa inteligência com as outras, nem ameaçada a independência de cada Estado.”²²² A economia política para o editor dos *Anais* era uma ciência que deveria ter os seus princípios fundamentais ponderados mediante a realidade interna de cada país, sendo “uma ciência, não de abstrações, mas sim uma ciência prática, cujos princípios não podem ser apreciados de uma maneira absoluta, mas unicamente segundo o estado de cada nação relativamente às outras”.²²³

Ainda sobre sua crítica a D. Rodrigo e à carta régia de 1810, Constâncio considerou que caso o respondessem alegando que o Tratado tinha “antes em vista o Brasil que Portugal” (uma vez que no Brasil não existiam fábricas, nem os meios de introduzi-las, sendo a melhor opção a abertura ao comércio externo), ele responderia que o sacrifício de Portugal em detrimento do Brasil apenas daria certo (se fosse possível esquecer o amor à pátria e os portugueses europeus) caso a colônia americana tivesse condições de conservar e prosperar mediante as possibilidades despertadas a partir de 1810. No entanto, para o autor:

²²¹ *Idem, ibidem*, pp. 207.

²²² *Idem, ibidem*, pp.208

²²³ *Idem*.

o Brasil está mui longe de poder prosperar sem a sua união com Portugal; faltam-lhe todos os elementos de um estado independente; não tem povoação ativa própria, e quase todo o trabalho é feito ali por africanos; a sua escassa povoação está disseminada e separada por distâncias enormes; em uma palavra **é incomparavelmente mais fácil poder Portugal, não digo subsistir até prosperar sem o Brasil, do que a este conservar-se sem o auxílio de Portugal.**²²⁴

Neste argumento, ele se coloca em oposição à formulação feita por De Pradt que acabou se tornando um lugar comum nos debates da época das independências na América e que já vigorava em Portugal: as colônias poderiam sobreviver sem as metrópoles, já as metrópoles não poderiam sobreviver sem elas.²²⁵ Ao contrário, Constâncio radicalizou o seu discurso e Portugal passou a assumir uma função proeminente na “civilização” do Brasil, ou melhor, na (re)civilização do Brasil condenado pelos próprios portugueses. O território americano precisaria do Reino português para erradicar os vícios que os portugueses introduziram, como a escravidão e seus desdobramentos mais imediatos como o “egoísmo”. Assim, a narrativa do autor propõe uma constante diminuição da distância histórica entre Portugal e Brasil, isso porque na narrativa ele entrelaça o destino de ambos os territórios, defendendo a necessidade de uma união recíproca entre a metrópole e a colônia através da sobreposição das experiências lusas às expectativas destinadas ao Brasil.

Desta forma, a união comercial era fundamental à sobrevivência e prosperidade dos reinos, pois a possibilidade do Brasil se degenerar existia uma vez que o “progresso do mal” fora levado pelos portugueses à América, e este mal se desenvolvia no Brasil a despeito de seu progresso positivo, quadro que fora piorado com estabelecimento da Casa de Bragança no Rio de Janeiro. O argumento do projeto da regeneração, em que o Brasil apresentava-se como a possibilidade da construção do Novo Portugal, não fora utilizado positivamente por Constâncio uma vez que “fez um grande desacerto o ministério do Rio de Janeiro quando pelo tratado com a Grã-Bretanha de 1810 sacrificou inteiramente a indústria, comercio e navegação portuguesa, com o alvo de que isto aproveitasse ao Brasil”²²⁶, pois o último não teria condições de sobreviver sozinho mediante as deficiências causadas por anos de colonização.

²²⁴ *Idem, ibidem*, pp. 211 – grifos meus.

²²⁵ MEDEIROS, Bruno Franco. *Op. cit.*, pp.80.

²²⁶ CONSTÂNCIO, F. S. *Op. cit.* 1821, pp. 211.

Em uma resenha a obra *Variétés político-statistiques sur la monarchie portugaise, dédiés à M. Le Baron Alexandre de Humboldt* (1822) do italiano Adrien Balbi (1782-1848), o autor dos *Anais*, deixou mais claras as possibilidades de degeneração do Brasil quando concretizada sua Independência, utilizando, inclusive, o argumento, como muitos de sua geração, de que a separação com o Brasil representaria, ao fim, a Independência de Portugal. Esta resenha publicada em abril de 1822 no tomo XVII dos *Anais* considerava a separação com a colônia americana como um fato já completamente irremediável e, por isso, argumentava, certo aspecto positivo desta Independência para Portugal.

Talvez que os recentes acontecimentos do Brasil e a cegueira de seus habitantes abram enfim os olhos à nação portuguesa há tanto tempo iludida e engodada com as precárias riquezas derivadas das nossas possessões americanas, tão difíceis de reger como de conservar.²²⁷

Em sua leitura sobre a obra de Balbi, Constâncio buscou demonstrar estatisticamente como a posse da colônia americana não atraía lucros significativos para Portugal, especialmente, a partir de 1808. Argumentou ainda que o grande erro português foi ter desprezado as suas possessões na África a fim de favorecer empreendimentos remotos e custosos como no Brasil, fundamentado em um aparato “bárbaro” como a escravidão, sistema que condenou a colônia americana “a uma eterna infância”. Neste sentido, a valorização da África, após a separação do Brasil, apareceu como uma possibilidade a ser sedimentada, desde que os africanos fossem tratados como sujeitos fundamentais ao Império, podendo desfrutar das mesmas vantagens que os portugueses, pois:

sem violar os direitos sagrados da humanidade, podíamos e podemos ainda hoje desfrutar com prodigiosas vantagens, logo que, pondo um termo ao abominável tráfico dos negros, soubermos utilizar os seus braços na costa da África, ao passo que procuramos cultivar as suas faculdades morais, **fazendo-os dignos de gozar dos direitos sociais**, de que os **nossos irmãos africanos são tão dignos como nós**.²²⁸

O argumento do continente africano como um lugar capaz de auxiliar Portugal a amenizar sua decadência fora valorizado também por outros autores, entre eles Soares

²²⁷ CONSTÂNCIO, F. S. (resenha sobre) *Variétés político-statistiques sur la monarchie portugaise, dédiés à M. Le Baron Alexandre de Humboldt* por M. Adrien Balbi. Publicada originalmente nos *Anais das Ciências, das Artes e das Letras*, tomo XVII, 1822. In.: CARDOSO, José Luís (org.). *Francisco Solano Constâncio*. Leituras e ensaios de economia política (1808-1842). Banco de Portugal, Lisboa, 1995, pp. 217.

²²⁸ *Idem* – grifos meus.

Franco, sendo a África a possibilidade da remissão portuguesa através de uma aproximação comercial que não repetisse os erros cometidos no passado:

A África é o país do ouro; nós temos ainda muitos pontos neste vasto Continente; por exemplo, Angola e Moçambique; por eles devemos adiantar o nosso comércio com os chefes do interior; é preciso conhecê-los, instruí-los e quando for possível ir civilizando-os. Sabe-se por outra parte quais gêneros da Metrópole eles podem consumir. Nada de perseguição, nem despotismo.²²⁹

Constâncio buscou valorizar o negro de modo ainda mais intenso que Soares Franco, afirmando que nas colônias africanas “poucos brancos os igualam em atividade e zelo”, por esta razão, entre todas as possessões portuguesas, as ilhas e as colônias africanas deveriam ser as únicas a serem preservadas por Portugal, desde que mantidas em um sistema que eliminasse a exploração e valorizasse a parceria comercial. Caso Portugal optasse por este caminho, que levaria obrigatoriamente ao fim do tráfico de escravos, o Brasil seria imediatamente prejudicado, uma vez que toda sua mão-de-obra era baseada na escravidão.

O Brasil tende a separar-se de Portugal, mais por paixão, que por interesse; separa-se embora, mas logo que o fizer, e que nós cuidarmos das nossas possessões da costa de África, faltar-lhe-ão os únicos braços que na América tiram produtos da terra; o insignificante progresso que até ao presente se tem feito na civilização dos indígenas, não dá esperança de eles poderem suprir os negros, cuja importação vai cessar; e ainda é menos de supor que os cultivadores, em geral ignorantes e bárbaros do Brasil, adotem imediatamente para com os negros, um sistema de disciplina, humano, e calculado para favorecer a propagação, e desta maneira tornar escusada a continua importação de escravos da costa da África.²³⁰

De todo modo, o autor compreende que havia quatro fatores fundamentais que justificavam que a Independência da maneira como caminhava seria um erro para o Brasil e para Portugal. Primeiramente, a proteção de Portugal seria necessária ao Brasil, pois o segundo não possuía os elementos fundamentais que constituiriam um Estado. Em segundo lugar, Portugal não prosperou enquanto tratava o Brasil como uma colônia, menos proveito teria agora se tivesse que o proteger com tropa e marinha. Em terceiro, o Brasil produzia gêneros comuns a outras regiões da América, África e Ásia, e o preço de tais produtos subiriam mediante a necessária redução da mão de obra escrava diante da “inevitável e forçosa abolição do comércio de escravos” e do “estado de infância em que se acham o grosso da população livre do Brasil”. Mediante a ociosidade senhorial e a histórica opressão sofrida pelos escravos “é impossível conceber a menor esperança de

²²⁹ FRANCO, Francisco Soares. *Op. cit.* 1820, pp. 18-19.

²³⁰ CONSTÂNCIO, F. S. *Op. cit.*, 1822, pp. 218.

grandes progressos futuros por efeito do *ingresso de emigrantes dos países cultos da Europa*”, pois a escravidão e a ociosidade marcaram tão profundamente o Brasil, que o trabalho, independente de quem o faria, seria sempre um elemento de desprezo e, não de prosperidade. Este terceiro argumento constitui simultaneamente uma crítica sempre decisiva a Portugal, afinal, o responsável pela sorte do Brasil. Por fim, o quarto argumento, um dos mais divulgados na época, era o fato de que a separação com Portugal não garantiria a formação de um só Estado no Brasil, pois faltava a cada Província “o nexu natural que liga uns povos com outros por interesses comuns e precisões mútuas”.²³¹

Os argumentos apresentados por Constâncio conduzem, assim, para a descrição de uma linguagem identificada durante o processo de Independência do Brasil defendendo que a superação da decadência portuguesa dependia do progresso do Brasil e, por sua vez, o progresso do Brasil dependia da superação da decadência de Portugal – “é justo que ambos façamos sacrifícios para utilidade recíproca, pois de outra maneira ambos perderemos.”²³² Mas, ao mesmo tempo, e à medida em que a Independência se tornava mais concreta, emergia um discurso de que ao fim, a separação com o Brasil permitiria a Independência de Portugal com relação as ilusões criadas pela posse da colônia americana:

Só um governo tão inepto e improvido como tem sido há dois séculos o de Portugal, podia ter desprezado possessões fertilíssimas, e algumas tão próximas à metrópole, para ir favorecer a grande custo estabelecimentos remotos, sujeitos a mil inconvenientes e que não ofereciam vantagens iguais. Só mentecaptos podiam conceber o projeto de transportar negros da costa da África para os fazer cultivar o Brasil.²³³

Em ambos os argumentos, o primeiro baseado na necessidade da reciprocidade entre a colônia americana e a metrópole e, diante da impossibilidade deste, o segundo argumento em que a separação inspiraria a Independência de Portugal, as soluções para a decadência, se apresentaram em um significativo nível de dependência, seja do Brasil, ou das colônias africanas. Essas soluções, no entanto, eram praticamente inviáveis para o autor, pois como visto na seção dedicada a resenha ao texto de Sismondi, nenhuma proposta para a salvação de uma nação poderia se dar mediante a dependência de uma outra. Neste aspecto, sobrara unicamente a expectativa em uma revolução que reestruturasse o Estado português.

²³¹ *Idem, ibidem*, pp. 220.

²³² CONSTÂNCIO, F. S. *Op. cit.*, 1821, pp. 211.

²³³ CONSTÂNCIO, F. S. *Op. cit.*, 1822, pp. 217.

Apesar do discurso “reformista” ter sido compartilhado por muitos letrados e políticos que vivenciaram a Revolução de 1820, inclusive Acúrsio e Dulac, por exemplo; a intensidade desse discurso operou em níveis bem distintos entre esses letrados. Constâncio assumiu uma das linguagens mais radicais, podendo ser considerado um dos protagonistas na composição de uma *linguagem revolucionária* no que diz respeito ao destino de Portugal. Assim como Acúrsio, Constâncio acreditava na revolução como aquela capaz de provocar mudanças estruturais profundas na administração portuguesa. No entanto, Acúrsio temia a revolução por identificar nela a capacidade de destruição dos elementos negativos, mas também dos positivos, por isso, ele preferia as reformas pontuais e menos violentas, como fora visto anteriormente neste capítulo. Em contraposição, diversas vezes Constâncio escreveu sobre a necessidade de produzir uma “mudança forçada nos elementos e máximas do governo”, atribuindo à revolução um sentido positivo. Além do mais, era necessário produzir a revolução, pois o tempo por si mesmo não a provocaria. A diferença na compreensão da ideia de revolução como positiva ou negativa pode ser, em parte, explicada pelos significados do seu conceito.

Como demonstrou Koselleck, este conceito possui elementos permanentes de repetição e, ao mesmo tempo, estratos de significados inovadores. O que significa que a revolução a partir do século XVIII remetia aos distúrbios violentos de uma sublevação que podia provocar alguma transformação política mais pontual, mas também já remetia a uma transformação mais estrutural a longo prazo. Este conceito, assim, referia-se tanto à factibilidade de uma reforma, quanto possuía o caráter de uma transformação mais estrutural, assumindo sua conotação moderna. Devido à característica de melhora progressiva oriunda de uma transformação abrupta, o conceito assumiu em vários discursos o aspecto de uma necessidade histórica. Ainda segundo Koselleck, este conceito plasmou uma gradação de estratos de tempo distintos que se mesclavam de diferentes formas em função do posicionamento político, possuindo, assim, um impulso histórico que levava à inovação e, simultaneamente, a aspectos de discreta permanência ou repetição; isso permite a existências de discursos mais ou menos radicais, pois depende da força conferida à tradição ou à inovação.²³⁴

A partir da explicação dada por Koselleck sobre como a revolução desponta na modernidade a partir da imagem de uma direção irreversível podemos compreender

²³⁴ KOSELLECK, R. *Futuro passado*. Contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto/PUC-RJ, 2006, pp. 37.

melhor a ideia da revolução como aquela que provoca novas estruturas em uma ligação com o processo histórico disponível. Koselleck afirma que “a revolução moderna permanece sempre afetada por seu contrário, a reação”; esta passagem significa que a revolução em uma tentativa de destruir a reação (tradição), acaba sempre por reproduzi-la. Em outras palavras, a revolução é sempre motivada/despertada pela insatisfação com a estrutura determinante e uma vez que deseja a transformação radical desta estrutura, todo o horizonte que se abre só pode se estabelecer a partir de algum horizonte anterior perdido que será sempre rearticulado. Ou seja, a revolução na modernidade encontra-se com o processo histórico na medida em que rearticula e reaviva antigos horizontes obscurecidos.

O discurso de Constâncio amparou-se em uma linguagem mais radical porque intensificou a necessidade de distanciamento em relação ao passado, no entanto sem mencionar que as rupturas se produzem a partir da rearticulação de elementos perdidos. A linguagem encontrada nos textos do autor aponta para uma relação distinta com a temporalidade, quando comparada à linguagem da restauração. Esta remete a uma experiência temporal em que o princípio filosófico e histórico é a existência de uma lei constante do desenvolvimento dos povos, que avança e regride em ciclos eternos. Também apresenta-se mais radical quando comparada a linguagem da regeneração, em que a transformação política só poderia reverter a decadência do velho reino se compreendesse a prioridade de uma regeneração maior e mais fundamental que deveria ter como cenário o Brasil.²³⁵

O aspecto fundamental dessa linguagem, a partir de Constâncio, é que a revolução não significava o resultado natural ou inevitável do progresso econômico e técnico, mas ao contrário, a necessária interrupção de uma evolução histórica que levaria à catástrofe, uma vez que a perspectiva no futuro apontava para “uma eminente ruína” que precisava ser imediatamente interrompida. Em outras palavras, a revolução aqui remete a uma necessidade que deveria instaurar um destino histórico distinto da sedimentação da decadência, configurando, desta forma, um imperativo de distanciamento radical em relação ao passado. No entanto, este conceito não assumiria aqui uma conotação propriamente otimista, ao contrário, ele seria originário de um sentimento de receio e falta de entusiasmo com o futuro. Desta forma, revolução no interior da linguagem de Constâncio é um conceito antagônico ao de progresso, pois o

²³⁵ Para um aprofundamento sobre o tema, consultar o primeiro capítulo desta dissertação e ARAUJO, Valdeí Lopes de. *Op. cit.* 2006, pp. 25-55; 57-99.

progresso seria, em última análise, a realização de um sentido que deveria se aperfeiçoar durante o processo histórico. Constâncio não buscava, através da revolução, antecipar a realização de um sentido histórico, não pretendia o aperfeiçoamento da conjuntura portuguesa, ao contrário, desejava a ruptura com o processo histórico português. Assim, a revolução em Constâncio assumiu uma função de ruptura e de superação da experiência da decadência, pois se o processo histórico em Portugal possuía um sentido forte, este apontava para a sedimentação “da completa ruína”, logo, a única possibilidade de evitar a concretização deste destino seria a sua interrupção.

Observa-se que a crítica ao progresso, ou a falta de entusiasmo com o mesmo, se processa na medida mesma em que ele, o progresso, se coloca como um horizonte imprescindível, e neste aspecto, tem-se aqui, a acentuação daquele ressentimento que foi investigado no primeiro capítulo, e que intitulamos de melancólico. Neste contexto, a melancolia deriva de uma experiência na qual o progresso é um elemento fundamental a todo e qualquer destino, mas essa mesma experiência reúne configurações ambivalentes produzindo elementos que questionavam cotidianamente a possibilidade de concretização deste progresso. Neste sentido, o campo semântico do conceito de revolução mobilizado por Constâncio aparece com mais força reafirmando a necessidade de quebra do destino decadente português. Observa-se ainda que a necessidade de ruptura elaborada pela linguagem do autor se orienta pela expectativa de que existe um destino melhor a ser iniciado, ou de modo menos otimista, de que existiria um destino trágico a ser interrompido. Mas diante do quadro português descrito por Constâncio, essa necessidade de transformação do presente, tendo em vista as experiências disponíveis – Revolução Francesa, Revolução de Cadix e Revolução 1820 – encontrava mais energia na imagem oferecida pela ideia da revolução do que no conceito de progresso, isso porque a revolução permitia a defesa quase desesperada da descontinuidade com um passado bárbaro, enquanto que o segundo conceito incorporava a crença do aperfeiçoamento de um processo contínuo que levaria a perfeição. O que ao fim pretende-se evidenciar é que a ideia da perfeição, a marca mais fundamental do conceito de progresso na modernidade, é insuficiente para produzir soluções otimistas no interior da argumentação de Constâncio.

No entanto, os momentos adequados a esta revolução, a saber, a Revolução do Porto e a Independência do Brasil, parecem não ter sido suficientes para a salvação portuguesa, restando, ao fim de ambos os processos uma descrença no futuro. Neste sentido, resta agora compreender quais expectativas sobreviveram, ou se novas

emergiram uma vez concretizado o processo de Independência do Brasil, ou, se, ao fim, sedimentou-se para Constâncio a “ruína” em Portugal de modo irremediável, como tanto defendia. Em 1839 publicaria sua *História do Brasil*, o que o teria levado a escrever tal história quase vinte anos após a Independência? Teria sido ele enredado pela linguagem da Regeneração do Novo Portugal e desejado garantir que após a separação política, a história de Portugal fosse escrita a partir de uma história do Brasil, pois apenas o Brasil como filha da pátria mãe, poderia garantir uma história a Portugal, que não fosse a história da decadência? Ou teria ele assimilado o destino do Brasil à decadência, tal como previra?

CAPÍTULO 3

A HISTÓRIA DO BRASIL: O FUTURO-PASSADO DE PORTUGAL

Em 1839, Francisco Solano Constâncio publicou sua *História do Brasil* em Paris, na livraria portuguesa de J.P. Aillaud. Dividida em dois tomos, a obra compreende o período entre a chegada dos portugueses à América e a abdicação de D. Pedro I em 1831. Inicialmente, possui uma advertência pequena, na qual o autor expôs os livros que foram consultados, dando destaque a *History of Brazil* (1810-1819) de Robert Southey (1774-1843), *A arte de verificar as datas* (1832-33), de M. David B. Warden (1797-1851), editado pelo marquês de Fortia e relatos de viajantes alemães, ingleses e franceses. A advertência é seguida por uma introdução geográfica e por pequenas seções por meio das quais o autor busca compor um panorama geral sobre o território do Brasil, descrevendo seus aspectos físicos no que tange ao clima, fauna, flora, relevo, divisões territoriais, agricultura, perfis da população indígena, origens dos escravos africanos e há, por fim, uma sessão que busca descrever a longevidade dos indivíduos e as doenças presentes no território, introduzidas pelos portugueses ou pela escravidão. O livro possui 31 capítulos, que seguem uma divisão cronológica e possuem subdivisões temáticas diversificadas que tratam de aspectos políticos, econômicos, demográficos, descrição de expedições, criação de vilas, revoltas e doenças. O objetivo da obra, segundo o autor, era

oferecer ao público uma história resumida, mas exata dos principais acontecimentos dignos de memória, de que o Brasil tem sido o teatro desde que foi descoberto por Pedro Álvares Cabral até abdicação do Imperador D. Pedro I.²³⁶

Segundo Ana Cristina Araújo, essa *História do Brasil* estava vinculada a um movimento historiográfico iniciado pela Academia dos Renascidos da Bahia que lançou um projeto de escrever uma história universal de toda a América Portuguesa.²³⁷ Este projeto precisava responder a nova configuração geográfica do território americano.

²³⁶ CONSTÂNCIO, Francisco Solano. *História do Brasil* - desde o seu descobrimento por Pedro Álvares Cabral até a Abdicação do Imperador D. Pedro I. Tomo I. Paris: livraria portuguesa de J. P. Aillaud, 1839, pp. I.

²³⁷ Sobre Academia dos Renascidos, consultar; KANTOR, Iris. *Esquecidos e Renascidos: Historiografia Acadêmica Luso-Americana (1724-1759)*. São Paulo: Hucitec, 2004.

Obras como a *Corografia Brazílica ou Relação Histórico-Geográfica do Reino do Brasil* (1817) do padre Manuel Aires de Casal (1754-1821) reconstruíam

los recursos del vasto territorio en proceso de unificación y proporciona(m) una base sólida y estable para la afirmación del “Reino do Brasil” (1815-1822) en la parte meridional de América. Es la misma preocupación que tiene Francisco Solano Constancio en su exposición de la *História do Brasil...*²³⁸

A questão inicial que se coloca à leitura da obra é o que teria levado o letrado luso a escrever uma história do Brasil dezessete anos após a Independência. A resposta dada por Ana Cristina Araújo é relevante, mas acreditamos que o livro se envolve em contextos historiográficos mais complexos. Para além das motivações editoriais do autor, tema que será abordado na seção final deste capítulo, parte-se da compreensão de que essa *História do Brasil* pode ser lida como tendo se originado de uma reação ao ambiente político e intelectual provocado pelo processo de Independência. Trata-se de um fenômeno em que a história do país americano assumia no mercado editorial e no ambiente letrado e político, um interesse cosmopolita. Neste sentido, antes de tudo, deve-se levar em conta que a *História* de Constâncio constituiu-se como uma resposta às sínteses sobre o destino do Império Luso-Brasileiro dadas anteriormente. São diversas as histórias que abordaram o território americano, como as escritas por Angliviel La Beaumelle, José da Silva Lisboa, Luiz Gonçalves dos Santos, De Pradt, Ferdinand Denis, no entanto, daremos destaque àquelas escritas por Robert Southey, Alphonse de Beauchamp e John Armitage por acreditarmos que essas foram as mais decisivas para a *História do Brasil* em questão.

Desta forma, este capítulo tem como objetivo propor aproximações e distanciamentos entre a obra de Constâncio e as histórias do Brasil anteriormente produzidas por letrados estrangeiros. Procura-se também apresentar uma reconstituição da síntese da história do Brasil oferecida pelo autor em sua relação com a herança portuguesa. Por fim, procura-se analisar a repercussão da *História* de Constâncio pela comunidade letrada luso-brasileira.

²³⁸ ARAÚJO, Ana Cristina. Verbete: América – Portugal. *In.: Dicionario político y social del mundo iberoamericano – La era de las revoluciones, 1750 – 1850.* SEBASTIÁN, Javier Fernández (dir.). Fundación Carolina, Madrid, 2009, pp. 154.

3.1) As histórias do Brasil: o que fazer com a herança portuguesa?

Publicada em três volumes nos anos de 1810, 1817 e 1819, a *History of Brazil* de Robert Southey (1774-1843) foi planejada para ser o último capítulo da *História de Portugal* em uma abordagem imperial. Mas, a crise gerada pela invasão napoleônica na Península Ibérica e a transferência da Corte foram decisivas para que Southey iniciasse a *História de Portugal* com os tomos correspondentes à *História do Brasil*, não tendo concretizado a sua História de Portugal como inicialmente desejou. André Ramos, ao estudar o projeto da História de Portugal, defendeu que o historiador britânico desejava que ela agradasse ao público leitor português, em especial àquele ligado a Academia Real de Ciências de Lisboa através de demandas historiográficas estabelecidas pela ilustração portuguesa. Simultaneamente, Southey desejava que ela refletisse, através do estilo empregado, suas preferências estéticas que remetiam à contenção emotiva utilizada por Milton, Bacon, Jeremy Taylor e as traduções de Tácito por Thomas Gordon, isso em detrimento do estilo de escritores modernos como os de Gibbon, Samuel Johnson e Hume, que Southey criticava pelo *mannerism*. No entanto, as preferências literárias, estéticas e epistemológicas de Southey foram confrontadas com os limites do campo discursivo no qual o historiador britânico estava inserido, o que o levou a produzir uma historiografia tal como a praticada por Hume, Robertson, Gibbon e Smith. Essa historiografia ambicionava compreender temporalmente as leis, os costumes, o comércio, a religião e a literatura, assim como outras manifestações culturais que evidenciavam a diferença das “maneiras” de uma era ilustrada em relação à “brutalidade” que caracterizava a virtude militar antiga.²³⁹

Esta compreensão permitiu a elaboração de um modelo de meta-narrativa comum para narrar a consolidação de uma Europa modernizada e enriquecida por um complexo sistema comercial. Isto significa que Southey estava envolvido em uma comunidade linguística preocupada com o que acreditava ser o avanço da sociedade civil.²⁴⁰ Desta forma, o trabalho de Ramos mostrou, por meio da análise tanto da *History of Brazil*, quanto do projeto da História de Portugal, uma fusão de interesses

²³⁹ RAMOS, André da Silva. *Robert Southey e a Experiência da História de Portugal: Conceitos, Linguagens e Narrativas Cosmopolitas (1795-1829)*. Dissertação de Mestrado: UFOP, 2013. Consultar, em especial, o capítulo 3.

²⁴⁰ Compreendemos por *comunidade linguística*, um universo discursivo específico preenchido por ideias e temas determinados, em que os integrantes, por meio de leituras e diálogos, vão expandindo e complexificando tal agenda de discussão. Cf.: POCOCK, John Greville Agard. O Estado da Arte. In.: *Linguagens do ideário político*. São Paulo: Edusp, 2003, pp. 23-62.

narrativos e linguísticos portugueses com as preferências temáticas e estéticas britânicas, elucidando que essas discussões historiográficas não eram determinadas por um local específico, mas construídas internacionalmente.²⁴¹

A obra de Southey sobre o Brasil fora considerada a primeira macronarrativa ilustrada²⁴² da então colônia portuguesa que possibilitou a abertura de uma agenda de estudos sobre como a história do Brasil seria inserida na história do mundo, uma vez que não se adequava ao modelo narrativo disponibilizado pela historiografia europeia. No primeiro volume, de 1810, Southey valorizou a especificidade da história do Brasil, concebendo-a como complementar e indispensável à unidade do Império, apesar de situá-la em um nível estético inferior. No segundo volume de 1817, o historiador britânico destacava o caráter incerto do futuro do Brasil, mas compreendia que as referências à literatura portuguesa e à formação da língua moldavam o caráter luso do povo brasileiro. Mas foi somente no último volume, em 1819, respondendo as críticas em torno de sua obra, que Southey produziu uma síntese sobre a história do Brasil mantendo a argumentação de que o povo brasileiro era português na linguagem e nos sentimentos, exaltando a grandiosidade desta herança, contudo, sem deixar de mencionar os aspectos negativos legados pela metrópole portuguesa.²⁴³

A intenção de Southey ao responder aos críticos que o consideravam um simples compilador de crônicas era demonstrar sua capacidade de tecer a unidade do Império português através de um juízo filosófico capaz de conectar passado, presente e futuro em uma totalidade étnica e política. Ramos recuperou o sistemático argumento de Southey em que ratificava o sucesso dos portugueses ao lançarem os fundamentos civilizacionais no Brasil. O britânico não mediu esforços para demonstrar o quanto a unidade do Império português era viável tanto em dimensões étnicas quanto políticas. Apesar de reprovar a conduta dos portugueses no passado, avaliava positivamente a capacidade destes de promoverem a miscigenação dos povos e, de no presente, após a mudança da Corte para o Brasil, colocar um fim à opressão colonial.²⁴⁴

Segundo Ramos, a intenção de Southey foi demonstrar como o Brasil seria eternamente a herança de Portugal, nação que realizou grandes empreendimentos, levando em consideração os seus meios, o fato de ser o menor Reino da Europa. A

²⁴¹ RAMOS, André da Silva. *Op. cit.*, 2013.

²⁴² Por macro-narrativas ilustradas entendemos os relatos que procuravam registrar os progressos de algum campo da atividade humana, sem ainda reuni-los em um conceito singular de progresso geral da sociedade.

²⁴³ RAMOS, André da Silva. *Op. cit.*, 2013.

²⁴⁴ *Idem, idibem.*

pequenez de Portugal e a grandeza de seus domínios na América faziam Southey considerar que a despeito de qualquer mudança que poderia vir acontecer (como a própria Independência), o Brasil seria sempre a herança de um povo português. Esse argumento permite a evidenciação de aspectos positivos, mas simultaneamente e de modo ambivalente, incorpora compreensões negativas relacionadas ao passado português marcado pelo *topos* do atraso.²⁴⁵

Apesar de Southey ter consciência de que a Independência do Brasil colocava-se de forma concreta no horizonte de expectativas, ele compreendia que a unidade se tornava viável e passível de ser projetada no futuro. Para ele, o estabelecimento da Corte do Brasil simbolizava o fim de um passado de opressão e a abertura para um futuro glorioso. Para Ramos, este futuro só poderia ser alcançado dentro de horizontes metanarrativos ambivalentes, que unia a necessidade de crítica da opressão colonial, a valorização da herança étnica portuguesa e a manutenção da unidade Imperial. Esta abertura para um futuro próspero era uma prova decisiva de que Portugal fora bem sucedido na civilização do Brasil ao favorecer a miscigenação e a unidade das províncias do Império. Nesse sentido, o último capítulo consolidava a importância da *History of Brazil* por demonstrar o quanto esta nação era prenhe de progresso e como a empresa colonial portuguesa poderia ser instrutiva para os britânicos.²⁴⁶

O trabalho de André Ramos demonstra que a síntese realizada por Southey sobre o Brasil foi produzida em meio ao desejo de imortalizar seu nome não somente entre os leitores britânicos, mas também entre os letrados luso-brasileiros. Mas, a eternidade desta obra dependia do uso pragmático que se poderia fazer dela no presente. Para tanto, tornava-se necessário argumentar que a unidade do Brasil se tornou possível devido à herança étnica portuguesa transmitida em um errante processo colonizador, enredado tanto em elementos negativos, por serem opressivos e/ou supersticiosos, quanto positivos, por serem capazes de formar uma nova nação. Dessa forma, mesmo sendo a *History of Brazil* parte constitutiva da impossibilidade de finalização da *História de Portugal*, esta obra foi fundamental para o letrado demonstrar a importância do Brasil em escala universal, tornando-se uma obra imprescindível para àqueles que viriam ainda no século XIX a escrever uma história do Brasil.²⁴⁷

²⁴⁵ *Idem, idibem.*

²⁴⁶ *Idem, idibem.*

²⁴⁷ *Idem, idibem.*

Em 1815 fora publicada na França a *Histoire du Brésil* escrita pelo francês Alphonse de Beauchamp (1769–1832) em um momento em que a memória sobre a Revolução Francesa estava intensamente em disputa. Essa história procurava mostrar para o público francês como a América Portuguesa despontava como um país que começava a trilhar o mesmo caminho das nações civilizadas. O trabalho de Bruno Medeiros, a partir da análise das tradições historiográficas antigas e modernas presentes na *Histoire du Brésil*, mostra como essa obra se conectou a projetos historiográficos e políticos de consequências decisivas para os futuros debates acerca de Portugal e sua colônia americana. Beauchamp afirmara que não existia nenhuma história geral e completa sobre a América Portuguesa, não apenas em língua francesa, mas em qualquer outra, apenas relatos de viagens ou fragmentos históricos. Além do mais, o historiador francês considerava que um país pouco conhecido como o Brasil não poderia ser tratado como um país da Europa, cujos costumes, usos, instituições e leis já haviam sido objeto de uma grande quantidade de observações, pesquisas, memórias e obras já publicadas. Por esta razão, julgou necessário escrever sobre Portugal e sua colônia americana traçando simultaneamente e, de modo comparativo, as características portuguesas “já tão bem analisadas” e os costumes dos brasileiros, mas destacando que Portugal desempenharia em sua história um papel apenas acessório e episódico, buscando, assim, sublinhar a singularidade do Brasil.²⁴⁸

Segundo Bruno Medeiros, a *Histoire du Brésil* respondia a uma experiência tematizada por vários autores desde o fim do século XVIII: a sensação de esgotamento da história europeia que teve, por consequência, o efeito de que a América aparecia tendo um destino promissor prenhe de progresso. Na França, em especial, o paradoxo entre os princípios revolucionários e suas práticas intensificava a descrença em relação ao futuro, aumentando a sensação de decadência e ruína da Europa de modo geral. Neste contexto, a América passara a desempenhar um papel regenerador daquele futuro. Por esta razão, a história de Beauchamp valorizava o espaço de experiência histórica do Brasil em detrimento do Reino de Portugal, e com isso reforçava a ideia de que a decadência lusa apenas se atenuaria a partir de sua regeneração impulsionada pelo “novo centro” do Império, seu território americano. Apesar da história de Beauchamp ter como objetivo a representação de um passado mais remoto, sua estrutura tinha como

²⁴⁸ MEDEIROS, Bruno Franco. *Plagiário, à maneira de todos os historiadores*. São Paulo: Paco Editorial, 2012. Consultar, em especial, o capítulo 2 da primeira parte.

eixo principal os acontecimentos contemporâneos, colocando em foco a transferência da corte para o Brasil. Por esta razão, a obra do historiador francês foi bem recebida e rapidamente traduzida em Portugal por aqueles que consideravam o Brasil como a possibilidade do Império Português recuperar seu espaço entre as grandes potências.²⁴⁹ A recepção positiva da *Histoire du Brésil* em Portugal em meio a crise em que se envolvia o território luso e o americano pode explicar-se pela compreensão de que o Brasil era o lugar escolhido para cumprir o destino tão desejado do grande Império Português. Isso justificaria, segundo Medeiros, o fato de Marques Leão, um dos tradutores de Beauchamp em Portugal, ter afirmado que a *Histoire du Brésil* “basta ser lida como História de Portugal para ser lida com gosto.”²⁵⁰ Assim, a obra de Beauchamp sobre o Brasil reivindicava que, mediante a decadência lusa, o território americano deveria ser valorizado como o verdadeiro espaço para realização do Império, tendo privilegiado por isso, a singularidade deste território e conferido à colonização portuguesa um papel pouco relevante no progresso do novo país.

Após 1822, outra *History of Brazil* (1836) seria escrita pelo inglês John Armitage (1807-1856), que tratou apenas dos eventos recentes da história do Brasil, em especial o processo de Independência. Armitage projetou sua obra como uma continuidade a escrita por Robert Southey. Flávia Varella estudou a relação deste livro com a formação da historiografia no Brasil das primeiras décadas do século XIX. Para a historiadora existia uma estreita ligação entre os ideais de civilização do Império Britânico e certos aspectos da obra de Armitage, tais como a centralidade do comércio como propagador da sociabilidade moderna e do dinamismo necessário para que as nações pudessem chegar ao estado civilizado. Varella analisou a história de Armitage atenta ao surgimento de uma narrativa sentimental e da *linguagem do humanismo comercial*. A autora defendeu a hipótese de que a obra de Armitage pode ser considerada uma narrativa que buscou incorporar práticas de presença por meio da utilização do sentimento para produzir simpatia no leitor. Explorou também a recepção da obra pelos contemporâneos brasileiros de Armitage, argumentando que partes da *History of Brazil*, marcadamente inscrita dentro de uma historiografia de presença, não foram consideradas como uma possibilidade de narrativa para a história nacional pela grande maioria dos letrados brasileiros oitocentistas. Ao analisar a recepção da obra em

²⁴⁹ MEDEIROS, Bruno Franco. *Op. cit.*

²⁵⁰ *Idem, ibidem*. pp. 64.

três periódicos editados no Rio de Janeiro em 1837, percebeu que as preocupações historiográficas brasileiras tinham um horizonte bastante distinto do britânico.²⁵¹

A questão fundamental apresentada por Varella é que a linguagem do humanismo comercial constituía o horizonte historiográfico fundamental para a *History of Brazil* de Armitage. O britânico buscou caracterizar a história brasileira como o oposto do que seria a história de uma sociedade comercial, isso devido à restrição que enfrentava e pela falta de estímulo de Portugal, caracterizado como um país atrasado. Armitage descreveu a história do Brasil, desde 1808 até abdicação de D. Pedro I, como um país oprimido pela pátria mãe que invejava o filho próspero. O britânico buscou ainda defender a existência de políticas distintas no que tange a gerência das colonizações britânica e portuguesa, defendendo que a Grã-Bretanha buscava através do comércio tornar suas colônias prósperas e polidas, enquanto Portugal, que não acreditava no livre comércio e em sua dinamização, condenara suas colônias à mesma estagnação. A narrativa de Armitage propôs, assim, um afastamento do Brasil em relação a sua herança colonial e uma aproximação com a Inglaterra.²⁵²

As histórias escritas por Southey, Beauchamp e Armitage constituem diferentes sínteses a respeito da herança da colonização portuguesa e do destino do Brasil. Southey, mesmo atento e crítico a conduta da colonização portuguesa, valorizou a viabilidade deste empreendimento na América, defendendo que o Brasil seria eternamente a herança próspera de Portugal, o que significava que o Reino fora bem sucedido na civilização do Brasil ao favorecer a miscigenação. Por outro lado, Beauchamp se preocupou menos com a valorização do passado português, conferindo à metrópole um papel menos expressivo em sua *Historie* – considerou o Reino já decadente e sem grande relevância, enquanto que o Brasil aparecia como capaz de cumprir o destino português, tornar-se um grande Império. Após a Independência, Armitage foi quem mais radicalizou a produção do distanciamento histórico entre Brasil e Portugal, defendendo a necessidade da ruptura absoluta do Brasil com a herança lusa.

Foi sem desconsiderar as sínteses produzidas por Southey, Beauchamp e Armitage que Solano Constâncio escreveu sua *História do Brasil*. Na advertência, Constâncio explicitou que se utilizou majoritariamente “da excelente obra de M.

²⁵¹ VARELLA, Flávia Florentino. *Da Impossibilidade de se Aprender com o Passado: sentimento, comércio e escrita da História na História do Brasil de John Armitage*. São Paulo: Dissertação de Mestrado, 2011. Consultar, em especial, os capítulos 2 e 3.

²⁵² VARELLA, Flávia Florentino O comércio civiliza, Portugal oprime. A “História do Brasil” de John Armitage e a linguagem do humanismo comercial. In.: *Varia Historia*, Belo Horizonte, vol. 29, nº 50, p.477-490, mai/ago 2013.

Southey”, por apreciar nele um espírito de imparcialidade inexistente em outros autores ingleses, assim como pela sua vasta pesquisa que não foi comprometida “em razão do cabal conhecimento que tem da língua portuguesa”.²⁵³ Ainda na advertência, Constâncio alegou não ter consultado a história de Beauchamp, pois tudo que havia nela de exato fora retirado de Southey e sobre a tradução e continuação da obra do historiador francês em Portugal, Constâncio alegou não ter nada a dizer e “quem tiver tido a curiosidade de a correr pelos olhos, verá o porquê.”²⁵⁴ A obra de Armitage não foi mencionada na advertência e também não é citada explicitamente na obra como um todo, no entanto, é difícil crer que este silenciamento em relação a Armitage se desse pelo fato de Constâncio desconhecer a *History of Brazil* do historiador e comerciante inglês publicada apenas três anos antes da sua.

O elogio, a crítica e o silêncio do letrado português em relação às outras histórias podem ser explicados a partir da síntese que o próprio Constâncio compôs para a *História do Brasil* que escreveu. Partindo de uma análise que privilegiou mais os conteúdos do que os aspectos formais da obra, defende-se a hipótese de que o elogio a Southey justifica-se por Constâncio ter compartilhado e ter dado consequência à ideia fundamental do historiador britânico de que o Brasil seria eternamente uma herança portuguesa, ambos tendo, assim, produzido uma diminuição da distância histórica entre Brasil e Portugal. No entanto, diferentemente do historiador inglês, Constâncio não considerava o empreendimento português positivo, sua síntese para a história do Brasil, que buscaremos descrever ao longo deste capítulo, procurou fundamentar que justamente por ser o Brasil fruto de Portugal, ele não poderia ter outro destino além do destino português: a decadência. A questão fundamental para Constâncio é que desde o seu nascimento o Brasil foi condenado por Portugal, problema que se acentuou em 1808 com a presença da corte no Rio de Janeiro, este evento dificultou a possibilidade do Brasil se emancipar dos vícios portugueses.²⁵⁵ Desta forma, se Southey sem desconsiderar os elementos negativos, valorizou os positivos na relação Brasil-Portugal, Constâncio partia do argumento base do historiador britânico – o Brasil como herança portuguesa – para sedimentar uma visão pessimista sobre o futuro do país americano.

²⁵³ CONSTÂNCIO, Francisco Solano. *Op. cit.* 1839. Tomo I, pp. I

²⁵⁴ *Idem, ibidem*, pp. II.

²⁵⁵ Sobre o conceito de decadência mobilizado por Constâncio, consultar o capítulo 2 desta dissertação, em especial a seção: “A Independência do Brasil e a Independência de Portugal: a “imminente ruína” ou a revolução”.

É por esta compreensão que justificamos a crítica a Beauchamp e a tradução da obra do historiador francês em Portugal. O projeto da regeneração de Portugal a partir do Brasil, do qual Beauchamp fora um divulgador, nunca recebera uma apreciação positiva para Constâncio.²⁵⁶ O abandono do Reino em detrimento do Brasil representou para o nosso autor apenas a migração da estrutura administrativa metropolitana para sua colônia, nunca tendo representado concretamente a possibilidade do Brasil retomar o grande império português. Além do mais, a singularidade dos costumes do Brasil, que Beauchamp buscou evidenciar em sua obra, produzia um distanciamento histórico em relação a Portugal. A valorização dessa singularidade em que Portugal assumia um papel pouco expressivo era impossível, segundo Constâncio, pois ele, como Southey, compreendia que o povo brasileiro era português na origem e nos costumes, o que ele interpretava não como um fator positivo, pois, ao fim, essa herança fora sedimentada através da dominação, exploração e escravidão.

Quanto à obra de Armitage, apesar de não citar o historiador inglês, partimos da hipótese de que fora quem Constâncio mais buscou responder. Ambos concordavam em aspectos fundamentais como o fato de ter sido a colonização portuguesa opressiva e responsável pela condenação do atraso do Brasil, uma prova disso é a forma como ambos retratam a figura de D. Pedro I, descrevendo-o como um monarca bélico e déspota. No entanto, Constâncio discordava de Armitage em um aspecto também fundamental. O historiador inglês defendia que a solução para o Brasil amenizar as consequências da colonização passava pela adoção do sistema comercial britânico, em que o comércio externo era considerado capaz de promover a dinamização e progresso das sociedades. No entanto, como observamos no capítulo anterior, o modelo de colonização inglês fora intensamente criticado e questionado por Constâncio, justificando que o comércio externo era uma potência de destruição e produção de decadência tanto quanto a colonização.²⁵⁷

Na próxima seção, busca-se descrever com mais profundidade alguns dos argumentos presentes na *História do Brasil* escrita por Constâncio, principalmente os que se relacionam ao processo de Independência. Apesar do autor ter buscado oferecer ao seu leitor uma descrição complexa sobre o Brasil no que tange ao seu território,

²⁵⁶ Sobre a crítica de Constâncio a expectativa da Regeneração do Brasil como o novo Portugal, consultar o capítulo 2 desta dissertação, em especial, a seção: “A Independência do Brasil e a Independência de Portugal: a “imminente ruína” ou a revolução”.

²⁵⁷ Sobre a crítica de Constâncio ao comércio externo, consultar o segundo capítulo desta dissertação, em especial, a seção: “A economia política no Império Luso-Brasileiro”.

população, geografia, demografia, comércio, agricultura e costumes, não deixou de tecer uma síntese a partir dos eventos contemporâneos sobre o destino da ex-colônia portuguesa.

3.2) A Independência: um destino trágico

No primeiro capítulo, buscou-se recuperar os argumentos de Constâncio reunidos no texto *On the state of Portugal during the last 30 years* (1808) publicado no periódico *The monthly repertory of english literature* sobre as causas e efeitos da saída da corte. Neste texto escrito contemporaneamente a invasão napoleônica e a transferência da família real, o autor evidenciava o equívoco do não alinhamento de Portugal à França, criticando duramente os ministros de d. João, que consolidaram uma aliança com a Inglaterra, fatal para Portugal e para o Brasil. Já neste texto, Constâncio escreveu uma síntese acerca da relação Brasil-Portugal, na qual defendia que a presença da corte no Rio de Janeiro, ao invés de promover o progresso e melhora do território americano, condenava-o através intensificação dos vícios portugueses.²⁵⁸

Em 1839, em sua *História do Brasil*, esta argumentação se manteve. No capítulo dedicado ao governo de d. Maria, considerou sua administração singularmente favorável ao Brasil, tendo este experimentado um crescimento comercial e agrícola. No entanto, o governo do filho regente fora “funestíssimo a Portugal”, tendo conseqüentemente “interrompido o progresso da prosperidade do Brasil”.²⁵⁹ D. João, “cuja educação havia sido a de um frade capucho, falta de experiência e irresoluto”, deixava-se controlar por um ministério de “vis satélites da Inglaterra”, que devido “a catástrofe que suscitaram a Portugal, aceleraram a emancipação do Brasil”.²⁶⁰ Os ministros criaram uma conjuntura política crítica, restando, como solução final, a fuga da família real. Como no texto de 1808, a transferência da corte permaneceu como uma solução equivocada, mas por outro lado, o autor acabou por representá-la como a única ação restante à sobrevivência da família real. Esse argumento não corresponde a um elogio a transferência da corte, tal como defendido por outros autores como Hipólito da Costa, mas foi tratado como uma consequência inevitável dos erros dos ministros aliados à Inglaterra.

²⁵⁸ Para o aprofundamento do argumento de Constâncio em 1808, consultar o primeiro capítulo desta dissertação, em especial a seção: “*On the state of Portugal during the last 30 years*: superstição, corrupção e deformação moral”.

²⁵⁹ CONSTÂNCIO, Francisco Solano. *Op. cit.* 1839. Tomo II, pp. 154.

²⁶⁰ *Idem.*

O estabelecimento da corte na América desencadeou para Constâncio à emancipação do Brasil, pois houve a quebra da dependência imediata da colônia em relação à metrópole, argumento que não está presente apenas em sua *História*, mas em textos produzidos anteriormente à Independência. Neste sentido, ele defendeu que toda a ação tomada pela Corte para criação de um aparato administrativo no Brasil promovia as condições de possibilidade “indispensável a um Estado independente”. Tem-se aqui um núcleo argumentativo fundamental na síntese composta por Constâncio: a Independência organizou-se a partir das medidas administrativas implantadas pela metrópole, o que significa que o Brasil se tornara independente, mas o seu Estado se originou formalmente das medidas implantadas por Portugal.²⁶¹

Desta forma, a história contemporânea desenvolvida por Constâncio no segundo tomo da obra, apresentou desde o início uma relação inseparável entre Portugal e Brasil, em que os destinos das duas nações a partir da presença da corte no Rio de Janeiro se intensificaram, tornado-se mais dependentes e íntimos. No entanto, o autor também evidenciou como esta relação entre a colônia e a metrópole foi orientada pela constante intervenção inglesa. Ao narrar os motivos que levaram a transferência da corte, não deixou de mencionar o “domínio britânico” sobre os “fracos” ministros portugueses. Para reforçar a argumentação, ele dedicou algumas páginas à análise e crítica ao *Tratado de Navegação e Comércio de 1810*. Como foi abordado no capítulo anterior, Constâncio criticava duramente esse tratado; em sua *História do Brasil* manteve tal crítica, argumentando novamente como ele representou o sacrifício dos interesses de Portugal “sem que deste sacrifício resultasse a menor vantagem ao Brasil”. O Tratado apenas comprovava que “o Regente e seus ministros se constituíram virtual e gratuitamente vassallos da Inglaterra, a cujo governo abandonaram o infeliz Portugal”.²⁶²

A partir desta interpretação, Constâncio aproximou-se muito da argumentação de José Liberato Freire de Carvalho, um dos principais nomes do liberalismo português. No *Ensaio histórico-político sobre a construção e governo do Reino de Portugal*, publicado por Carvalho em 1830 e traduzido por Constâncio para o francês no mesmo ano, o autor buscou descrever as causas da “condição tão deplorável” de Portugal. A sua narrativa aproxima-se muito do autor do *Ensaio*, no qual Carvalho defendeu que 1808 significou “a futura e irrevogável emancipação ou independência do Brasil” bem como

²⁶¹ *Idem, ibidem*, pp. 170.

²⁶² *Idem, ibidem*, pp.182-183

que o Tratado de 1810 sedimentou “desapiedadamente a obra tenebrosa que o ato de 1808 tinha começado” reduzindo Portugal ao “extremo de uma aventadora decadência”.²⁶³ Ambos os autores procuraram identificar a acentuação da decadência portuguesa aos eventos relacionados a 1808.

Outro exemplo a partir do qual Constâncio radicalizou o argumento acima se refere à elevação da colônia a Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, tendo sido o Reino declarado unido, para o autor, “quando na realidade muito pouco faltava para completar a sua completa desunião”.²⁶⁴ Constâncio descreveu esse título como “pomposo e fútil”, sendo o precursor da “separação definitiva do Brasil”, pois ao invés de aproximar por meio de uma relação recíproca ambos os reinos, acabou por “sacrificar os interesses mútuos de Portugal e do Brasil aos das potências estrangeiras, especialmente a Grã-Bretanha.”²⁶⁵ Constâncio defendia a existência de “poderosos laços comerciais entre Portugal e a sua antiga colônia” capazes de permitir a ascensão das duas nações irmãs como um grande Império, “mas o gabinete de D. João VI se esmerou em os romper, efetuando assim a ruína imediata de Portugal, e preparando a do Brasil, **mais remota, mas não menos infalível**”.²⁶⁶

Tem-se, então, o argumento de que a metrópole desde 1808 sofria “uma série ininterrupta de males [...] graves e profundos”, tendo o governo de d. João agravado “o triste e deplorável estado decadente de Portugal” instaurado desde a morte de d. José, tratando o Reino “como colônia e o reduzido a uma Nababia pelo gabinete britânico”.²⁶⁷ Essa compreensão sobre a decadência de Portugal era a mesma que, mais há longo prazo, ia gestando a futura decadência do Brasil, destino que se definiria com a revolução do Porto.

A sensação de abandono vivida pelos portugueses da Europa fez com que “se indignassem da ignóbil condição a que se viam condenados” e este esquecimento por parte da Coroa despertou os “sentimentos da dignidade nacional”.²⁶⁸ A Revolução do Porto foi “acolhida com universal regozijo em todo o reino, sem que nos primeiros meses de tão notável sucesso se levantasse em todo o Portugal uma só voz

²⁶³ CARVALHO, José Liberato Freire de. *Ensaio histórico-político sobre a construção e governo do Reino de Portugal*. Paris: Bossange, 1830, pp. 161 – 162.

²⁶⁴ CONSTÂNCIO, F.S. *Op. cit.* 1839, pp. 198.

²⁶⁵ *Idem, ibidem*, pp. 212

²⁶⁶ *Idem* – grifos meus.

²⁶⁷ *Idem, ibidem*, pp. 227.

²⁶⁸ *Idem, ibidem*, pp. 228-229

dissidente”.²⁶⁹ O retorno da família real excitou no público sensações diversas. Os Portugueses encheram-se de júbilo, uns pela certeza de voltarem à pátria, outros esperançados de verem o Brasil restituído à influência da metrópole. Já os brasileiros, Constâncio os descreveu como receosos de se verem novamente oprimidos pelas autoridades portuguesas. Havia também aqueles “mais atilados e ambiciosos que conceberam desde logo o projeto de se servirem do Príncipe Real como instrumento da independência completa do Brasil” e, por isso, “abraçaram com o maior entusiasmo os princípios proclamados no Porto, em Lisboa, e na Bahia, não duvidando que cedo ocorreriam circunstâncias favoráveis aos seus intentos.”²⁷⁰ A estes “ambiciosos” que atrelaram à consolidação da Independência ao príncipe Pedro, Constâncio atribuiu a responsabilidade pela aceleração da decadência do Brasil.

As Cortes não souberam adotar acerca do Brasil um sistema capaz de conciliar os interesses dos brasileiros aos dos portugueses. O projeto mais adequado seria permitir que o Brasil fosse governado por uma constituição feita por seus próprios deputados, com uma assembléia residente no país sendo o poder executivo confiado a um príncipe da família real. Isso teria garantido a possibilidade do Brasil desfrutar dos benefícios de ser independente, sem se desvincular de Portugal imediatamente. No entanto, “quiseram privar o Brasil de um centro do poder executivo, estabelecendo quatro Juntas de Governo, independentes entre si, para o regerem, dividido em outras tantas seções o território”.²⁷¹ Além do mais, com o Decreto de 1º de Outubro, as cortes mandaram regressar d. Pedro, “esta imprudente resolução acelerou o rompimento, e precipitando Portugal em um pélagos de dificuldades, preparou a contra-revolução de 1823, e decidiu d. Pedro abandonar os interesses de Portugal lançando-se nos braços dos Brasileiros”.²⁷² A atuação das cortes, além de ter potencializado a Independência, viabilizou a contra-revolução de 1823, a insurreição liderada pelo Infante d. Miguel na qual as cortes dispersaram-se, vários políticos liberais partiram para o exílio e o regime absolutista fora restaurado. Tem-se aqui o argumento de que a Independência acabou também por recolocar Portugal em uma posição de atraso, na qual se vira o retrocesso do espaço ganho pelos liberais durante a revolução de 1820. A narrativa sobre a Independência vai apontando, assim, para uma experiência trágica e ressentida para os portugueses.

²⁶⁹ *Idem, ibidem*, pp. 229.

²⁷⁰ *Idem, ibidem*, pp. 240.

²⁷¹ *Idem, ibidem*, pp. 267.

²⁷² *Idem, ibidem*, pp. 268.

Os erros das cortes permitiram aos brasileiros, em especial, aqueles ligados ao “partido da independência”, convencer o Príncipe a permanecer no Brasil. Ao citar a carta escrita pelo partido da independência a d. Pedro, Constâncio questionou o trecho: “Sim, Augusto Senhor, Vossa Alteza Real deve ficar no Brasil, quaisquer que sejam os projetos das Cortes Constituintes, não só para nosso bem geral, mas até para a independência e prosperidade futura do mesmo Portugal”,²⁷³ alegando que “tal asserção era digna de riso”, não podendo d. Pedro representar a independência do Brasil, nem mesmo a de Portugal.

Neste sentido, os capítulos destinados ao processo de Independência buscaram evidenciar uma relação de interesses recíprocos entre d. Pedro e alguns brasileiros, no qual o primeiro “rodeado de mercenários” concretizava suas ambições na mesma medida em que satisfazia a elite brasileira em suas aspirações políticas, promovendo uma Monarquia Constitucional ao invés de uma República Federativa, “que com efeito [era] mais bem adaptada a extensão do Brasil, e a falta de nexos entre as diversas províncias, quase independentes umas das outras, e cujas relações de comércio [eram] muito mais ativas com a Europa que de província a província”.²⁷⁴ No entanto, a expectativa desses brasileiros, em especial os Andradas, de conseguirem administrar o Brasil através de d. Pedro era um equívoco imenso:

D. Pedro ufano de se ver tão pronta e facilmente elevado à dignidade imperial, já se cuidava outro Napoleão, e sofria impaciente o jugo que lhe impunham os Andradas, que considerando-se como fundadores do trono do Brasil, conceberam a louca esperança de governarem o novo imperador como seus tutores. Mal conheciam esses homens, **mais vaidosos que políticos**, o caráter do príncipe que pretendiam por em tutela.²⁷⁵

A Independência foi, assim, realizada por brasileiros “vaidosos” que, ao invés de optarem por uma ruptura definitiva com Portugal, instaurando uma República Federativa, escolheram sedimentar a separação através de uma aliança com um português que julgavam capazes de dominar, desconhecendo ou ignorando d. Pedro como um “déspota ganancioso”. Por esta razão, os brasileiros atrelaram ainda mais seu destino ao de Portugal, pois mantiveram os laços com a pátria-mãe através da presença de d. Pedro. O autor insistiu, desta forma, na existência de um vínculo entre Brasil e Portugal, no qual o primeiro parecia não mais poder romper, prevalecendo os vícios e a

²⁷³ *Idem, ibidem*, pp. 278.

²⁷⁴ *Idem, ibidem*, pp. 270.

²⁷⁵ *Idem, ibidem*, pp. 334.

avareza do Estado português no recente Estado independente do Brasil. Este último, apesar de mais promissor do que Portugal, não conseguira extirpar, no momento mais definitivo de sua história, os males que ela instaurara. A prova disso foi a vitória daqueles que preferiram uma Monarquia Constitucional tendo a testa D. Pedro, do que a proclamação de uma República Federativa.

Se entre os Brasileiros prevalecia o amor da liberdade, e das instituições que a garantem, **não faltavam homens vis, cortesãos dispostos a servir de instrumento ao despotismo, com tanto que este os gratificasse com distinções e cargos, e lhes confiasse a autoridade, para que estes satélites da tirania pudessem também oprimir a seu salvo.**²⁷⁶

Por trás de toda a argumentação de Constâncio prevalece uma linha central que não pode ser ignorada. Como já mencionamos, a decadência de Portugal iniciada desde a morte de d. José e sedimenta pelos inúmeros erros e ganância da corte de d. João VI, teve a participação decisiva da Inglaterra. A postura política anti-britânica que Constâncio defendera vivamente, repercutiu em sua *História do Brasil*, e aqui, defendemos a hipótese apresentada na seção anterior, de que a obra de John Armitage fora a síntese que Constâncio mais procurou responder. Enquanto o historiador e comerciante inglês procurou defender a ideia de que o Brasil precisaria se aproximar do modelo de civilização britânico e afastar-se do modelo português, Constâncio sublinhou a importância que a Inglaterra teve na decisão dos destinos de Portugal e Brasil, sendo co-responsável pela decadência de ambos. A insistência em apontar a Inglaterra como relevante pela decadência portuguesa e brasileira está relacionada a crítica de uma linguagem da polidez e da dinamização do comércio.²⁷⁷

Além de mencionar a decisiva presença inglesa na fuga da corte e no tratado de 1810, observou que no reconhecimento da Independência por Portugal, “estava d. João VI outra vez entregue ao gabinete britânico, que governava Portugal a seu bel prazer”, tendo enviado Sir Charles Stuart para as negociações – “só um Rei tão pusilânime como d. João VI podia encarregar um diplomata estrangeiro de semelhante missão; não é, portanto de admirar que a preenchesse tendo mais em vista os interesses da Inglaterra, que os de Portugal”.²⁷⁸ Outro exemplo, dado pelo autor de que tanto Portugal quanto o Brasil eram controlados pela Inglaterra diz respeito a postura de d. Pedro – “bem quisera d. Pedro conservar Portugal e seus domínios anexos ao Brasil, **mas não ousou**

²⁷⁶ CONSTÂNCIO, Francisco Solano. *Op. cit.* 1839. Tomo II, pp. 370 – grifos meus.

²⁷⁷ Consultar o segundo capítulo desta dissertação.

²⁷⁸ CONSTÂNCIO, Francisco Solano. *Op. cit.* 1839. Tomo II, pp. 377.

contrariar neste ponto a Inglaterra.²⁷⁹ Deste modo, Constâncio refuta a tese de Armitage e alegou que não era possível o Brasil se afastar de Portugal e se aproximar do modelo inglês, pois os destinos dos três países já estavam há conectados, tendo a presença britânica apenas intensificado a decadência luso-brasileira, não se atrevendo nem mesmo d. Pedro, o príncipe “atrevido e ganancioso”, a desrespeitar a temida potência europeia.

Ao afastar-se de Armitage, aproxima-se mais decisivamente de Liberato Freire de Carvalho que no seu *Ensaio* tem como prioridade defender a tese que a decadência portuguesa é resultado de “excessos do nosso próprio governo”, mas a aliança e amizade com a Grã-Bretanha “tem-nos sucessivamente tirado as forças de vida: de sorte que reduzidos hoje a uma doença de consumpção e de espantoso abatimento, apenas só conservamos o esqueleto do que fomos, e esse minado por todos os efeitos da corrupção e da miséria”.²⁸⁰ O *Ensaio* do liberal português é um manifesto contra a Inglaterra – “Sim, os ingleses querem-nos *pobres, e escravos* para melhor nos governar; e nisto está incluído todo o código da sua política para conosco.”²⁸¹ – a *História do Brasil* de Constâncio tem um objetivo semelhante atribuindo à política imperial inglesa e ao absolutismo português os motivos para a miséria de Portugal e a “futura ruína do Brasil”.

A Independência, para Constâncio, definiu apenas parcialmente a sua autonomia, já que em essência, a opressão portuguesa se manteve através da presença de d. Pedro, dos brasileiros “ambiciosos e egoístas” e da presença inglesa nos destinos do país. Poderia, deste modo, a *História do Brasil* encerrar-se, como alegou o próprio autor, mas a abdicação de d. Pedro parece indicar um episódio fundamental à conclusão dessa síntese.

O limite natural da presente História deverá ser a separação definitiva do Brasil, reconhecida a sua independência da Coroa de Portugal, começando então uma nova época; mas pareceu-nos acertado reservar para remate a **Revolução** que obrigou o Imperador D. Pedro a descer de um trono onde, tão pouco tempo, o tinha elevado o voto geral dos Brasileiros, e do qual agora descia sem que um só indivíduo compadecesse a sua sorte.²⁸²

Se d. Pedro, segundo Constâncio, houvesse exclusivamente cuidado de melhorar a sorte dos brasileiros promovendo a agricultura, a indústria, o comércio e a navegação,

²⁷⁹ *Idem, ibidem*, pp. 381 – grifos meus.

²⁸⁰ CARVALHO, J.L.F. *Op. cit.*, 1830, pp. 76.

²⁸¹ *Idem, ibidem*, pp. 272.

²⁸² CONSTÂNCIO, F.S. *Op. cit.*, 1839, pp. 414 – grifos meus.

disseminado os conhecimentos úteis e “**procurado corrigir a corrupção geral, que a funesta influência de uma corte tinha difundido**”,²⁸³ ele teria tido um reinado glorioso. Neste aspecto, o argumento de Constâncio aproxima-se muito de Armitage, que em 1836 escrevera:

Elevado ao título de herói, durante a luta da Independência, parece ter sido guiado antes pelo exemplo de outros potentados, do que pela madura consideração do estado social, e das necessidades do Brasil: daí talvez a ansiedade com que se empenhou em uma guerra, que de certo teve a sua origem na agressão, e que, depois de acabrunhar o comércio, embaraçar o progresso dos melhoramentos, e exaurir as finanças do Brasil, terminou com a completa cessão da província disputada. Nas circunstâncias que preponderavam no Brasil, quando D. Pedro subiu ao trono, carecia-se mais de um hábil administrador, do que um herói.²⁸⁴

Constâncio defendeu assim como Armitage que o Brasil precisava de um sistema administrativo capaz de assegurar a prosperidade, mas o Imperador definiu seus caminhos pela instabilidade, pela guerra e pela censura à imprensa, provocando nos brasileiros, conscientes de seu erro, a necessidade de romper com o Imperador:

Todo o seu fito era brilhar, e a esse capricho sacrificava tudo. Déspota por inclinação e hábito, criado entre míseros escravos, tirânicos senhores, e vis cortesãos, o primeiro impulso de D. Pedro foi sempre a violência, e quando não podia vencer a resistência, então recorria a astúcia. Sumamente presunçoso e desconfiado, não dava ouvidos a conselhos, salvo se eram conformes as suas próprias inspirações: tiveram válidos, mas nem um só amigo, e por isso mudava a cada passo de ministros e de medidas. Esta contínua instabilidade, quando o Brasil carecia de um bom sistema de administração adotado com madureza e seguido com constância, não podia deixar de ter funestos resultados. Chegou a tal ponto a convicção da impossibilidade de desempenhar com honra as funções de ministro, que no decurso de 1830 não achava D. Pedro quem quisesse aceitar este cargo, e José Bonifácio de Andrada a quem o Imperador solicitou, lhe respondeu nos seguintes termos, os quais, se considerarmos as relações que haviam subsistido entre ambos, bastariam para dar uma justa ideia do caráter de D. Pedro: *De Vossa Majestade nem um copo d'água aceitarei*.²⁸⁵

Nesta conjuntura, restou a d. Pedro a abdicação, episódio que o autor denominou como a *Revolução do Brasil*. O conceito de revolução neste contexto não adquire um sentido positivo, pois como analisamos no capítulo anterior, ele seria originário de um sentimento de receio e falta de entusiasmo com o futuro.²⁸⁶ Seguido de *Revolução do Brasil*, tem-se em continuidade: *Abdicação de D. Pedro a favor de seu filho D. Pedro II*. Constâncio sublinhou ao fim de sua obra que antes de abdicar d. Pedro nomeara a

²⁸³ *Idem, ibidem*, pp. 416 – grifos meus.

²⁸⁴ ARMITAGE, J. Apud VARELLA, F. *Op. cit.*, 2011, pp.78.

²⁸⁵ CONSTÂNCIO, Francisco Solano. *Op. cit.* 1839. Tomo II, pp. 415-416.

²⁸⁶ Consultar o segundo capítulo, em especial, a seção: “A Independência do Brasil e a Independência de Portugal: a “imminente ruína” ou a revolução”.

tutoria de seu filho a José Bonifácio de Andrada e Silva, “a quem chamou seu verdadeiro amigo, e de bordo escreveu a Assembleia pedindo que houvesse de confirmar este Decreto de nomeação; o que ela fez. No dia 8 instalou-se um Conselho de Regência provisional, e a 9 de Abril d. Pedro II foi conduzido à Igreja e proclamado Imperador.”²⁸⁷ Com este desfecho Constâncio encerrou sua *História do Brasil*, evidenciando que o Brasil poderia ter se emancipado da opressão de Portugal com a retirada de d. Pedro I, mas ao frisar que o Imperador abdicara em favor de seu filho, ressaltou a permanência da presença portuguesa e daqueles brasileiros próximos ao egoísmo e ao despotismo português, tal como José Bonifácio.

Neste sentido, essa *História do Brasil* expõe uma síntese, na qual desde o seu início, podia-se contemplar toda a sua história. As conquistas coloniais legaram, tanto a Portugal quanto as suas colônias, a decadência, condenando juntamente os “inocentes” índios e os africanos. A interpretação do futuro do Brasil como decadente ganha força se levarmos em consideração que o autor escrevia sua história durante o período regencial, no qual vários projetos eram intensamente disputados bem como viu-se a eclosão dos conflitos sociais, étnicos e políticos.²⁸⁸ O antigo Reino também só experimentaria a estabilidade política e social no ano de 1850. Para Constâncio, no momento de publicação de *História*, Portugal e Brasil teriam, assim, perdido os momentos ideais capazes de os realinhar ao progresso, no caso de Portugal, tratava-se da Revolução de 1820, e no caso do Brasil, sua própria Independência.

As revoltas que eclodiriam na década de 30 no Brasil, seriam o resultado da opressão portuguesa que condenou o país através “da corrupção dos costumes, causada pela pernicioso introdução de escravos”, já que as “vontades e caprichos dos imperiosos senhores, converte[ram] estes em odiosos tiranos.”²⁸⁹ Constâncio considerou positiva as misturas das raças, pois era “útil a promover a população”, sendo o encontro mais importante a dos portugueses com as indígenas, pois “a raça nascida desta união [era] robusta, ativa e empreendedora e, ao mesmo tempo, a mais bela de todo o Brasil”²⁹⁰. A mistura dos africanos com os indígenas também deveria ser valorizada já que resultava em “belos mulatos valorosos e muito atilados”.²⁹¹

²⁸⁷ *Idem, ibidem*, pp. 420-421.

²⁸⁸ MOREL, Marco. *O período das regências* (1831-1840). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

²⁸⁹ CONSTÂNCIO, Francisco Solano. *Op. cit.* 1839. Tomo II, pp. 189.

²⁹⁰ *Idem, ibidem*, pp. 190.

²⁹¹ *Idem.*

No entanto, a união dos portugueses com os negros africanos resultava na pior miscigenação, “que por desgraça [era] a mais comum”. Assim, a miscigenação, apesar de positiva, “foi péssima para a moral”, pois o “desprezo” dos portugueses pelos negros “recaía sobre a progênie” deles com as africanas, a consequência disso para Constâncio foi que “a injustiça dos brancos para com os mulatos e mestiços arraigou nestes ódio entranhável aos portugueses”²⁹², um ódio que “durará enquanto existirem as denominações que atestam a origem diferente de cada raça”.²⁹³ Neste sentido, o autor argumentou que Portugal promoveu sua colonização sedimentada em um ódio que seria perpetuado pelas gerações negras e mestiças, e esse ódio fruto de uma grande injustiça impediria o progresso do Brasil. O caminho ideal deveria ter sido a “civilização dos índios” pois, “teria hoje o Brasil povoação própria de homens livres, e não se veria exposto a **uma ruína total**, e não mui remota, quando lhe faltarem braços para a cultura”.²⁹⁴

Assim, tanto os indígenas quanto os africanos, apesar de se encontrarem na “infância da civilização” eram raças de grande potencial. O problema central fora a mistura dos portugueses com os escravos, problema que não se dava pela miscigenação propriamente, mas pelo fato da relação entre brancos e negros ter sido baseada na escravidão. Ao escrever sobre *Palmares*, Constâncio ressaltou elementos fortemente positivos a respeito dos negros, observando que “tinham estabelecido um governo eletivo e republicano, elegendo depois por seu chefe o Zumbi, o mais valoroso e prudente”, além de tudo, “davam-se a cultura da terra e viviam felizes, fazendo de dia em dia novos progressos na civilização, **que os portugueses poderiam ter aproveitado se não fossem dominados por máximas e hábitos de tirania para com os desgraçados africanos reduzidos a escravidão**”.²⁹⁵ Ainda sobre os negros de Palmares, Constâncio os descreveu como guerreiros honrados que diante da destruição do seu refúgio pelos portugueses, Zumbi, “seguido dos mais valentes guerreiros, preferindo morte honrosa à escravidão, subiu em um alto rochedo, que ocupava o centro da cidade, e chegando ao cume dele, se precipitou com seus briosos companheiros.” Alegando ainda, ao fim, que “homens capazes de tão heroica resolução eram bem

²⁹² *Idem.*

²⁹³ *Idem.*

²⁹⁴ *Idem, ibidem*, pp. 190-191.

²⁹⁵ CONSTÂNCIO, Francisco Solano. *Op. cit.* 1839. Tomo I, pp.40 – grifos meus.

dignos de viver livres e independentes.”²⁹⁶ Neste aspecto, o autor exemplifica, através de uma linguagem da tirania, a ruína brasileira arquitetada pelo despotismo português.

Para a geração de Constancio, os debates destacavam que, apesar de sua decadência, Portugal empreendera um grande projeto de colonização no Brasil, a despeito dos elementos negativos como a superstição, a escravidão e o despotismo (argumento de Southey) ou, que o afastamento com pátria-mãe garantiria o progresso necessário do Brasil (argumento de Armitage). Mas Constâncio, ao contrário, insistiu em uma relação inteiramente recíproca entre os reinos, a fim de que um equilíbrio pudesse resultar da experiência de Portugal e da prosperidade do Brasil, pois sozinhos nem a experiência do primeiro, nem as riquezas do segundo poderiam interromper os males sedimentados há mais de 300 anos. Essa tese não encontrou defesa apenas por Constâncio, mas também por Francisco Soares Franco e José Liberato Freire de Carvalho. Diante da não concretização deste equilíbrio, no qual ambos os países deveriam encontrar estratégias para a sua reestruturação, a “nação mais rica e fértil do mundo”, teria como sina repetir os caminhos da mãe-pátria, tornando-se o futuro-passado de Portugal, no qual o autor associa o “horizonte de expectativas” da nação em ascensão às experiências portuguesas, em especial, aquelas relacionadas a um Estado corrupto, egoísta e despótico.

Deste modo, a linguagem que Constâncio articula em sua história não passa pelo projeto de restauração de Portugal, nem mesmo o de sua regeneração através do Brasil. Mas é latente o ressentimento do autor pela perda da colônia americana. Com a perda do Brasil quebrou-se para os portugueses a possibilidade de concretização de uma grande empresa imperial. Portugal e Brasil herdeiros de uma mesma herança poderiam juntos ter experimentado a concretização de um grande Império, no entanto, a ganância dos portugueses, a vaidade dos brasileiros, a presença inglesa e o ódio sedimentado pela escravidão fizeram com que a herança íntima a ser perpetuada fosse a da decadência. Decadência, que não remete mais ao desaparecimento de ambas as nações, mas a eternização de sua condição de mediocridade.

²⁹⁶ *Idem, ibidem*, pp. 42.

3.3) A recepção de Constâncio: o triste especulador de Paris

A *História do Brasil* de Constâncio, assim como sua produção literária de modo geral, foi recebida com pouco entusiasmo pela comunidade letrada tanto no Brasil quanto em Portugal. No entanto, seus trabalhos filológicos – as gramáticas de língua portuguesa, inglesa e francesa, bem como os dicionários bilíngues e, em especial, o *Novo Dicionário Crítico e Etimológico da Língua Portuguesa* (1836) – gozaram de uma positiva repercussão no mercado editorial.²⁹⁷ Nos principais jornais brasileiros do século XIX, por exemplo, é comum encontrar na seção de vendas além de uma vasta oferta, a procura pelos dicionários e gramáticas do autor. Também é recorrente o largo uso do *Dicionário Crítico e etimológico* que contou com onze edições até 1868, sendo várias vezes citado considerado junto ao *Dicionário da Língua Portuguesa* de Moraes e Silva uma obra de referência na lexicografia da língua portuguesa.²⁹⁸ Mas, sua repercussão para um público mais especializado fora com frequência marcada por severas críticas.

Innonêncio Francisco da Silva (1810-1876), em seu *Dicionário Biográfico Português* (1859), no verbete destinado a Constâncio, recuperou parte significativa da crítica negativa que o nosso autor sofrera. As gramáticas foram consideradas “como não mais que uma só, a qual se vai sucessivamente antepondo rostos diversos”.²⁹⁹ Manuel Odorico Mendes (1799-1864), tradutor de Virgílio e de Homero, nas notas do livro VI da *Eneida* (edição 1858), lamentou que Constâncio considerasse antiquados alguns termos vernáculos que para Mendes “não mereciam tal desprezo”, isso porque tendo Constâncio “vivido entre estrangeiros, fez o seu dicionário sobre outros dicionários, consultando pouco os mestres da língua, depois de haver desaprendido

²⁹⁷ Compreendem os trabalhos filológicos e lexicógrafos de Constâncio: 1) *Novo dicionário portátil das línguas portuguesa e francesa, recopilado dos melhores lexicógrafos das duas nações*. Paris: J.-P. Aillaud, 1818 ; 2) *Grammaire portugaise à l'usage des français qui veulent apprendre le portugais*. Paris: Oficina Tipográfica de Casimir, 1830; 3) *Gramática analítica de língua portuguesa, oferecida à mocidade estudiosa de Portugal e do Brasil*. Paris: Oficina Tipográfica de Casimir, 1831; 4) *Nova gramática da língua francesa, oferecida aos portugueses e brasileiros*. Paris: Oficina Tipográfica de Casimir, 1832; 5) *Novo mestre inglês, ou gramática da língua inglesa ensinada em 25 lições*. Paris: Oficina Tipográfica de Casimir, 183?; 6) *Novo Dicionário Crítico e Etimológico da Língua Portuguesa, precedido de uma introdução gramatical*. Paris: Oficina Tipográfica de Casimir, 1836.

²⁹⁸ Entre os principais periódicos consultados, destacamos: *Diário do Rio de Janeiro* (1821-1858); *O Diário Novo* (1842-1848); *Publicador Maranhense* (1842-1885); *Correio Mercantil e Instrutivo, Político, Universal* (1848 a 1868); *Revista Nacional e Estrangeira* (1839-1840); *Correio Oficial* (1833-1841); *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro* (1844-1885); *Revista Brasileira* (1861- 1979); *Minerva Brasiliense* (1843-1845).

²⁹⁹ SILVA, Inocência Francisco da. *Dicionário Bibliográfico Português* aplicáveis a Portugal e Brasil (verbeta F.S. Constâncio). Lisboa: Imprensa Nacional. Tomo III, 1859, pp. 65.

muitas palavras e locuções usuais”.³⁰⁰ Além de criticado pelo fato de viver a maior parte da vida fora de sua terra natal, Mendes o acusava pelo tom “dogmático e decisivo” em que se colocava contra Moraes e Silva, despejando continuamente contra este último “sua cólera”. Mendes procurou, assim, valorizar o *Dicionário* de Moraes e Silva, alegando que Moraes fizera um “trabalho próprio mais consciencioso e considerável: o de colher nos livros, nos documentos e manuscritos velhos, entre o povo e nas diversas oficinas, cópia e riqueza de palavras e frases”.³⁰¹ O mérito de Constâncio residia no fato de definir as palavras “com maior rigor científico, excetuados os termos jurídicos em que o outro [Moraes] fora exatíssimo.”³⁰² Além do mais, para Mendes, Moraes fora mais eficiente nas “miudezas e idiotismos com exemplos mais convincentes que as acuradas definições do seu rival”, que obtivera mais sucesso no que tange a etimologia e a ortografia porque Constâncio escrevia “em Paris onde há recursos incalculáveis desconhecidos em Portugal e no Brasil, [sendo que] o seu trabalho não foi tão especial e difícil como o do seu antecessor.”³⁰³ Mas, ao fim, Mendes considera os dois dicionários relevantes: “enquanto não houver quem reúna as vantagens dos dois autores, os estudiosos necessitam de ambos”.³⁰⁴

O médico Adolpho Manoel Victorio Costa (1808-1878) fizera também uma crítica ao *Dicionário*, destacando o fato de Constâncio ter vivido a maior parte da vida fora de Portugal, fato que “o engrandec[ia] na espera intelectual”, mas que o colocou “em piores circunstâncias” no que tange a literatura pátria. Além do mais, em seu dicionário, “sempre que pode grita contra Moraes e sustenta a opinião contrária a deste”.³⁰⁵ Costa reconhece que a postura de Constâncio, provido de “estudo e de talento”, vinha da “necessidade de viver de seus trabalhos literários [o que] o leva[va], às vezes, a escrever com precipitação” além de ser “dominado por excessivo orgulho do qual ouvi[a-se] contar anedotas curiosas”.³⁰⁶ Esses fatos teriam levado o *Dicionário* a cair “em faltas e até em contradições com as opiniões antes sustentadas na sua *Gramática portuguesa*.”³⁰⁷

Mas, sem dúvida, como sublinhou o próprio Innocência, a crítica mais severa que o *Dicionário* de Constâncio sofrera fora feita por Francisco Adolfo de Varnhagen

³⁰⁰ *Idem, ibidem*, pp. 66.

³⁰¹ *Idem*.

³⁰² *Idem*.

³⁰³ *Idem*.

³⁰⁴ *Idem*.

³⁰⁵ *Idem*.

³⁰⁶ *Idem*.

³⁰⁷ *Idem*.

(1816-1878), na biografia sobre Antonio Moraes e Silva, publicada na *Revista do IHGB* em 1852. Varnhagen procurou reforçar a “grandeza” de Moraes e Silva associando-a ao seu *Dicionário*, a fim de “continuar a sua autoridade”, isso porque havia inúmeros “especuladores e compiladores de dicionários, que se tem apresentado a vituperar Moraes”.³⁰⁸ Entre esses “especuladores e compiladores”³⁰⁹, o autor da *História Geral do Brasil* destacou o “ingrato” Constâncio, que “por desgraça nossa, ganhou alguma entrada nos escritórios de negociantes e nos bufetes de charlatães como ele.”³¹⁰ Para Varnhagen, não era concebível outra autoridade como lexicógrafo português além de Moraes e Silva, sendo então necessária a biografia e a valorização da obra de Moraes, valorização que deveria ser feita por razões de “patriotismo e nacionalidade”, não podendo a autoridade de um dicionário de língua portuguesa ficar sob o controle do “triste especulador de Paris”.³¹¹ A partir da crítica de Varnhagen, confirma-se o significativo uso que teve o dicionário de Constâncio em uma esfera menos especializada e mais ampla.

A repercussão da *História do Brasil* foi igualmente negativa. Em 1839, também na *Revista do IHGB*, fora realizado um parecer bastante crítico a respeito da história de Constâncio assinado por Cândido José de Araújo Vianna e por Rodrigo de Sousa da Silva Pontes. Ao comentarem sobre a *Introdução Geográfica* submetida à análise pela comissão de geografia, o parecer alegava “patente o vivo desgosto, e dissabor, que sentiu ao ler tantos, e tão notáveis erros de geografia espalhados por cada página”³¹² presentes não só na introdução, mas na obra como um todo. Como seria “sumamente penoso” descrever todos os erros, a comissão apontou apenas alguns. A comissão buscou argumentar que os equívocos cometidos no que toca às notícias geográficas, dificilmente poderiam predispor alguém à leitura da história, pois tais erros teriam comprometido a obra como um todo, em especial, em relação a sua veracidade. Caso “um leitor sensato e versado nas cousas da sua pátria” se dedicasse a leitura “de confuso dédalo suceder-lhe-ia “as sensações desagradáveis e aflitivas umas após outras.”³¹³ Isso

³⁰⁸ VARNHAGEN, Francisco Adolpho de. Biografia de brasileiros ilustres ou de pessoas eminentes que serviram no Brasil ou ao Brasil – Antônio de Moraes e Silva. *Revista do IHGB*. Tomo XV, 2.ed., 1852, pp. 245.

³⁰⁹ *Idem*.

³¹⁰ *Idem*.

³¹¹ *Idem*.

³¹² VIANA, Cândido José de Araújo; PONTES, Rodrigo de Sousa da Silva. Juízo sobre a “Historia do Brazil” publicada em Paris pelo Sr. Dr. Francisco Solano Constâncio. *Revista do IHGB*. Tomo I, 3.ed., 1839, pp. 81.

³¹³ *Idem, ibidem*, pp. 82.

porque a “alteração da verdade histórica, injustiça para com os homens e política absolutamente errada são as qualidades mais preeminentes do historiador, a que ora se aplica o escalpelo da crítica.”³¹⁴

O primeiro tomo fora pouco analisado pelo Instituto, isto porque ele baseava-se, como Constâncio observou, na obra de Southey. Para a comissão “longo seria comparar as duas histórias somente para o resultado de sabermos, se o Sr. Dr. Constâncio copiou, ou não copiou fielmente os escritos do historiador inglês”.³¹⁵ Caso, nesta comparação encontrassem fatos pouco exatos, “não teria de fazer censura aos escritos do Sr. Dr. Constâncio, mas aos de Southey, o que é fora do propósito do Instituto”.³¹⁶ Por esta razão, a comissão dedicou-se com mais cuidado a segunda parte da obra, em especial, aos capítulos relacionados à Independência.

O primeiro tema abordado pelo parecer diz respeito ao “manifesto doloroso sentimento de despeito” que julgavam acompanhar Constâncio no que tangia a emancipação do Brasil, tendo o autor da História, segundo o IHGB, sempre um “insulto, uma calúnia, um convido, para lançar ao rosto à maior parte dos homens, que prestaram serviços à Independência do Império, que mostraram simpatia por essa justíssima causa.”³¹⁷ Entre os exemplos, destacaram a descrição negativa que Constâncio fizera do “primeiro Imperador do Brasil que tinha abraçado cordialmente a causa da Independência: e, por isso, conforme as expressões do autor tinha indignamente traído e vilipendiado a nação Portuguesa”.³¹⁸

Esse ressentimento e o “espírito de paixão” de Constâncio em relação à emancipação do Brasil o teria levado a produção de diversas contradições. O parecer as identificava no fato do autor ter afirmado que a tendência democrática estava em conformidade com os sentimentos de todas as cidades do Brasil; ao ter defendido que a república era a forma de governo mais conveniente ao país, mas por ter, simultaneamente, observado que d. Pedro I fora elevado ao trono pelo voto unânime dos brasileiros.³¹⁹ O parecer contesta ainda a “solução” oferecida por Constâncio sobre o modo como a Independência deveria ter sido realizada, citando a própria obra:

³¹⁴ *Idem.*

³¹⁵ *Idem.*

³¹⁶ *Idem, ibidem*, pp. 83.

³¹⁷ *Idem.*

³¹⁸ *Idem.*

³¹⁹ *Idem, ibidem*, pp. 84.

O único arbítrio sensato era desde logo proclamar que o Brasil seria governado por uma constituição feita por seus próprios deputados, e uma assembléia residente no país, sendo o poder executivo confiado a um Príncipe da Família Real. Desta maneira regulando-se os direitos de entrada e saída sobre os navios e gêneros de ambos os listados, como convinha aos mútuos interesses do comercio nacional e mantido o nexu político entre o Brasil e Portugal, gozaria o primeiro de todas as vantagens da Independência, sem que, todavia ficasse desligado do Reino-Unido.³²⁰

A esta proposta, o IHGB respondeu alegando que fora exatamente o que acontecera e ainda o questionou – “que nexu político é esse com que o autor pretendia fazer que o Brasil gozasse da independência permanecendo ligado à mãe-pátria? Seria uma federação entre povos, que a natureza colocou em tamanha distância?” Mas como Constâncio não desenvolveu tal proposta, os pareceristas acabaram por considerá-la “muito extravagante”.

Além dessas considerações, o parecer observou ainda a “negligência com a gravidade da história” no que diz respeito ao estilo empregado, estilo ainda mais impróprio para um filólogo português “inçado de torpes galicismos”. Apontaram algumas frases e palavras usadas por Constâncio que remeteriam a uma estrutura linguística francesa. Ao fim, o parecer adverte que se a comissão buscasse censurar todos os defeitos, erros, e inexatidões de qualquer natureza com que se deparou na obra, “teria empreendido um trabalho longo e sumamente penoso e o presente parecer excederia muito dos limites, que o uso tem prescrito a este gênero de escritos.”³²¹

Desta forma, a crítica da *Revista do IHGB à História* de Constâncio buscou desvalorizar a obra evidenciando os supostos equívocos cometidos pelo autor em relação aos aspectos geográficos, históricos e ao próprio estilo empregado, a este último recorreu-se a um argumento constante para censurar o letrado português: a perda de intimidade com a língua pelo fato de ter vivido a maior parte do tempo fora de Portugal. Também fora ressaltado o aspecto negativo e ressentido com que Constâncio interpretou o destino do Brasil a partir da Independência. O parecer escrito em um momento de busca pela singularidade e autonomia do recente país, teve como uma das razões motivadoras do veto o fato do autor ser um estrangeiro a escrever uma história do Brasil, mas o ponto mais definitivo para sua recusa deve-se ao fato de Constâncio ter defendido um destino trágico para ambos os países, argumento que interessava pouco

³²⁰ *Idem.*

³²¹ *Idem, ibidem*, pp. 85.

aos letrados brasileiros. Esse veto parece se confirmar na comunidade letrada de modo mais amplo.

Em um parecer ao *Compêndio da História do Brasil* (1843) do general Abreu e Lima publicado na *Minerva Brasiliense*, o *Compêndio* fora recebido com entusiasmo por ser uma história escrita por um brasileiro. A resenha observa a ausência de histórias e descrições geográficas sobre o Brasil escrita por seus próprios habitantes, sendo o país “quase inteiramente ignorado pelos brasileiros”. A inexistência dessas informações, que configurava um país que “não se conhec[ia] bem” devido a ausência de mapas, de descrições sobre as regiões com as vilas e povoações, solos e relevos e, principalmente, a falta de uma história, impedia o avanço na forma de legislar-se. Observa ainda que a história do país estava “depositada em antigos ou fastidiosos volumes” ou fora escrita “por mãos menos aptas; por estrangeiros que, como Beauchamp, trataram só de compor um romance, que excitasse a curiosidade de seus leitores na Europa”, obra irrelevante para os brasileiros, pois não era capaz de “despertar no espírito da nossa juventude o nobre sentimento de amor à pátria, que torna o cidadão capaz dos maiores sacrifícios, e o eleva acima dos cálculos mesquinhos do interesse individual”.³²² Desta forma,

Além da *Corografia Brasílica* do padre Ayres, temos diferentes viagens ao Brasil, onde alguma informação se vai buscar a respeito dele. Se excetuarmos, porém, a obra in-fólio de Southey, esta informação está longe de ser suficiente, e em alguns desses livros avulta em erros graves; são péssimos itinerários para quem do seu gabinete quer discorrer pelo país. Deixando de parte o que nos fins do século XVII e começo do XVIII escreveram os jesuítas, a mistura com a crônica de seus conventos e registros de suas missões e o pouco que nos remanesceu dos holandeses, durante a sua dominação no norte, existem, que conheçamos na matéria, as viagens de Koster, de Mawe, de lady Graham, do príncipe Maximiliano, a relação de Spix e Marcus, as viagens do Sr. A. S. Hilaire, e a história do Sr. Constâncio. Podem-se acrescentar ainda as notícias sobre as coisas do Brasil devidas aos cuidados do Barão de Eschwege, do cônsul Russo Langsdorf e as brilhantes compilações de Ferdinand Dennis.³²³

O parecer abordou as obras até então mais relevantes a respeito da história do Brasil, considerando-as, a exceção da obra de Southey, pouco exatas e com graves erros já que muitos deles discorriam sobre o país sem aqui ter estado, ou mesmo, aqueles que aqui estiveram não foram precisos ou já estariam desatualizados, como, por exemplo, a obra de Koster, “que passeou por algumas províncias do norte”, apesar de “boa fé, mostra um espírito muito superficial”, sendo suas “relações quase de nenhum interesse”

³²² T. Bibliografia. Obras sobre a Geografia e História do Brasil. – O Compêndio do Sr. General J. I. Abreu e Lima. In.: *Minerva Brasiliense*. N. 02, vol. 01, 1843, pp. 51.

³²³ *Idem*.

ainda mais levado em conta “a diferença que nessas províncias se tem operado de 1808 pra cá”.³²⁴ Do mesmo modo, Mawe “foi a Minas tratar de seus interesses antes do que investigar o que era digno de atenção para servir a ilustração pública”.³²⁵ Lady Graham apenas “viajou pelo palácio de São Cristovão e pelos salões dos personagens de D. Pedro I”, sendo suas reflexões de uma “puerilidade cortesã que enjoa e de que nada servem a instrução dos que pretendem adquirir algum conhecimento sobre o Brasil”.³²⁶ As obras Spix e Marcus e do príncipe Maximiliano estimadas pelo caráter científico acabavam por interessar apenas aos naturalistas. As viagens de Hilaire, por sua vez, “dignas de alto preço” devido a sua “imparcialidade, espírito indagador, e [ao] amor de sua escrupulosa exatidão constituem uma obra muito acima de qualquer outra das que neste gênero possuímos”³²⁷. No entanto, nem todas as viagens de Hilaire haviam sido publicadas, e elas só abrangiam a parte norte do país. Também fora mencionada a obra do Visconde de São Leopoldo, *Os anais da província do Rio Grande do Sul*, “obra importante e conscienciosa como todos os trabalhos literários deste douto e laborioso escritor”. A mais importante obra no que tangia a descrição do Império era a *Corografia* do Padre Ayres, mas que “por falta de zelo, os originais se perderam ou irão se perder”.³²⁸

A obra de Constâncio fora considerada “uma compilação repleta de inexatidões e mesmo de erros grosseiros”, erros relativos tanto a “geografia quanto aos fatos e conhecimentos registrados ali sem crítica”³²⁹, parecer muito semelhante ao apontado pelo IHGB. Em contrapartida, a obra de Armitage recebeu uma apreciação menos crítica do que a de Constâncio, pois mesmo sendo possível “que alguns juízos do Sr. Armitage possam ser contestados, cremos que foi mais ou menos verídico e imparcial”, podendo “ser lido com proveito” já que se dedicou à história do Brasil mais recente, oferecendo “uma instrução preciosa de muitos fatos, que já hoje parecem estar esquecidos”.³³⁰

Perante esse rápido balanço das principais obras escritas sobre o Brasil, o parecer considerou o *Compêndio* do general Abreu e Lima “o mais útil que tem sido publicado”. Há nele “um espírito consciencioso, que dirigido unicamente pelo amor da

³²⁴ *Idem.*

³²⁵ *Idem.*

³²⁶ *Idem, ibidem*, pp. 52

³²⁷ *Idem.*

³²⁸ *Idem.*

³²⁹ *Idem.*

³³⁰ *Idem.*

verdade, prescinde de todas as considerações que poderiam por ventura alterar a fidelidade histórica, que ele se propôs a observar escrupulosamente.”³³¹ Apesar do parecer ter ressaltado que faltava ainda “uma história geral e completa do Brasil”, que em mais ou menos tempo seria escrita através das pesquisas do IHGB, o *Compêndio* do General Abreu e Lima era até aquele momento a obra mais relevante sobre o Brasil. Observamos que a obra do general Abreu e Lima tem como uma de suas principais características a demarcação de uma ruptura aguda com o passado português, propondo um distanciamento histórico significativo em relação a Portugal. Neste sentido, não foi por acaso que em um momento de busca pela singularidade e autonomia do país, a obra de Constâncio fosse mal recebida pelos letrados brasileiros, já que ela evidenciava o Brasil como o espelho do destino decadente de Portugal, argumento que não interessava aos letrados preocupados em estabelecer um afastamento com o passado colonial.

A recepção de Constâncio de modo geral está fundamentalmente relacionada ao que Valdei Lopes de Araujo tem chamado de regimes de autonomia intelectual na escrita da história.³³² Trata-se de um fenômeno que ainda tem sido estudado, mas que *grosso modo*, remete a experiências e protocolos distintos na escrita da história, onde de um lado, haveria uma história dedicada a um público mais amplo e, de outro, uma “história mais especializada”. No primeiro, identifica-se o apoio forte do sistema de subscrição e editorial; uma preocupação com a síntese e a oferta de uma versão menos documentada; resistência à erudição moderna; persistência de padrões/referências clássicas; demandas locais/regionais de identidade e justificação política; fusão entre documento e relato – texto arquivo; escrita como ação política direta. No segundo, há o subsídio estatal direto ou indireto, bem como a formação de sociedades/instituições; padrão erudito e a valorização da crítica e da autoridade do pesquisador/erudito; formação de um “decoro” especializado; separação entre documento e relato; fusão de erudição, filosofia e narrativa; centralidade da História Geral Nacional; escrita como formação/informação.

Estes estudos em torno da existência de protocolos autônomos entre a disposição da história no mercado editorial e em um âmbito mais especializado, bem como a própria recepção da obra de Constâncio abrem uma agenda de estudos ainda a ser aprofundada. Mas com o que mapeamos até aqui, tudo parece indicar a proximidade de

³³¹ *Idem.*

³³² ARAUJO, Valdei Lopes. Regimes de autonomia intelectual na escrita da história entre os séculos XVIII e XIX (Texto no prelo).

Constâncio com o modelo do letrado-intelectual-jornalista, na qual a relação com o mercado do livro emergente representou um modo alternativo de escrever história, mais aberto às influências da luta política e das flutuações e permanências do “gosto” de um público não especializado. Além do mais, as críticas a Constâncio até aqui mapeadas nos revelam uma clara associação do autor ao emergente mercado editorial, tendo Adolpho Manuel Victorio Costa, como mencionado anteriormente, justificado as contradições de Constâncio pelo fato de ter “necessidade de viver de seus trabalhos literários”.

No Brasil, a partir da criação do IHGB (1838) um novo modelo de autonomia intelectual se fortaleceria, impondo com ele um padrão disciplinar fundado na especialização, despolitização e profissionalização da atividade do historiador, o que resultou em um movimento (intencional e não-intencional) de autonomização do discurso histórico.³³³ Por esta razão, as críticas do IHGB a Constâncio acabaram por incisivamente o descrever como um “especulador” e sendo sua obra destacada pelas imprecisões geográficas, pela falta de estilo, pelos erros factuais, tendo sua história sido considerada estrangeira e ressentida, parcial e carente de decoro.

³³³ *Idem.*

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do século XVIII, com a intensificação da crítica à estrutura colonial portuguesa, exigiu-se, cada vez mais, estratégias para o enfrentamento de uma experiência considerada decadente. Neste processo, identificou-se uma relação com a temporalidade que remetia à expectativa de um retorno à história, na qual se acreditava que o auge da civilização luso seria retomado após a correção dos vícios adquiridos ao longo da história. No entanto, a sensação de aceleração do tempo, bem como a historicização da realidade romperam com essa expectativa de retorno em função do ineditismo de diversos eventos e da ampliação do horizonte histórico. Esse quadro se agravou no século XIX. Através da Invasão Francesa e da Transferência da Corte cresceu um sentimento de dúvida sobre o futuro luso, já que esses eventos pareciam marcar uma espécie de “fim trágico para Portugal” e o seu desaparecimento enquanto uma nação autônoma. Simultaneamente a essa experiência, acreditou-se que o Brasil seria o cenário ideal para a regeneração de um Novo Portugal, emancipado dos erros e vícios do antigo Reino europeu.

Ao acompanharmos a trajetória intelectual do letrado luso, Francisco Solano Constâncio, foi possível identificar, no entanto, uma experiência que excedia as expectativas ligadas ao projeto restaurador e regenerador, já que esses ofereceram pouco otimismo e segurança para as demandas ligadas ao tempo moderno em Portugal. Neste sentido, este trabalho buscou identificar as expectativas que emergiram em Portugal diante da sensação de uma decadência extrema que produziu uma atmosfera, denominada aqui de melancólica. Esta atmosfera remete, entre outros fatores, à sensação do medo pelo desaparecimento de Portugal, seja em função da presença napoleônica, seja pelo fato de ser considerado o Estado português demasiadamente corrompido. Após a derrota de Napoleão, a experiência da decadência a qual Constâncio caracterizou como uma “iminente ruína” deixou de se referir à possibilidade do desaparecimento do Reino, e passou a sublinhar um receio em tons mais dramáticos. Constâncio defendeu a impossibilidade de Portugal superar o seu estado de precariedade econômica, política e social. Para o autor, Portugal estaria eternamente condenado a ser uma nação “mediocre”, isso porque todas as medidas utilizadas para o aprimoramento português não seriam suficientes para erradicar os vícios há séculos sedimentados.

Desta maneira, o discurso de Constâncio apresenta um forte receio no qual o progresso não aparecia como uma promessa propriamente viável para ser realizada em Portugal diante da estrutura política, econômica e social, isso porque a experiência impunha restrições significativas à sedimentação de um otimismo para o futuro do Reino. Esse receio surtia efeitos no clima melancólico, pois a crítica ao progresso, ou a falta de entusiasmo com o mesmo, se processava na medida em que ele, o progresso, se colocava como um horizonte imprescindível. Neste contexto, a atmosfera melancólica derivou de uma experiência na qual o progresso era tido como um componente fundamental a todo e qualquer destino, mas essa mesma experiência reunia elementos que questionavam cotidianamente a sua possibilidade de concretização. Essa argumentação nos levou a confirmação da modernidade como um fenômeno composto por ambivalências e dificuldades significativas no que tange a tentativa de realinhamento entre a experiência e o horizonte histórico.

Foi a partir da compreensão apresentada acima que Constâncio interpretou a relação entre Brasil e Portugal. O ano de 1808 representou para ele a aceleração da decadência da colônia americana, que apesar de promissora, não se emanciparia dos vícios levados por Portugal desde o início da colonização, intensificados pela presença da corte no Rio de Janeiro. Esse fato inviabilizou a expectativa do Brasil regenerar Portugal, já que o Brasil só repetiria os antigos erros da metrópole, comprometendo o futuro de modo ainda mais grave por nunca ter adquirido os elementos básicos de uma nação autônoma.

A partir deste argumento, Constâncio passou a defender, em caráter de urgência, que Portugal promovesse a Independência do Brasil, tornando-se imediatamente o seu principal aliado comercial, pois uma das poucas possibilidades concretas para amenizar a “ruína” seria estabelecer um equilíbrio entre a metrópole decadente e a colônia em ascensão. O território americano precisaria do Reino português para erradicar os vícios que os próprios portugueses introduziram, como, a escravidão e seus desdobramentos mais imediatos como o “egoísmo”. O reino português, por sua vez, com seus recursos naturais esgotados e sem uma indústria nacional precisaria das riquezas brasileiras para seu crescimento. A prosperidade de Portugal dependeria, assim, da ruptura definitiva do monopólio já que as conquistas coloniais fomentaram a decadência ibérica por sedimentarem um “péssimo sistema de conquista, de administração e de leis”.

No entanto, à medida em que a Independência do Brasil se concretizava e a união comercial tornava-se distante, Constâncio passou a utilizar o argumento, como

muitos de sua geração, de que a separação com o Brasil representaria, ao fim, a Independência de Portugal, pois efetivaria a quebra das ilusões impostas pela posse da colônia americana.

Mas o argumento da “Independência de Portugal” era pouco motivador para a produção de um futuro aberto e acabava por evidenciar o ressentimento em relação à perda de colônia americana considerada a mais promissora. Se por um lado, Constâncio defendeu enfaticamente a Independência das colônias ibéricas e o fim da opressão sofrida por índios e negros; por outro lado, não deixou de compartilhar, assim como a sua geração, um forte ressentimento em função da perda do Brasil, já que ele era um elemento fundamental para os horizontes da recuperação portuguesa.

Diante desta conjuntura pouco otimista, o discurso de Constâncio revelou uma proposta ainda mais urgente e definitiva para Portugal que se articulou dentro de uma linguagem revolucionária: qualquer possibilidade para superação da decadência passava pela instauração de uma revolução. O aspecto fundamental dessa linguagem é que a revolução não significava o resultado natural ou inevitável do progresso econômico e técnico, mas ao contrário, a necessária interrupção de uma evolução histórica que levaria à catástrofe, uma vez que a perspectiva no futuro apontava para “uma iminente ruína”. Em outras palavras, a revolução remeteria a uma necessidade que deveria instaurar um destino histórico distinto da decadência, impondo um distanciamento radical em relação ao passado. Esta expectativa não assumiria uma conotação propriamente otimista, ao contrário, ela seria originária de um sentimento de receio, desespero e falta de entusiasmo com o futuro.

Constâncio, no entanto, não experimentou essa sonhada mudança na história lusa. Não tendo visto suas expectativas se concretizarem fosse através de Napoleão, da Revolução de 1820 ou da Revolução Liberal de 1836. Todas elas teriam sido bem menos radicais em relação às descontinuidades que desejava. Em sua *História do Brasil* publicada em 1839, além de uma resposta às histórias escritas anteriormente por Southey, Beauchamp e Armitage, entre outras preocupações, esboçou uma síntese na qual o pessimismo atribuído a história de Portugal se materializava também no destino do Brasil. Nesta obra é latente a frustração do autor pelo modo como se consolidou a Independência, esgotamento de possibilidades para a sobrevivência lusa e, ao mesmo tempo, para sua filha próspera. Portugal e Brasil herdeiros de uma mesma herança poderiam juntos ter experimentado a concretização de um grande Império, no entanto, a ganância dos portugueses, a vaidade dos brasileiros, a funesta presença inglesa e o ódio

sedimentado pela escravidão fizeram com que a herança íntima a ser perpetuada fosse a herança trágica. Decadência, que não remete mais ao fim ou ao desaparecimento de ambas as nações, mas a eternização de sua condição de mediocridade, isto é, a quebra das expectativas para a consolidação de um (do) grande Império.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Fontes

- ANDRADA E SILVA, José Bonifácio de. *Memória sobre a necessidade e utilidades do plantio de novos bosques em Portugal*. Lisboa: Typografia da Academia Real das Ciências, 1815.
- CONSTÂNCIO, Francisco Solano. (resenha sobre) “De l’intérêt de la France à l’égard de la traite des nègres” por J.C.L. Sismonde de Sismondi. Publicada originalmente no *Observador Lusitano em Paris*, 1815. In.: CARDOSO, José Luís (org.). *Francisco Solano Constâncio*. Leituras e ensaios de economia política (1808-1842). Banco de Portugal, Lisboa, 1995.
- _____. (resenha sobre) “Variedades sobre objetos relativos às artes, comércio, e manufaturas consideradas segundo os princípios de economia política” por José Acúrsio das Neves. Publicada originalmente nos *Anais das Ciências, das Artes e das Letras*. Tomo V, 1819. In.: CARDOSO, José Luís (org.). *Francisco Solano Constâncio*. Leituras e ensaios de economia política (1808-1842). Banco de Portugal, Lisboa, 1995.
- _____. (resenha sobre) “Variétés político-statistiques sur la monarchie portugaise, dédiés à M. Le Baron Alexandre de Humboldt” por M. Adrien Balbi. Publicada originalmente nos *Anais das Ciências, das Artes e das Letras*. Tomo XVII, 1822. In.: CARDOSO, José Luís (org.). *Francisco Solano Constâncio*. Leituras e ensaios de economia política (1808-1842). Banco de Portugal, Lisboa, 1995.
- _____. (resenha sobre) “Vozes dos Leais Portugueses” de António Maximo Dulac. Publicada originalmente nos *Anais das Ciências, das Artes e das Letras*. Tomo XIV, 1821. In.: CARDOSO, José Luís (org.). *Francisco Solano Constâncio*. Leituras e ensaios de economia política (1808-1842). Banco de Portugal, Lisboa, 1995.
- _____. “On the state of Portugal during the last thirty years”. Publicado originalmente no *The monthly repertory of English literature (...)*. Paris: Parsons, Galiguariand Co., Volume IV, 1808. In.: CARDOSO, José Luís (org.). *Francisco Solano - Leituras e ensaios de economia política* (1808-1842). Lisboa, Banco de Portugal, 1995.
- _____. “Discurso preliminar”. In.: *Anais das Ciências, das Artes e das Letras*. Por uma sociedade de portugueses residentes em Paris. Paris: Impresso por A. Bobée, impressor da sociedade real Acadêmica das Ciências de Paris. Tomo I, 1818.
- _____. *História do Brasil* - desde o seu descobrimento por Pedro Álvares Cabral até a Abdicação do Imperador D. Pedro I. Tomos I e II. Paris: livraria portuguesa de J. P. Aillaud, 1839.
- _____. *Novo dicionário crítico e etimológico da língua portuguesa precedido de uma introdução gramatical*. Paris: Oficina Tipográfica de Casimir, 1836.

- _____. “Considerações rápidas sobre a crítica literária”. In.: *Anais das Ciências, das Artes e das letras*. Por uma sociedade de portugueses residentes em Paris. Tomo VII. Ano 2. Paris: Impresso por A. Bobée, 1820, pp. 8/ 11-12.
- CARVALHO, José Liberato Freire de. *Ensaio histórico-político sobre a construção e governo do Reino de Portugal*. Paris: Bossange, 1830.
- COSTA, Hipólito da. História do Reinado de D. Maria I. In.:__ *História de Portugal composta em Inglês por uma sociedade de Literatos*, transladada em vulgar com as notas da edição francesa, e do tradutor francês Antonio de Moraes da Silva e continuada até os nossos tempos. Em Nova Edição: Tomo I. Londres: Na Oficina de F. Wingrave, T. Boosey; Duau & Co & Lackington; Allen & Co, 1809.
- _____. Pensamentos sobre o novo Império do Brasil. In.: *Correio Braziliense ou Armazém literário*. Londres: Impresso por Lewis, Paternoster- Row, vol.1, 1808.
- _____. Sobre ‘On the state of Portugal during the last thirty years’. In.: *Correio Braziliense ou Armazém Literário*. Vol. IV. Londres: impresso por W. Lewis, Paternoster –Row, 1810.
- COSTIGAN, Arthur William. *Retratos de Portugal: sociedade e costumes*. Tradução, prefácio e notas de MACHADO, Augusto Reis. Caleidoscópio, 2007.
- DULAC, António Maximino. *Vozes dos leais portugueses* ou fiel eco das suas novas aclamações á religião, a El Rei, e às Cortes destes reinos, com a franca exposição que a estas fazem das suas queixas, e remédios que lhes imploram dos seus males. Lisboa: Imprensa Régia, 1820.
- FRANCO, Francisco Soares. *Ensaio sobre os melhoramentos de Portugal e do Brasil*. Lisboa: Imprensa Régia, 1820.
- LISBOA, José da Silva. *Princípios de economia política*. (1804). Rio de Janeiro: Pongetti, 1956.
- NEVES, Acúrsio José das. *Memória Histórica sobre a Invasão dos Franceses em Portugal no ano de 1807*. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1808.
- _____. *História Geral da Invasão dos Franceses em Portugal, e da Restauração deste Reino*. Rio de Janeiro: Imprensa Régia. Tomo I - VII, 1810-1811.
- _____. *Varietades sobre objetos relativos às artes, comércio e manufaturas consideradas segundo os princípios da economia política*. Lisboa: Imprensa Régia. Tomo I-II, 1814.
- SILVA, Inocêncio Francisco da. *Dicionário Bibliográfico Português aplicáveis a Portugal e Brasil* (verbete F.S. Constâncio). Lisboa: Imprensa Nacional. Tomo III, 1859.

Timandro. “Bibliografia. Obras sobre a Geografia e História do Brasil – O Compêndio do Sr. General J. I. Abreu e Lima”. In.: *Minerva Brasiliense*. N. 02, vol. 01, 1843, pp. 51-53

VARNHAGEN, Francisco Adolpho de. Biografia de brasileiros ilustres ou de pessoas eminentes que serviram no Brasil ou ao Brasil – Antônio de Moraes e Silva. *Revista do IHGB*. Tomo XV, 2.ed., 1852.

VIANA, Cândido José de Araújo; PONTES, Rodrigo de Sousa da Silva. Juízo sobre a “Historia do Brazil” publicada em Paris pelo Sr. Dr. Francisco Solano Constâncio. *Revista do IHGB*. Tomo I, 3.ed., 1839.

Periódicos:

Diário do Rio de Janeiro (1821-1858).

O Diário Novo (1842-1848).

Publicador Maranhense (1842-1885).

Correio Mercantil e Instrutivo, Político, Universal (1848 a 1868).

Revista Nacional e Estrangeira (1839-1840)

Correio Oficial (1833-1841)

Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro (1844-1885);

Revista Brasileira (1861- 1979)

Minerva Brasiliense (1843-1845).

Bibliografia:

ALMODOVAR, António. “Acúrsio das Neves e a penetração da Economia Política em Portugal (1789-1836). In.: *Obras completas de José Acúrsio das Neves*. Vol. 6. Porto: Edições Afrontamentos, s/d.

_____. *A institucionalização da economia política clássica em Portugal*. Porto: Edições Afrontamento, 1995.

ALVES, Hélio Oswaldo. Francisco Solano Constâncio e a polémica sobre razão e religião nos fins do século XVIII, em Inglaterra. In.: *Revista de Estudos Anglo-Portugueses*. Nº 4. Lisboa, pp. 57-85, 1995.

ARAÚJO, Ana Cristina. Verbetes: América – Portugal. In.: *Diccionario político y social del mundo iberoamericano – La era de las revoluciones, 1750 – 1850*. SEBASTIÁN, Javier Fernández (dir.). Fundación Carolina, Madrid, 2009.

ARAÚJO, Joel Gonçalves. *António Vieira, entre o Degredo e a Pátria: Percursos De Saudades*. Dissertação apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra na área de Cultura Clássica, 2010.

ARAÚJO, Valdei Lopes de. *A experiência do tempo: conceitos e narrativas na formação nacional brasileira (1813-1845)*. São Paulo: Hucitec, 2008.

- _____. A época das revoluções no contexto do tacitismo: notas sobre a primeira tradução portuguesa dos Anais. In.: *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre, v. 36, n. 2, pp. 343-365, jul./dez. 2010.
- _____. Observando a observação: sobre a descoberta do clima histórico e a emergência do cronótopo historicista, c.1820. In.: CARVALHO, J.M. & CAMPOS, A.P. *Perspectivas da Cidadania no Brasil Império*. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 2011, pp. 281- 303.
- ARAUJO, Valdei Lopes de; VARELLA, Flávia Florentino. As traduções do tacitismo no Correio Braziliense (1808-1822): contribuição ao estudo das linguagens historiográficas. In.: Maria Clara Versiani Galery; Elzira Divina Perpétua; Irene Hirsch. (Org.). *Tradução, vanguarda e modernismos*. São Paulo: Paz e Terra, 2009, pp. 239-259.
- ARTHMAR, Rogério. Say, Sismondi e o debate continental sobre os Mercados. In.: *Estudos Econômicos*. São Paulo. Vol. 39, pp. 381-410, 2009.
- CARDOSO, José Luís (org.). *A economia política e os dilemas do Império Luso-Brasileiro (1790-1822)*. Lisboa: Comissão Nacional as comemorações dos descobrimentos portugueses, 2001.
- _____. (org.) *Francisco Solano Constâncio*. Leituras e ensaios de economia política (1808-1842). Banco de Portugal, Lisboa, 1995.
- CASTRO, Aníbal Pinto de. *O essencial sobre o padre António Vieira*. Lisboa, INCM, 2008.
- DIAS, Maria Odila. L. S. *A interiorização da metrópole e outros estudos*. 1ª. ed. São Paulo: Alameda casa editorial, 2005.
- DINIZ, Bruno. *Da Restauração à Regeneração: Linguagens Políticas em José da Silva Lisboa (1808-1830)*. Dissertação de mestrado. UFOP, 2010.
- FOUCAULT, Michel. *Segurança, território, população*. Curso dado no Collège de France (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008a.
- FOUCAULT, Michel. *O nascimento da biopolítica*. Curso dado no Collège de France (1978-1979). São Paulo: Martins Fontes, 2008b.
- GEYER-KORDESCH, Johanna. Whose enlightenment? Medicine, witchcraft, melancholia e pathology. In.: PORTER, Roy (ed.). *Medicine in the enlightenment*. Amsterdam: Editions Rodopi B. V., 1995, pp. 111-125.
- GUMBRECHT, Hans Ulrich. *Modernização dos Sentidos*. São Paulo: Editora 34, 1998.
- _____. *Atmosphere, mood and Stimmung*. On a Hidden Potential of Literature. California: Standfor University Press, 2013.

- _____. Uma rápida emergência do “clima de latência”. In.: *Topoi*, v. 11, n. 21, jul.-dez., pp. 303-317, 2010.
- KANTOR, Iris. *Esquecidos e Renascidos: Historiografia Acadêmica Luso-Americana (1724-1759)*. São Paulo: Hucitec, 2004.
- KEHL, Maria Rita. Melancolia e criação. In.: FREUD, Sigmund. *Luto e Melancolia*, São Paulo: Cosac Naify, 2011.
- KOSELLECK, R. *Historia de Conceptos. Estudios sobre semántica y pragmática del lenguaje político y social*. Madrid: Editorial Trotta, 2012.
- _____. *Crítica e Crise: uma contribuição à potogênese do mundo burguês*. Rio de Janeiro: EDUERJ: Contraponto, 1999.
- _____. *Futuro Passado. Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto, PUC-Rio, 2006.
- LOURENÇO, Eduardo. *O Labirinto da Saudade. Psicanálise Mítica do Destino Português*. Lisboa, D. Quixote, 1978.
- MAXWELL, Kenneth. A geração de 1790 e a ideia do Império Luso-Brasileiro. In.: *Chocolate, piratas e outros malandros: ensaios tropicais*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- MEDEIROS, Bruno Franco. *Plagiário, à maneira de todos os historiadores*. Jundiaí: Paco Editorial, 2012.
- MONTEIRO, Nuno Gonçalo. Liberalismo – Portugal. In.: SEBASTIÁN, Javier Fernández. (Dir.). *Diccionario político y social del mundo iberoamericano. Conceptos políticos en la era de las revoluciones, 1750-1850*. Madrid: Fundación Carolina, 2009.
- MOREL, Marco. *O período das regências (1831-1840)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.
- MOTA, Isabel Ferreira da. *A Academia Real da História. Os intelectuais, o poder cultural e o poder monárquico no século XVIII*. Coimbra, Edições Minerva, 2003.
- NEVES, Lúcia Bastos Pereira das. Estado e política na Independência. In.: GRINBERG, Keila e SALLES, Ricardo (orgs.). *O Brasil Imperial*, v. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, pp. 95 – 136.
- _____. O governo de d. João: tensões entre ideias liberais e as práticas do Antigo Regime. In.: CARVALHO, José Murilo; CAMPOS, Adriana Pereira (orgs.). *Perspectivas da Cidadania no Brasil Império*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.
- _____. *Napoleão Bonaparte – Imaginário e política em Portugal c. 1808-1810*. São Paulo: Alameda, 2008.

- PARTRIDGE, Eric. *The French Romantics' Knowledge of English Literature. According to Contemporary French Memoirs, Letters and Periodicals (1820-1848)*. Vol. 14, 1924.
- PEGARARO, Olinto. A. *Sentidos da História*. Petrópolis: Editora Vozes, 2011.
- PHILIPS, Mark S. *Society and Sentiment: genres of historical writing in Britain, 1740 – 1820*. Princeton University Press, 1997.
- PIGEAUD, Jackie. *Metáfora e melancolia: ensaios médicos-filosóficos*. Rio de Janeiro: PUC-Rio/Contraponto, 2009.
- PIMENTA, João Paulo Garrido. A Independência do Brasil como uma revolução: história e atualidade de um tema clássico. In.: *História da Historiografia*, Ouro Preto, número 3 – setembro 2009, pp. 53-82.
- POCOCK, John Greville Agard. *Barbarism and Religion: Narratives of Civil Government*. Cambridge University Press, 1999.
- _____. *El momento maquiavélico. El pensamiento político florentino y la tradición republicana atlántica*. Madrid: Editorial Tecnos, 2002.
- _____. *Linguagens do ideário político*. São Paulo: Edusp, 2003.
- PRADA, Antonio Moliner. O olhar mútuo: Portugal e Espanha na Guerra Peninsular (1807-1814). In.: CARDOSO, J.L.; MONTERIO, N.G.; SERRÃO, J.V. (orgs.) *Portugal, Brasil e a Europa Napoleônica*. Lisboa: ICS, 2010, pp.109-140.
- RAMOS, André da Silva. *Robert Southey e a Experiência da História de Portugal: Conceitos, Linguagens e Narrativas Cosmopolitas (1795-1829)*. Dissertação de Mestrado: UFOP, 2013.
- RANGEL, Marcelo de Mello. *Poesia, história e economia política nos Suspiros Poéticos e Saudades e na Revista Niterói*. Os primeiros Românticos e a civilização do Império do Brasil. Tese de doutorado: PUC-Rio, Rio de Janeiro, 2011.
- RANGEL, Marcelo de Mello e RODRIGUES, Thamara de Oliveira. História e Modernidade em Hans Ulrich Gumbrecht. In.: *Revista Redescições – Revista on line do GT de Pragmatismo* Ano 3, Número 4, pp. 63-71, 2012.
- ROCHA, Antonio Penalves. *A recolonização do Brasil pelas Cortes*. São Paulo: Unesp, 2009.
- RODRIGUES, Thamara de Oliveira. *Compêndio da História do Brasil: Um projeto de civilização para a nação brasileira*. In.: *Anais do III Simpósio Impérios e Lugares no Brasil*. Itinerários da pesquisa histórica: métodos, fontes e caminhos temáticos. Mariana: DEHIS/UFOP, 2010.

- ROSA, G. Lacerda. *A Suprema Causa Motora: o providencialismo e a escrita da História no Brasil (1808-1825)*. Dissertação de Mestrado: UFOP, 2011.
- ROSTHSCHILD, Emma. *Sentimentos econômicos. Adam Smith, Condorcet e o Iluminismo*. São Paulo/Rio de Janeiro: Record, 2003.
- SANTOS, Cristiane Alves Camacho dos. *Escrevendo a História do Futuro: a leitura do passado no processo no processo de Independência do Brasil*. Dissertação de mestrado. USP. São Paulo: 2010.
- SEBASTIÁN, Javier Fernández. A Distorting Mirror: The Sixteenth Century in the Historical Imagination of the First Hispanic Liberals. In.: *Paper for the 2013 session of the Balzan-Skinner Lectures and International Conferences, Romantic Liberalism in Southern Europe, c. 1820-1850*. Faculty of History at the University of Cambridge and CRASSH (Centre for Research in the Arts, Social Sciences and Humanities). 26 April 2013. (No prelo).
- _____. “Hacia una historia atlántica de los conceptos políticos”. In _____. (Dir.). *Diccionario político y social el mundo iberoamericano. Conceptos políticos en la era de las revoluciones, 1750-1850*. Madrid: Fundación Carolina, 2009, pp. 23-45.
- SILVA, Taíse Tatiana Quadros da. *Maquinações da Razão Discreta: Operação historiográfica e experiência do tempo na Classe de Literatura Portuguesa da Academia Real das Ciências de Lisboa (1779-1814)*. Tese de Doutorado: UFRJ, 2010.
- _____. Poder e episteme na erudição histórica do Portugal setecentista. Uma abordagem do programa historiográfico da Academia Real da História Portuguesa (1720-1721). *História da Historiografia*. Vol. 03, 2009, pp. 204-235.
- SOUSA, Maria Leonor Machado de. O pensamento político e econômico de Francisco Solano Constâncio. *Revista de Estudos Anglo-Portugueses*. Número 16. Lisboa, 2007.
- _____. *Solano Constâncio: Portugal e o mundo nos primeiros decênios do século XIX*. Lisboa: Editora Arcadia, 1979 .
- _____. *Um ano de diplomacia Luso – Americana*. Francisco Solano Constâncio. (1822-1823). Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1988.
- VARELLA, Flávia Florentino O comércio civiliza, Portugal oprime. A “História do Brasil” de John Armitage e a linguagem do humanismo comercial. In.: *Varia Historia*, Belo Horizonte, vol. 29, nº 50, p.477-490, mai/ago 2013.
- _____. *Sine ira et studio: retórica, tempo e verdade na historiografia de Tácito*. *História da Historiografia*, v. 1, pp. 71-87, 2008.
- VIEIRA, António. *Sermões*. Porto, Lello & Irmão. Vol. VII. 1959.